

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Janeiro – Junho 2024
Vol. 48

Matilde de Vilhena
Samuel Moreira
Inês Sousa Guedes
Pedrito Cambrão
Angelina Barros Alberto
Murillo Amboni Schio
Vyctor Grotti
Patrick Silva dos Santos
Alessandro André Leme
Lis Yana de Lima Martinez
Ricardo Cortez Lopes
Loïc Wacquant

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

SOCIOLOGIA

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

SOCIOLOGIA

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Diretor:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Conselho de Redação:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

Conselho Editorial:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidad de La Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco, UPV/CEIC, Espanha; Bernard Lahire, ENSL, França; Carolina Pimentel Corrêa, UFRGS; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Luísa Pinheiro, IPV; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, Portugal, ISSSP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL.

Indexação

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

Coordenação e Revisão Editorial:

Virgílio Borges Pereira, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Assistência editorial: Marta Pereira de Sousa.

Design gráfico: Tomás Ferreira.

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDP/00727/2020.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os artigos foram submetidos a *peer review*.

Depósito Legal: 92384/95 **ISSN:** 0872-3419 **DOI:** <https://doi.org/10.21747/08723419/soc48>

Sumário

Editorial

Virgílio Borges Pereira 07

Artigos

Fake News – Fatores de suscetibilidade e de disseminação
Matilde de Vilhena, Samuel Moreira e Inês Sousa Guedes 11

Dinâmicas dos Transportes Rodoviários Semicoletivos Interdistritais:
O papel dos *narawas* no recrutamento de passageiros em
Nacala-Porto
Pedrito Cambrão e Angelina Barros Alberto 31

Chacinas Estatais: uma análise crítica sobre a vingança policial
Murillo Amboni Schio e Vyctor Grotti 53

As marcas da escravidão na sociabilidade republicana na
perspectiva de Manoel Bomfim e Lima Barreto (1905-1920)
Patrick Silva dos Santos e Alessandro André Leme 79

The Name is Lynd, Vesper Lynd: a mirror in Casino Royale
Lis Yana de Lima Martinez e Ricardo Cortez Lopes 111

Fórum

Notas sobre a raça como etnicidade denegada
Loïc Wacquant 129

Estatuto Editorial 139

Normas para apresentação e publicação 145

Editorial

Editorial

O presente número de *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o primeiro do ano de 2024, dá corpo a uma nova etapa da vida da revista, desta vez, com recurso a uma imagem renovada, que tenta responder de forma consistente aos desafios da leitura da revista no formato digital, que é o seu formato exclusivo há já algum tempo. Sendo uma renovação de imagem, feita mediante a preservação, ainda assim, de uma relação com a sua história gráfica, as preocupações e os critérios de trabalho em matéria de certificação e de revisão científicas que lhe são próprios mantêm-se. Fazendo apelo a uma diversidade de temas, de objetos e de geografias, este número 48 de *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* apresenta trabalhos conceptualmente estimulantes e teórica e metodologicamente diferenciados, combinando preocupações científicas inscritas na atualidade com interesses de pesquisa em torno de questionamentos sociológicos de pendor mais clássico, mas igualmente dotados de relevância científica e social.

O primeiro artigo, intitulado “*Fake news* – Fatores de suscetibilidade e de disseminação”, da autoria de Matilde de Vilhena, Samuel Moreira e Inês Sousa Guedes, estabelece coordenadas para a compreensão de fenómenos comunicativos e um roteiro de conhecimento científico sobre o modo como as chamadas *fake news* - notícias falsas, deliberadamente elaboradas para enganar – perturbam a relação de confiança estabelecida entre os cidadãos e os *media*, colocando em causa os fundamentos da discussão democrática. Recorrendo a trabalho de definição conceptual, o artigo estabelece e discute, revendo literatura científica, os fatores individuais, sociais e contextuais inscritos na determinação da suscetibilidade às *fake news* e à respetiva disseminação.

Em a “Dinâmica dos transportes rodoviários semicoletivos interdistritais: o papel dos *narawas* no recrutamento de passageiros em Nacala-Porto”, Pedrito Cambrão e Angelina Barros Alberto direcionam o seu foco analítico para a realidade social moçambicana e estudam os relevantes fenómenos da mobilidade física no país. Desenvolvendo um estudo, de base qualitativa, sobre as incidências sociais inscritas nos transportes rodoviários interdistritais semicoletivos em Nacala-Porto, o artigo define o quadro de ação específico, feito de solidariedades sociais, associado ao surgimento dos *narawas*, uma categoria de agentes que se especializa no recrutamento de passageiros nos terminais rodoviários, e cujo crescimento se alimenta do desemprego que afeta a camada juvenil e da procura de serviços de transporte.

Em “Chacinas estatais: uma análise crítica sobre a vingança policial”, Murillo Amboni Schio e Vyctor Grotti convocam a análise da realidade social brasileira para desenvolver uma incisiva investigação sociológica sobre a configuração da ação da polícia, elencando as especificidades da repressão estatal e o significado do que os autores classificam como “chacinas estatais”, as ações, promovidas pela polícia, decorrentes da vingança do assassinato de um agente policial. Mobilizando conceptualizações sociológicas sobre o capitalismo contemporâneo e inventariando ações mortais da polícia em diferentes planos e contextos da sociedade brasileira, com destaque para a realidade do Rio de

Janeiro, a pesquisa especifica o significado social da vingança policial no contexto das chacinas.

Mantendo o foco na realidade social brasileira, Patrick Silva dos Santos e Alessandro André Leme, em “As marcas da escravidão na sociabilidade republicana na perspectiva de Manoel Bomfim e Lima Barreto (1905-1920)”, como o seu título deixa claro, exploram as proposições de Manoel Bomfim e de Lima Barreto, dois importantes e muito estudados intelectuais brasileiros, sobre o problema da escravidão no período da Primeira República Brasileira (1889-1930), através da análise comparada das suas obras. Exercício de sociologia sobre a génese das categorias de entendimento, o presente artigo é um contributo inédito para o estudo comparado de autores de referência no período e problemática em questão, incidindo sobre o decisivo problema racial brasileiro, reconstituindo o quadro político e intelectual da respetiva Primeira República e retendo o entendimento, diferenciado, produzido pelos autores em análise sobre as contradições sociais e políticas inscritas no legado da escravatura no país.

Por fim, a terminar a secção de artigos, em “The Name is Lynd, Vesper Lynd: a mirror in *Casino Royale*”, Lis Yana de Lima Martinez e Ricardo Cortez Lopes convidam-nos a um olhar sociológico e cultural sobre a relação entre produção cinematográfica e literária, a partir do estudo das representações de género, de heroísmo, de moralidade e das relações interpessoais inscritas numa das personagens de Ian Fleming em *Casino Royale*, Vesper Lynd. Propondo uma leitura de Lynd como um espelho da personagem central, James Bond, o artigo revela as diferenças e as continuidades entre o modo como a personagem de Lynd é construída numa e noutra das produções e chama a atenção para a necessidade de uma camada de leitura mais profunda, que a perspetive como um catalisador da ação.

Na secção Fórum, a revista publica “Notas sobre a raça como etnicidade denegada”, de Loïc Wacquant, divulgando, num breve texto, uma incisiva clarificação conceptual, na senda de anteriores que têm vindo a ser produzidas pelo seu autor, também consagradas no espaço desta revista. Neste caso, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* associa-se à publicação de *Racial Domination*, livro, especialmente denso, que Loïc Wacquant publicou este ano na Polity Press, e difunde um dos seus contributos, de leitura mais imediata, que se pode materializar num convite para o aprofundamento do debate sociológico, cívico e político inscrito na obra.

Boas leituras!

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Diretor interino de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Artigos

Português

Fake News – Fatores de suscetibilidade e de disseminação

Matilde de Vilhena

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Samuel Moreira

Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ),

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA),

Universidade Lusíada Porto

Inês Sousa Guedes

Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ), Escola de Criminologia

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Resumo

Ao imitarem o formato jornalístico e misturarem factos reais com fabricados, com a intenção deliberada de enganar, as *fake news* afetam a confiança nos *media* e prejudicam o debate democrático. Desta forma, identificar as características das *fake news*, a forma como se distinguem das notícias verdadeiras e a sua disseminação permite informar as políticas de literacia digital e mediática. O presente artigo representa uma revisão da literatura neste domínio. Inicialmente, apresenta uma clarificação dos conceitos principais, discutindo, depois, os determinantes da suscetibilidade e disseminação de *fake news* mais abordados pela comunidade científica, nomeadamente individuais, sociais e contextuais.

Palavras-chave: *Fake News*; Suscetibilidade; Disseminação.

English

Fake News – Susceptibility and Dissemination Factors

Abstract

By mimicking journalistic formats and blending real facts with fabricated ones, with the deliberate intention of deceiving, fake news affects trust in the media and harms democratic debate. Thus, identifying the characteristics of fake news, how they differ from true news, and their dissemination enables the informing of policies on digital and media literacy. This article represents a review of the literature in this domain. Initially, it presents a clarification of the main concepts, then discusses the determinants of susceptibility and

dissemination of fake news most addressed by the scientific community, namely individual, social, and contextual factors.

Keywords: Fake News; Susceptibility; Dissemination.

Français

Fake News – Facteurs de susceptibilité et de dissémination

Résumé

En imitant les formats journalistiques et en mélangeant des faits réels avec des faits fabriqués, avec l'intention délibérée de tromper, les fake news affectent la confiance dans les médias et nuisent au débat démocratique. Ainsi, identifier les caractéristiques des fake news, comment elles se distinguent des vraies nouvelles et leur diffusion permet d'informer les politiques de littératie numérique et médiatique. Cet article représente une revue de la littérature dans ce domaine. Initialement, il présente une clarification des concepts principaux, puis discute les déterminants de la susceptibilité et de la diffusion des fake news les plus abordés par la communauté scientifique, à savoir les facteurs individuels, sociaux et contextuels.

Mots-clés: Fake News; Susceptibilité; Dissémination.

Español

Fake News – Factores de susceptibilidad y diseminación

Resumen

Al imitar formatos periodísticos y mezclar hechos reales con fabricados, con la intención deliberada de engañar, las noticias falsas afectan la confianza en los medios y perjudican el debate democrático. Así, identificar las características de las noticias falsas, cómo se distinguen de las noticias verdaderas y su diseminación permite informar las políticas de alfabetización digital y mediática. Este artículo representa una revisión de la literatura en este dominio. Inicialmente, presenta una clarificación de los conceptos principales, luego discute los determinantes de la susceptibilidad y diseminación de noticias falsas más abordados por la comunidad científica, es decir, factores individuales, sociales y contextuales.

Palabras clave: Fake News; Susceptibilidad; Diseminación.

Introdução

É indubitável que os *media* desempenham um papel crucial na promoção da transparência, agindo como promotores do discurso democrático. Todavia, o surgimento e rápida progressão das *fake news* têm vindo a ameaçar minar aquela confiança, desafiando a noção de transparência e criando uma atmosfera de ceticismo. A ideia abstrata de *fake news*, no sentido de se inventar ou hiperbolizar notícias, inclusive por motivos de entretenimento, não é algo recente (Giachanou *et al.*, 2020). Já em 1897, William Randolph Hearst foi o responsável pelo conflito entre os EUA e Espanha, por ter culpado os espanhóis pela explosão do USS Maine no porto de Havana (Gelfert, 2018). No entanto, Gelfert (2018) reconhece que “cada iteração de avanço tecnológico, desde o telégrafo no século XIX até aos algoritmos atuais das redes sociais, tem vindo a abrir novas possibilidades de engano e fabricação” (p. 90).

A “crise das *fake news*” surgiu, fundamentalmente, com o BREXIT, no Reino Unido (Carmi *et al.*, 2020), e com as eleições presidenciais norte-americanas de 2016 (Nelson & Taneja, 2018). Com efeito, estes dois casos tornaram claro até que ponto os cidadãos não estão conscientes das utilizações e abusos a que os seus dados podem ser sujeitos, sendo que esta falta de literacia expõe os cidadãos a riscos e danos – pessoais, sociais, físicos e financeiros –, mas também limita a sua capacidade de serem cidadãos proativos numa sociedade cada vez mais informatizada (Carmi *et al.*, 2020). E se, originalmente, o termo *fake news* era aplicado em contextos de sátira política, a verdade é que, atualmente, o mesmo é utilizado para caracterizar tudo aquilo que é “pouco preciso” (Egelhofer & Lecheler, 2019). Não obstante, Egelhofer e Lecheler (2019) argumentam que o que as *fake news* representam transcende o próprio termo, representando uma mudança fundamental nas atitudes políticas e públicas em relação ao que o jornalismo e as notícias retratam, bem como a forma como os factos e as informações podem ser obtidos no novo mundo digital (p. 1). Ainda, Gelfert (2018) argumenta que, o facto de os *sites* de notícias falsas normalmente imitarem a “aparência” das principais fontes para ganhar credibilidade, insinua um certo descontentamento com os *media* tradicionais. Nesta linha, o autor afirma mesmo que “para alguns consumidores, as notícias falsas parecem inundar as fontes de notícias tradicionais, subvertendo até mesmo a alegação de autoridade destas últimas” (Gelfert, 2018, p. 91). Neste sentido, é de notar que um estudo recente do observatório Iberifier, resultante de entrevistas realizadas no ano de 2022, constatou que mais de 80% dos *media* portugueses já tinham difundido notícias falsas.

Nesta nova era digital, as *fake news* são principalmente disseminadas através dos *social media*. Assim, fará sentido que Floridi (1996) considere que a Internet se tornou numa autoestrada para a disseminação de informação falsa e que Akers e colegas (2018) mencionem que a tecnologia, cada vez mais, é usada para disseminar informação falsa – de forma intencional ou não – em larga escala, com efeitos sociais de grande alcance.

Estes efeitos sociais são considerados uma ciberameaça pela Interpol, além de serem considerados uma ameaça à democracia por muitos Estados e instituições supranacionais e, como consequência, objeto de regulamentação ou mesmo de criminalização (Miró-Llinares & Aguerri, 2023). Aliás, Miró-Llinares e Aguerri (2023) argumentam que se está a gerar um certo grau de pânico moral em relação às notícias falsas e à desinformação, que justifica o estudo do fenómeno para uma resposta ao nível do controlo social e regulação criminal.

Para se combater o fenómeno das *fake news* é crucial explorar os mecanismos que lhe estão associados, não apenas relativamente à suscetibilidade ao mesmo, mas, igualmente, à disseminação de notícias falsas. Segundo a literatura científica, existem diferenças individuais nas crenças sobre a veracidade das notícias que são dependentes de um leque de circunstâncias. Isto leva a questionar “quem acredita nas *fake news*?” e “que aspetos multifacetados estão associados à vontade de as disseminar?”. Tal surge, no presente artigo, como os dois principais objetivos. Para os alcançar, efetuar-se-á uma revisão sobre os determinantes individuais, sociais e contextuais que a literatura tem vindo a apontar como responsáveis por um dos principais problemas da era digital. Identificar os motivos para a suscetibilidade às *fake news* e a disseminação das mesmas poderá não só informar políticas relativas à transparência e literacia mediática como, também, contribuir para a integridade, em última instância, da ordem democrática.

1. Fake News: Clarificações Conceptuais

É premente estabelecer uma definição precisa de *fake news*, uma vez que concetualizações demasiado gerais podem chegar a ser perigosas devido à dificuldade, por parte dos indivíduos, em distinguir notícias reais e legítimas de notícias falsas (Allcott & Gentzkow, 2017). A literatura tem vindo a demonstrar que os indivíduos consideram *fake news* aquilo em que meramente eles não acreditam (Egelhofer & Lecheler, 2019), o que dificulta ainda mais a distinção entre factos e crenças (Nielsen & Graves, 2017). Assim, se podemos definir o conceito de informação enquanto “dados que tenham sido tratados de uma forma que transmita significado e, portanto, tenham o poder de informar” (Lim, 2023, p. 2), *fake news* poderão ser entendidas como “informações falsas veiculadas, principalmente, nas redes sociais”. Em suma, trata-se de desinformação, algo que se opõe a notícias reais e coloca em causa o debate livre e informativo (CNCS, 2020). Batista e Gradim (2020) apresentam uma definição relevante em que *fake news* são consideradas

“um tipo de desinformação online, com conteúdo totalmente ou parcialmente falso, criado intencionalmente para enganar e/ou manipular um público específico, através de um formato que imita uma notícia ou reportagem (adquirindo credibilidade), através de informações falsas que podem ou não estar associadas a eventos reais, com uma estrutura oportunista (título,

imagem, conteúdo) para atrair a atenção dos leitores e persuadi-los a acreditar na falsidade, a fim de obter mais cliques e compartilhamentos, portanto, maior receita publicitária e/ou ganho ideológico." (p. 5).

Com efeito, Rubin e colegas (2015) argumentam que existem três tipos de *fake news*: (i) fabricações expostas, ou seja, artigos sensacionalistas que, através de *clickbait*, visam aumentar o seu tráfego e consequentemente gerar lucro; (ii) *hoaxes*, ou seja, fabricação ou falsificação deliberada nos *media* convencionais ou nas redes sociais, como rumores, gráficos ou tabelas falsas, falsa atribuição de autoria, imagens dramáticas; (iii) notícias satíricas ou paródias, que, se os leitores não estiverem cientes do seu caráter humorístico, podem ser consideradas pelos mesmos como *misinformation*. Contudo, o HLEG¹ argumenta que o termo *fake news* é inadequado, por falhar em capturar o complexo problema da desinformação, que envolve conteúdo que não é real ou completamente "falso", mas informações fabricadas misturadas com factos, e práticas que vão muito além de qualquer coisa parecida com "notícia".

De acordo com Egelhofer e Lecheler (2019), existe uma diferença fundamental entre o que constitui *fake news* e aquilo para que o termo é usado: o género *fake news* refere-se à criação deliberada de *disinformation* pseudojornalística, e o rótulo de *fake news*, representa a instrumentalização do termo para deslegitimar os meios de comunicação (p. 2). Seguidamente, estes serão alvo de análise.

1.1. *Fake news* enquanto Género de Notícias

Apesar da popularidade do termo "*fake news*", não existe ainda consenso numa definição do mesmo (Allcott & Gentzkow, 2017; Pennycook & Rand, 2019a; Sindermann *et al.*, 2020). Num esforço de análise de diversas definições de *fake news*, Egelhofer e Lecheler (2019) notam que os académicos não têm facilitado a concetualização do termo, uma vez que o têm utilizado para descrever muita coisa distinta, como: (i) mensagens propagandísticas de meios de comunicação estatais; (ii) meios de comunicação alternativos extremamente partidários; e (iii) notícias fabricadas a partir de sites efémeros. A situação agrava-se devido a atores políticos que usam o termo de forma imprecisa e como arma para minar qualquer informação que contradiga a sua própria agenda política (Sindermann *et al.*, 2020).

Não obstante, é possível encontrar algumas definições de *fake news* na literatura, designadamente "artigos noticiosos, intencional e comprovadamente falsos, que possam induzir os leitores em erro" (Allcott & Gentzkow, 2017, p. 213); notícias "totalmente falsas ou que contenham elementos deliberadamente enganosos incorporados no seu conteúdo ou

¹ High Level Expert Group on Fake News.

contexto" (Bakir & McStay, 2017, p. 154); "informação criada com a intenção de parecer credível quando, na verdade, não o é" (Barclay, 2018, p. 30); "notícias falsas que são embaladas e publicadas como se fossem genuínas" (DiFranzo & Gloria-Garcia, 2017, p. 34); "informação falsa publicada por órgãos de comunicação social para induzir os consumidores em erro" (Karami *et al.*, 2021, p. 225); "informação que não é verdadeira, mas disfarçada de notícias supostamente verdadeiras" (Lim, 2023); "*disinformation* intencional (invenção ou falsificação de factos conhecidos) para fins políticos e/ou comerciais, apresentada como uma notícia real" (McNair, 2017, p. 38); "informações falsas ou enganosas feitas para parecer uma notícia baseada em factos" (Nelson & Taneja, 2018, p. 3721); "histórias fabricadas apresentadas como se fossem de fontes legítimas" (Pennycook & Rand, 2017, p. 2); e notícias que tentam parecer notícias reais, mas são "fabricações baixas em facticidade e altas na intenção imediata de enganar" (Tandoc *et al.*, 2017, pp. 147-148).

Considerando todas as definições apresentadas, verificam-se nas mesmas três características-chave que, segundo Egelhofer e Lecheler (2019), definem as *fake news* enquanto género de notícias. Primeiramente, para que a notícia seja considerada *fake news*, a mesma deverá ter pouca facticidade – no entanto, não existe literatura sobre o rácio de informação falsa e verdadeira que torna uma notícia falsa, pelo que se aceita que tanto notícias completamente falsas, como notícias parcialmente falsas, podem ser consideradas *fake news* (Egelhofer & Lecheler, 2019). Continuando, as *fake news* são apresentadas num formato jornalístico e, portanto, dispõem de uma estrutura semelhante às notícias reais, contendo uma manchete, um corpo de texto, e, inclusive, fotografias. Por tal, a informação é apresentada sob o falso pretexto de que resultou de pesquisa jornalística que segue certos padrões profissionais, o que significa que as notícias falsas podem ser descritas como pseudojornalísticas (Egelhofer & Lecheler, 2019). Consequentemente, os indivíduos podem considerar, erroneamente, artigos de notícias falsas como artigos de notícias genuínas e credíveis (Vargo *et al.*, 2018). Por fim, considerando que a produção de informações imprecisas, com estrutura e forma semelhantes a artigos noticiosos, não é inadvertida, Egelhofer e Lecheler (2019) argumentam que as *fake news* são criadas deliberadamente com a intenção de enganar². Inclusive, existem *websites* pseudojornalísticos e efémeros, criados com o único propósito de divulgar *fake news* (Vargo *et al.*, 2018). Importará, no entanto, atentar ao facto de existir conteúdo que é criado com a intenção de enganar, mas que não é considerado *fake news*, por não conter outras características cruciais, como é o caso da publicidade nativa, ou seja, publicidade que é apresentada como notícias nos meios de comunicação social, que, apesar de ser criada com a intenção de enganar, e, inclusive, poder ser apresentada em formato jornalístico, é maioritariamente factual (Egelhofer & Lecheler, 2019).

² A intencionalidade é ainda algo que distingue a *misinformation* da *disinformation*, sendo tal abordado nas secções seguintes do presente artigo.

Misinformation e Disinformation

As *fake news* enquanto género relacionam-se com outros conceitos, como *misinformation* e *disinformation* (Lazer *et al.*, 2017). Apesar de serem termos frequentemente usados como sinónimos, a verdade é que a *misinformation* se refere a informação incorreta ou enganosa disseminada de forma não intencional, enquanto *disinformation* descreve informação incorreta ou enganosa disseminada de forma intencional, para provocar dano ou gerar lucros (HLEG, 2018). Assim, o que distingue os dois termos é a intenção de disseminar a informação incorreta ou enganosa (Egelhofer & Lecheler, 2019). Surge, ainda, o conceito de *malinformation*, ou seja, informação verdadeira partilhada com o propósito de causar dano (Walker, 2019; Chen *et al.*, 2023).

É também importante referir que, embora o termo *fake news* tenha sido cunhado para captar o uso de *disinformation* e *misinformation* em reportagens jornalísticas, ele é agora utilizado por atores políticos como uma tática, na tentativa de desacreditar reportagens e factos que não são do seu agrado ou de acordo com os seus interesses (Carmi *et al.*, 2020), algo que a literatura tem denominado de “rótulo de *fake news*”.

Misinformation é definida na literatura como “informações imprecisas, abertas a múltiplas compreensões e usos” (Santos-D’Amorim & Miranda, 2021, p. 9); “informação falsa” (Floridi, 2005, p. 352); “dados bem formados e significativos (ou seja, conteúdo semântico) que são falsos” (Floridi, 2011, p. 260); e “informações falsas, partilhadas pelo remetente, consideradas verdadeiras, por exemplo, conteúdo enganoso” (Lim, 2023, p. 2). Fallis (2014) menciona que este tipo de informação pode derivar de erros honestos, negligência, ou parcialidade inconsciente, e Karlova e Lee (2011) apontam que a “*misinformation* pode também ser incerta (talvez por apresentar mais do que uma possibilidade ou escolha), vaga (pouco clara) ou ambígua (aberta a múltiplas interpretações)” (p. 3).

A questão da intencionalidade, já previamente mencionada, está presente de forma clara nas definições de *disinformation* encontradas na literatura. Nesse sentido, a *disinformation* “vem de alguém que está ativamente a tentar enganar” (Fallis, 2014, p. 136), e, “para desinformar, é preciso ter a intenção de enganar alguém” (Fallis, 2009, p.3). Portanto, de um modo simples, a *disinformation* constitui *misinformation* transmitida propositadamente para induzir o recetor a acreditar que se trata de informação (Floridi, 2011, p. 260). Desse modo, a “*disinformation* é informação deliberadamente enganosa” (Karlova & Fisher, 2013, p. 3), isto é, informação falsa compartilhada pelo remetente, que a sabe como tal, por exemplo, conteúdo fabricado ou manipulado (Lim, 2023, p. 2).

1.2. Fake news enquanto Rótulo

Segundo Egelhofer e Lecheler (2019), o termo “*fake news*” tem sido ainda utilizado por atores políticos como uma arma, cujo propósito é minar a confiança do público nos meios de comunicação institucionais como partes centrais dos sistemas políticos democráticos. Assim, o rótulo de *fake news* retrata os meios de comunicação como instituições que propositalmente espalham desinformação com a intenção de enganar. Conforme abordado anteriormente, as eleições presidenciais norte-americanas de 2016 foram um marco importante para o fenómeno das *fake news* e o seu estudo. Este episódio ainda representa o mais proeminente exemplo do uso do termo *fake news* como um rótulo (Egelhofer & Lecheler, 2019). Na literatura enfatiza-se que a utilização do rótulo de *fake news* por parte de atores políticos não é acompanhada de uma explicação para se acusar a fonte da notícia de ser incorreta ou parcial (McNair, 2017). Assim, o termo é utilizado não para avaliar criticamente as notícias, mas, sim, para atacar a legitimidade da fonte. Inclusivamente, as Nações Unidas afirmaram estar “alarmadas com casos em que as autoridades públicas denigrem, intimidam e ameaçam os meios de comunicação”, frequentemente alegando que os *media* são a oposição, que estão a mentir e que têm uma agenda política oculta (UN *et al.*, 2017, p. 1). Por tudo isto, Egelhofer e Lecheler (2019) consideram que o rótulo de *fake news* representa o sintoma mais visível de uma tendência na comunicação política: um aumento da deslegitimação da crítica mediática por parte de atores políticos.

2. Determinantes da Disseminação e Suscetibilidade às Fake news

Considerando que a viralidade das *fake news* depende das pessoas que as propagam (Karami *et al.*, 2021; Giachanou *et al.*, 2020), a presente secção debruça-se sobre os determinantes individuais, sociais e contextuais da suscetibilidade às *fake news* e da disseminação das mesmas por parte dos indivíduos.

2.1. Determinantes Individuais

Sentimentos e Emoções

DiFonzo e Bordia (2007) argumentam que a ansiedade pode criar uma pressão emocional nos indivíduos que os conduz a disseminar *fake news* e que, em situações marcadas por elevada ansiedade, as *fake news* podem servir para justificar os sentimentos dos indivíduos, bem como aliviar a tensão emocional que os mesmos sentem (Allport & Postman, 1947).

As relações anteriormente enunciadas têm sido corroboradas empiricamente em vários estudos. Por exemplo, Freiling e colegas (2023), através de um estudo experimental, observaram que quanto mais ansioso um indivíduo se sentia, mais acreditava em *fake news* sobre a Covid-19. Resultados

consistentes foram encontrados por Escolà-Gascón e colegas (2023), que aplicaram a 1 452 participantes uma escala de avaliação de sintomas clínicos de ansiedade e stress, bem como uma escala de sintomas afetivos e de avaliação de distúrbios presentes no DSM-V, antes de pedir aos mesmos que indicassem a veracidade de 18 afirmações sobre a Covid-19 (seis falsas, seis verdadeiras, e seis indeterminadas). Os autores concluíram que, de entre outras psicopatologias, como histrionismo e paranoia, a incapacidade de reconhecer *fake news* estava associada a maiores níveis de ansiedade. Ainda, Martel e colegas (2020) expuseram 409 indivíduos a 20 notícias verdadeiras ou falsas, avaliando o seu estado emocional. Ademais, mediram o discernimento como a diferença entre a deteção de notícias verdadeiras e falsas. Os autores verificaram que um menor discernimento se encontrava relacionado com emoções como "excitado", "assustado", "perturbado" ou "envergonhado", enquanto outros estados emocionais, como "determinado" ou "atento", estavam relacionados com o pensamento analítico³, não apresentando este efeito. Desta forma, uma maior inteligência emocional parece se repercutir numa melhor deteção de *fake news* (Beauvais, 2022).

Personalidade

Mirzabeigi e colegas (2023) investigaram o efeito dos traços de personalidade nos comportamentos de evitamento de informação sobre a Covid-19, bem como na capacidade de detetar notícias falsas sobre a doença. Para tal, aplicaram a uma amostra de 242 estudantes um questionário que media os traços de personalidade do modelo Big Five, a capacidade de detetar *fake news* e o evitamento de informação. Os resultados demonstraram uma correlação significativa e positiva entre a extroversão, abertura à experiência, agradabilidade e conscienciosidade e a capacidade de detetar notícias falsas. Na mesma linha, Sampat e Raj (2022) descobriram no seu estudo (N=221) que os indivíduos que apresentavam níveis mais altos de extroversão, neuroticismo e abertura partilhavam instantaneamente as notícias nas plataformas das redes sociais. Em contrapartida, os traços de personalidade de agradabilidade e conscienciosidade estavam associados à autenticação das notícias antes de as partilharem na plataforma de redes sociais.

Por fim, Apuke e Omar (2021) abordaram o papel do altruísmo na disseminação de *fake news*, medindo o mesmo com questões como “partilho notícias sobre a Covid-19 nas redes sociais: porque gosto de ajudar os outros; porque quero inspirar e encorajar os outros; porque quero dar informações aos outros”. Concluíram que este construto previa a partilha de *fake news* relacionadas com a Covid-19. Em concreto, os autores mencionam que o mesmo está relacionado com querer ajudar os outros através da partilha de informações e, por conseguinte, durante a pandemia, as pessoas pretendiam apenas partilhar informações que achavam que

³ O pensamento analítico será explorado na secção “d. Cognição”.

podiam ajudar a travar o vírus e, ao fazê-lo, dificilmente pensavam na autenticidade da mensagem. Investigações anteriores mostraram também que a partilha de notícias é vista como um contributo para a coesão social, onde os utilizadores são motivados pela relevância que podem ter para o destinatário e pela intenção do remetente de "dar conselhos ou avisos" (Apuke & Omar, 2020).

Atitudes Políticas

Partindo da teoria da dissonância cognitiva, que sugere que as inconsistências cognitivas são desconfortáveis para os indivíduos (Festinger, 1962), Sindermann e colegas (2020) argumentam que os indivíduos tendem a avaliar notícias como falsas se as mesmas incluírem conteúdo que se opõe às suas atitudes políticas, por forma a reduzir ou prevenir uma potencial dissonância. Winkielman e colegas (2012) corroboram esta ideia, ao referirem que as informações que são coerentes com os conhecimentos e as crenças de uma pessoa são processadas com maior fluidez, e, por conseguinte, entendidas de forma mais positiva. Ora, no contexto específico das notícias, esta premissa pode indicar que o conteúdo noticioso que mais se alinha com as atitudes políticas dos indivíduos será processado de forma mais fluída e, por tal, ser entendido como mais exato. Na mesma senda, alguns autores, como Kahan (2017) e van Bavel e Pereira (2018), têm argumentado que os indivíduos são suscetíveis a decidir sobre a perceção da exatidão da informação, como as notícias, com base nos seus valores partidários. Em essência, os indivíduos tendem a sobrevalorizar a veracidade de notícias que são consistentes com as suas atitudes políticas e, em sentido inverso, subavaliar a veracidade de notícias que são inconsistentes com as suas atitudes políticas.

Quanto ao trabalho empírico desenvolvido neste âmbito, Anthony e Moulding, no seu estudo de 2019, testaram a relação entre a identidade política e a crença em *fake news*⁴ através da aplicação de um questionário a uma amostra de 125 participantes. Concluíram que quanto mais os indivíduos fossem a favor de Trump/Partido Republicano, mais avaliavam manchetes de *fake news* com conteúdo sobre Clinton como fidedignos e vice-versa. Por sua vez, quanto mais fossem a favor de Trump, menos avaliavam manchetes de *fake news* com conteúdo negativo sobre Trump como fidedignos e vice-versa. Na mesma linha, estudos, como o de Allcott e Gentzkow (2017) e Bago e colegas (2020), apoiam a ideia de que os indivíduos tendem a sobrevalorizar a veracidade de todas as notícias que se enquadram melhor nas suas crenças e atitudes políticas em comparação com as notícias que não se enquadram⁵.

⁴ O estudo pretendia, ainda, analisar a relação entre crenças em teorias da conspiração e crenças em *fake news* conspiratórias ou não, mas, para efeitos do presente artigo, apenas serão mencionados os resultados concernentes à identidade política.

⁵ Mais sobre estes estudos será explicado na secção "d. Cognição".

Também o já mencionado estudo de Freiling e colegas (2023) analisou a influência da ideologia política e do partidarismo na crença e disseminação de *fake news*. Os autores concluíram que quanto mais os indivíduos se identificavam como republicanos, maior era a probabilidade de acreditarem em *misinformation*, mas não em informações exatas ou *fact-checks*. Além disso, os republicanos mais acérrimos estavam, de facto, mais dispostos a partilhar desinformação, como os autores anteciparam, mas também estavam mais propensos a partilhar *fact-checks* e informação correta. É ainda de mencionar que Freiling e colegas (2023) tentaram perceber se a ansiedade manipulada na experiência interagiu com a ideologia política, verificando que a relação entre o partidarismo e a crença nas afirmações foi significativamente mais forte entre os inquiridos altamente ansiosos, sendo a crença nas afirmações mais elevada entre os republicanos fortes. Os republicanos altamente ansiosos também mostraram a maior vontade de partilhar todos os tipos de mensagens, bem como os níveis mais elevados de crença, especialmente na *misinformation*. Esta ideia já tinha sido apresentada por Weeks (2015), que conduziu uma experiência na qual manipulou os sentimentos de ansiedade e raiva dos participantes (N=768), antes de questionar os mesmos acerca da veracidade de artigos noticiosos sobre a imigração ou pena de morte, controlando também a afiliação política dos indivíduos. Quando expostos inicialmente a alegações incorretas acerca de política, os indivíduos com níveis mais elevados de raiva têm uma maior probabilidade de processar informação de uma forma partidária, representando crenças que reforçam a sua afiliação partidária. Em contraste, a ansiedade reduz a dependência do partidarismo numa fase inicial e leva a crenças consistentes com a informação presente na mensagem. Em suma, as percepções políticas erróneas demonstram ter origem, não apenas do partidarismo, mas sim de uma interação de emoções, identificação partidária e ambiente da informação.

Cognição

Ainda na linha do estudo das atitudes políticas, Bago e colegas (2020) solicitaram à sua amostra de 1 012 participantes que, após lerem 16 manchetes de notícias (falsas e verdadeiras), indicassem se a manchete descrevia de forma precisa um acontecimento que realmente ocorreu. A diferença neste estudo é que, num primeiro momento, os participantes não tinham limite de tempo para completar a experiência. Num segundo momento, os participantes deram uma resposta inicial, em que o grau de deliberação foi minimizado pelo facto de os participantes terem de completar uma tarefa de esforço (memorizar um padrão de cinco pontos numa matriz 4X4) e responder em sete segundos. De seguida, foi-lhes apresentado novamente o mesmo título (sem tempo limite ou esforço) e foi-lhes pedido que dessem uma resposta final. Os autores verificaram, tal como previamente mencionado, que os indivíduos atribuem maior importância à veracidade de notícias que estejam alinhadas com suas crenças e posicionamentos políticos, tanto antes como depois de um período de deliberação. No entanto, os participantes, após o período de deliberação,

tendiam a corrigir a sua resposta quanto à veracidade das notícias, independentemente de o conteúdo das *headlines* ser consistente ou não com as suas atitudes políticas.

Pennycook e Rand (2019a), por seu turno, questionaram-se sobre o papel do raciocínio no discernimento de notícias falsas e reais, independentemente da ideologia política. Assim, pediram a 802 participantes que indicassem a veracidade de 30 manchetes e se as partilhariam, bem como solicitaram aos participantes que respondessem a sete itens do Cognitive Reflection Test (CRT). O CRT (Frederick, 2005; Thomson & Oppenheimer, 2016) é um teste que mede se os indivíduos pensam de forma analítica, isto é, um pensamento controlado e consciente, ou de forma intuitiva, isto é, um pensamento mais automático e inconsciente (Kahneman, 2011). Tendo isto em conta, Pennycook e Rand (2019a) constataram que o pensamento analítico se encontrava negativamente relacionado com a perceção de veracidade de manchetes de *fake news*, independentemente de as mesmas serem ou não consistentes com as atitudes políticas dos indivíduos.

Em suma, por um lado, o pensamento analítico parece estar apenas ligeira e positivamente relacionado com a perceção de veracidade de notícias reais. Por outro lado, tem sido constatado que o pensamento analítico está positivamente relacionado, de forma consistente, com a capacidade de distinguir notícias reais de *fake*. Assim, o pensamento analítico, em contraste com a intuição, demonstra ser um fator de resiliência robusto no que concerne a acreditar em *fake news* (Machette & Turpin, 2020; Pehlivanoglu *et al.*, 2021; Pennycook & Rand, 2019b), independentemente da consistência das mesmas com as atitudes políticas dos indivíduos.

Por fim, Pennycook e colegas (2018) abordam ainda a exposição prévia e o efeito de verdade ilusória. Concretamente, a exposição prévia a uma notícia aumenta a probabilidade de as pessoas a considerarem verdadeira, em virtude de a repetição da exposição aumentar a fluência do processamento cognitivo que, por sua vez, é usado para inferir a exatidão das notícias (van der Linden, 2022). No entanto, os autores verificaram que, se as pessoas forem expostas a avisos sobre a veracidade das notícias, este efeito é atenuado (Pennycook *et al.*, 2018).

Literacia

Numa nota final, importará ainda mencionar que a literacia digital é identificada um fator de proteção à suscetibilidade a *fake news*, tal como a cultura da informação (quadro intelectual para compreender, encontrar, avaliar e utilizar a informação), sendo que a exposição a programas que fomentam as mesmas demonstram efeitos na capacidade de deteção de conteúdos falsos (respetivamente, Guess *et al.*, 2020; Jones-Jang *et al.*, 2021). Numa recente revisão sistemática, Melchior e Oliveira (2024) verificaram que os artigos analisados consideraram que uma das soluções

mais relevantes a adotar tanto pelos governos, como pela sociedade civil, deve ser o aumento da literacia digital através de políticas públicas que promovam a educação digital dos cidadãos. Adicionalmente, a educação de literacia mediática é uma ferramenta crucial para combater a desinformação, uma vez que permite uma análise e avaliação crítica à informação que se encontra online, fomentando decisões fundamentadas (e.g., Dell, 2019).

2.2. Determinantes Sociais

Relações Sociais

DiFonzo e Bordia (2007) mencionam que o enriquecimento de relações sociais é um dos objetivos da difusão de informações não verificadas. E, efetivamente, Apuke e Omar (2021) constataram empiricamente que a socialização é um construto fortemente relacionado com a disseminação de *fake news* (e.g. “partilho notícias sobre a Covid-19 nas redes sociais porque posso falar sobre algo com os outros/sinto-me envolvido com o que se está a passar com os outros/posso interagir com os outros quando partilho as notícias”).

Por seu turno, Karami e colegas (2021) argumentam que ao desenvolverem relações sociais a curto prazo, com o propósito de agradar aos outros, as pessoas podem partilhar informação sem verificar a sua autenticidade, com vista a captar a atenção dos seus colegas. No mesmo sentido, tem-se estudado a partilha instantânea de notícias, que Apuke e Omar (2021) mediram com questões como “partilho instantaneamente notícias sobre a Covid-19 nas redes sociais que possam ser úteis a outras pessoas/para fornecer informações instantâneas/divulgar informações que possam ser do interesse de outras pessoas”. Estes autores descobriram uma forte relação entre este construto e a partilha de *fake news*, algo justificável pela vontade que as pessoas sentem de partilhar mais e mais informações com os membros do seu grupo o mais rapidamente possível, acabando por, devido à pressa de o fazer, partilhar também notícias falsas que pareçam verdadeiras (Hunt, 2016)⁶.

Finalmente, Cialdini (2007) aponta que os indivíduos tendem a seguir, apoiar e interagir com pessoas de quem gostam. No mesmo encalço, Karami e colegas (2021) afirmam que os utilizadores de redes sociais tendem a partilhar notícias de fontes ou comunidades com que se identificam, sem verificar a veracidade das mesmas; e que os indivíduos podem ainda transmitir, em relações de amizade, *fake news* como uma forma de aviso, para mostrar preocupação pelos colegas.

⁶ Este comportamento de partilha pode ser mais acentuado quando motivado pelo medo e pela ansiedade (Laato *et al.*, 2020).

Estatuto

Karami e colegas (2021) sugerem que o estatuto pode ser um fator motivacional para a disseminação de *fake news*, na medida em que tal disseminação catalisa um método de auto-aprimoramento, motivando os indivíduos a conscientemente espalharem conteúdo falso para ganhos pessoais, ou, inconscientemente, a espalharem conteúdo falso que se alinha com as suas crenças. Ademais, os autores mencionam que a motivação para aumentar o estatuto social nas redes sociais (i.e., a popularidade e influência) pode incrementar a disseminação de *fake news*. Sampat e Raj (2022) apresentam conclusões semelhantes no seu estudo, que demonstrou que as gratificações de socialização levam à partilha instantânea de notícias em plataformas de redes sociais. Apuke e Omar (2021) reforçam esta evidência, verificando que a autopromoção prevê a partilha de notícias falsas relacionadas com a Covid-19 (e.g. “partilhar notícias sobre a Covid-19 nas redes sociais ajuda-me a impressionar outras pessoas/expressar-me/faz-me sentir importante”).

2.3. Determinantes Contextuais

Incerteza e Falta de Controlo sobre as Situações

No que concerne à incerteza, Karami e colegas (2021) afirmam que a frequência da partilha de notícias falsas aumenta em situações de incerteza, como pandemias globais, quando os pormenores da propagação são desconhecidos, em eventos políticos, como uma eleição, quando as pessoas não têm a certeza dos resultados⁷. Na falta de informação credível disponível, os indivíduos recorrem a fontes não oficiais para colmatar a falta de informação e, à medida que a incerteza aumenta, a confiança em crenças firmes e a coesão entre os utilizadores com a mesma ideologia ou no mesmo grupo diminui, pelo que os utilizadores se encontram mais propensos a aceitar novas informações como verdadeiras, mesmo que sejam falsas, pois são as únicas informações que conseguem, embora ilusoriamente, resolver a incerteza. Ademais, esta incerteza gera emoções como ansiedade e raiva, que podem, por sua vez, afetar a disseminação de *fake news* de outras formas (Weeks, 2015), conforme já referido.

Na mesma esteira, surge a questão da falta de controlo sobre as situações. Quando os indivíduos se encontram incertos da sua própria situação, sentem também que não estão em controlo da mesma (Bordia *et al.*, 2004). Ao sentirem que não têm controlo do que se passa, recorrem a estratégias de controlo secundárias que consistem em respostas emocionais, como esperar o pior para evitar desilusão, culpar o “destino” pelas situações, ou formular uma interpretação própria do acontecimento. Nesta linha, a

⁷ Conforme abordado na introdução, a pandemia de Covid-19 e as eleições presidenciais de 2016 foram momentos cruciais para o fenómeno das *fake news*.

literatura tem sustentado que as *fake news* podem ser uma forma de recuperar o controlo neste tipo de situações (Karami *et al.*, 2021).

Partilha Instantânea de Notícias, Disponibilidade de Audiência e Estrutura das Redes Sociais

Por sua vez, Nelson e Taneja (2018) rejeitaram a ideia de que as *fake news* são algo que se encontra altamente disseminado pela população. Com efeito, argumentaram, antes, que o público das notícias falsas é constituído por um pequeno número de utilizadores intensivos da Internet, enquanto a maioria dos consumidores de notícias continua a aderir às fontes de notícias mais conhecidas. Aliás, esta ideia já tinha sido apresentada por Allcott e Gentzkow (2017), que concluíram que mesmo as notícias falsas mais divulgadas foram vistas apenas por uma pequena fração dos americanos. Ora, esta ideia parece partir do conceito de disponibilidade da audiência. Mais concretamente, a quantidade de tempo que a audiência tem para utilizar o meio, sendo que as pessoas tendem a escolher os programas que veem de acordo com a sua disponibilidade e não com as suas preferências. Assim, as audiências com mais disponibilidade, ou seja, utilizadores intensivos dos meios de comunicação, têm mais tempo para explorar diferentes meios de comunicação (Nelson & Taneja, 2018).

Beauvais (2022) argumenta, ainda, que o próprio ecossistema das redes sociais permite a proliferação de *fake news*, sendo que a exposição a este tipo de conteúdos é algo inerente à utilização da Internet. Com efeito, a informação disponível na Internet não é selecionada e é disseminada a partir de uma variedade de fontes cuja fiabilidade não está relacionada com a sua popularidade. Na verdade, sugere-se que a difusão das notícias falsas é mais rápida e mais profunda do que a das notícias verdadeiras. As notícias verdadeiras em cascata raramente chegam a mais de 1 000 pessoas, ao passo que o 1% das notícias falsas em cascata chega, regularmente, a entre 1 000 a 100 000 pessoas (Vosoughi *et al.*, 2018). Assim, tal como alegam Nelson e Taneja (2018) e Allcott e Gentzkow (2017), fará sentido que quanto mais utilizarmos a Internet mais iremos consumir notícias falsas.

Reflexões finais

O conceito de *fake news* é altamente complexo e, consequentemente, de difícil estudo e compreensão. Não obstante, foi possível perceber que, apesar de não constituir o melhor termo, as “*fake news*” englobam conteúdo falso, apresentado num formato jornalístico, criado com a intenção deliberada de enganar.

As *fake news* não existem num vácuo. Efetivamente, não teriam tomado a dimensão atual não fosse o papel daqueles que criam este conteúdo. Porém, tão importante quanto o papel daqueles que o cria, é o papel dos que acreditam que estão a ler conteúdo factual, permitindo, assim, a proliferação desta nova forma de ataque à transparência e ao Estado

democrático. Ademais, se, à primeira vista, parecem simples os fatores que se associam à suscetibilidade à desinformação, vemos estas relações complexificarem-se ao entendermos, por exemplo, que o efeito das atitudes políticas parece ser moderado por emoções como raiva e ansiedade ou a própria cognição dos indivíduos.

A constatação de que existem fatores específicos associados a uma maior suscetibilidade às *fake news* e à sua disseminação, bem como de fatores que conferem resiliência às mesmas, como literacia digital e mediática, possibilita a sua consubstanciação num importante escudo a este fenómeno. Com efeito, constatou-se, por exemplo, que determinadas emoções e características da personalidade têm um papel relevante na propagação de notícias falsas. Pistas de prevenção, como a gestão do impacto emocional em circunstâncias específicas, podem ser cruciais para um melhor e mais crítico processamento de informações, especialmente em redes sociais. Adicionalmente, a presente revisão da literatura enfatiza a importância de programas que auxiliem a avaliar a veracidade das informações, bem como da educação e formação, abrangendo o aumento de habilidades críticas de compreensão de notícias. Preconiza-se que tais programas de prevenção funcionem em paralelo com o reforço, por parte dos meios de comunicação, dos processos de *fact-checking*. Ademais, a autorreflexão sobre a forma como as notícias são apresentadas ao público deve ser sistemática, envolvendo um compromisso de transparência dos *media*, pedra angular para que a confiança no jornalismo (e, em consequência, na democracia), persista firme.

Referências bibliográficas

- AKERS, J. et al. (2018), *Technology-Enabled Disinformation: Summary, Lessons, and Recommendations*.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. (2017), "Social Media and *Fake news* in the 2016 Election", *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- ALLPORT, G. W.; POSTMAN, L. J. (1947), *The psychology of rumor*, Russell & Russell New York.
- ANTHONY, A.; MOULDING, R. (2019), "Breaking the news: Belief in *fake news* and conspiracist beliefs", *Australian journal of psychology*, 71(2), 154-162.
- APUKE, O. D.; OMAR, B. (2020), "*Fake news* proliferation in Nigeria: Consequences, motivations, and prevention through awareness strategies", *Humanities & Social Sciences Reviews*, 8(2), 318-327.
- APUKE, O. D.; OMAR, B. (2021), "User motivation in *fake news* sharing during the COVID-19 pandemic: an application of the uses and gratification theory", *Online Information Review*, 45(1), 220-239. <https://doi.org/10.1108/OIR-03-2020-0116>
- BAGO, B.; RAND, D. G.; PENNYCOOK, G. (2020), "*Fake news*, fast and slow: Deliberation reduces belief in false (but not true) news headlines", *Journal of experimental psychology: general*, 149(8), 1608.
- BAKIR, V.; MCSTAY, A. (2017), "*Fake news* and The Economy of Emotions: Problems, causes, solutions", *Digital Journalism*, 6, 1-22. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>
- BARCLAY, D. A. (2018), *Fake news, propaganda, and plain old lies: how to find trustworthy information in the digital age*, Rowman & Littlefield.
- BAPTISTA, J. P.; GRADIM, A. (2020), "Understanding *fake news* consumption: A review", *Social Sciences*, 9(10), 185.
- BEAUVAIS, C. (2022), "*Fake news*: Why do we believe it?", *Joint Bone Spine*, 89(4), 105371. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jbspin.2022.105371>

- BORDIA, P. *et al.* (2004), "Uncertainty during organizational change: Types, consequences, and management strategies", *Journal of business and psychology*, 18, 507-532.
- CARMI, E.; YATES, S. J.; LOCKLEY, E.; PAWLUCZUK, A. (2020), "Data citizenship: rethinking data Literacy in the age of disinformation, misinformation, and malinformation" [Article]. *Internet Policy Review*, 9(2), 22. <https://doi.org/10.14763/2020.2.1481>
- CHEN, S.; XIAO, L.; KUMAR, A. (2023), "Spread of misinformation on social media: What contributes to it and how to combat it", *Computers in Human Behavior*, 141, 107643. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.chb.2022.107643>
- CIALDINI, R. B. (2007), *Influence: The psychology of persuasion*, New York, Harper Collins.
- CNCS. (2020), *Cidadão Ciberinformado - O que são as fake news e porque nos preocupam?* Retrieved 27/12/2023 from <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-que-sao-fake-news/>
- DELL, M. (2019), "Fake news, alternative facts, and disinformation: the importance of teaching media literacy to law students", *TOURo L. REv.*, 35, 619.
- DIFONZO, N.; BORDIA, P. (2007), *Rumor psychology: Social and organizational approaches*, American Psychological Association.
- DIFRANZO, D.; GLORIA-GARCIA, K. (2017), "Filter bubbles and fake news", *XRDS: Crossroads, The ACM Magazine for Students*, 23, 32-35. <https://doi.org/10.1145/3055153>
- EGELHOFFER, J.; LECHERER, S. (2019), "Fake news as a two-dimensional phenomenon: a framework and research agenda", *Annals of the International Communication Association*, 43, 1-20. <https://doi.org/10.1080/23808985.2019.1602782>
- ESCOLÀ-GASCÓN, Á. *et al.* (2023), "Who falls for fake news? Psychological and clinical profiling evidence of fake news consumers", *Personality and Individual Differences*, 200, 111893. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111893>
- FALLIS, D. (2009), A Conceptual Analysis of Disinformation.
- FALLIS, D. (2014), A Functional Analysis of Disinformation.
- FESTINGER, L. (1962), *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- FLORIDI, L. (1996), "Brave.Net.World: The Internet As a Disinformation Superhighway?", *The Electronic Library*, 14, 509-514. <https://doi.org/10.1108/eb045517>
- FLORIDI, L. (2005), "Is Semantic Information Meaningful Data?", *Philosophy and Phenomenological Research*, 70, 351-370. <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2005.tb00531.x>
- FLORIDI, L. (2011), *The philosophy of information* (Vol. 50), Oxford University Press.
- FREDERICK, S. (2005), "Cognitive reflection and decision making", *Journal of Economic Perspectives*, 19(4), 25-42.
- FREILING, I.; KRAUSE, N. M.; SCHEUFELE, D. A.; BROSSARD, D. (2023), "Believing and sharing misinformation, fact-checks, and accurate information on social media: The role of anxiety during COVID-19", *New Media & Society*, 25(1), 141-162.
- GELFERT, A. (2018), "Fake news: A definition", *Informal logic*, 38(1), 84-117.
- GIACHANOU, A. *et al.* (2020). "The role of personality and linguistic patterns in discriminating between fake news spreaders and fact checkers", in *Natural Language Processing and Information Systems: 25th International Conference on Applications of Natural Language to Information Systems, NLDB 2020, Saarbrücken, Germany, June 24–26, 2020, Proceedings* 25,
- GUESS, A. M. *et al.* (2020), "A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India", *Proc Natl Acad Sci U S A*, 117(27), 15536-15545. <https://doi.org/10.1073/pnas.1920498117>
- HLEG. (2018), A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation. *European Commission, Directorate-General for Communication Networks, Content and Technology*.
- HUNT, E. (2016), *What is fake news? How to spot it and what you can do to stop it*. Retrieved 02/01/2024 from <https://www.theguardian.com/media/2016/dec/18/what-is-fake-news-pizzagate>
- JONES-JANG, S. M.; MORTENSEN, T.; LIU, J. (2021), "Does Media Literacy Help Identification of Fake news? Information Literacy Helps, but Other Literacies Don't", *American Behavioral Scientist*, 65(2), 371-388. <https://doi.org/10.1177/0002764219869406>
- KAHAN, D. (2017), "Misconceptions, Misinformation, and the Logic of Identity-Protective Cognition", *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2973067>
- KAHNEMAN, D. (2011), *Thinking, fast and slow*, Farrar, Straus and Giroux.
- KARAMI, M.; H. NAZER, T.; LIU, H. (2021), *Profiling Fake news Spreaders on Social Media through Psychological and Motivational Factors*. <https://doi.org/10.1145/3465336.3475097>
- KARLOVA, N.; FISHER, K. E. (2013), "A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour", *Inf. Res.*, 18.
- KARLOVA, N. A.; LEE, J. H. (2011), "Notes from the underground city of disinformation: A conceptual investigation", *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*, 48(1), 1-9.
- LAZER, D. *et al.* (2017), *Combating fake news: An agenda for research and action*.

- LIM, W. M. (2023), "Fact or fake? The search for truth in an infodemic of disinformation, misinformation, and malinformation with deepfake and *fake news*" [Article; Early Access], *Journal of Strategic Marketing*, 37. <https://doi.org/10.1080/0965254x.2023.2253805>
- MACHETTE, P.; TURPIN, M. (2020), "The Use of Critical Thinking to Identify *Fake news*: A Systematic Literature Review", In Marié Hattingh; Machdel Matthee; Hanlie Smuts; Ilias Pappas; Yogesh K. Dwivedi; Matti Mäntymäki (eds.), *Responsible Design, Implementation and Use of Information and Communication Technology*, pp. 235-246. https://doi.org/10.1007/978-3-030-45002-1_20
- MARTEL, C.; PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. (2020), "Reliance on emotion promotes belief in *fake news*", *Cognitive Research: Principles and Implications*, 5, 47. <https://doi.org/10.1186/s41235-020-00252-3>
- MCNAIR, B. (2017), *Fake news: Falsehood, fabrication and fantasy in journalism*, Routledge.
- MELCHIOR, C.; OLIVEIRA, M. (2024), "A systematic literature review of the motivations to share fake news on social media platforms and how to fight them", *New Media & Society*, 26(2), 1127-1150.
- MIRÓ-LLINARES, F.; AGUERRI, J. C. (2023), "Misinformation about *fake news*: A systematic critical review of empirical studies on the phenomenon and its status as a 'threat'", *European Journal of Criminology*, 20(1), 356-374. <https://doi.org/10.1177/1477370821994059>
- MIRZABEIGI, M.; TORABI, M.; JOWKAR, T. (2023), "The role of personality traits and the ability to detect *fake news* in predicting information avoidance during the COVID-19 pandemic", *Library Hi Tech*.
- NELSON, J. L.; TANEJA, H. (2018), "The small, disloyal *fake news* audience: The role of audience availability in *fake news* consumption", *New Media & Society*, 20(10), 3720-3737. <https://doi.org/10.1177/1461444818758715>
- NIELSEN, R.; GRAVES, L. (2017), "'News you don't believe': Audience perspectives on *fake news*", *Reuters Institute for the Study of Journalism*.
- PEHLIVANOGLU, D. et al. (2021), "The role of analytical reasoning and source credibility on the evaluation of real and fake full-length news articles", *Cognitive Research: Principles and Implications*, 6, 24. <https://doi.org/10.1186/s41235-021-00292-3>
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. (2017), "Assessing the Effect of 'Disputed' Warnings and Source Salience on Perceptions of *Fake news* Accuracy", *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3035384>
- PENNYCOOK, G.; CANNON, T.; RAND, D. G. (2018), "Prior Exposure Increases Perceived Accuracy of *Fake news*", *Journal of Experimental Psychology General*, 147(12), 1865-1880. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2958246>
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. (2019a), "Lazy, not biased: Susceptibility to partisan *fake news* is better explained by lack of reasoning than by motivated reasoning", *Cognition*, 188, 39-50.
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. (2019b), "Who falls for *fake news*? The roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking", *Journal of Personality*, 88. <https://doi.org/10.1111/jopy.12476>
- RUBIN, V. L.; CHEN, Y.; CONROY, N. K. (2015), "Deception detection for news: three types of fakes", *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, 52(1), 1-4.
- SAMPAT, B.; RAJ, S. (2022), "Fake or real news? Understanding the gratifications and personality traits of individuals sharing *fake news* on social media platforms", *Aslib Journal of Information Management*, 74(5), 840-876. <https://doi.org/10.1108/AJIM-08-2021-0232>
- SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. (2021), "Misinformation, Disinformation, and Malinformation: Clarifying the Definitions and Examples in Disinfodemic Times" [Article], *Encontros Bibli-Revista Eletronica De Biblioteconomia E Ciencia Da Informacao*, 26, 23. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e76900>
- SINDERMAN, C.; COOPER, A.; MONTAG, C. (2020), "A short review on susceptibility to falling for fake political news", *Current Opinion in Psychology*, 36, 44-48. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.014>
- TANDOC, E.; LIM, Z.; LING, R. (2017), "Defining '*Fake news*': A typology of scholarly definitions", *Digital Journalism*, 6, 1-17. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- THOMSON, K. S.; OPPENHEIMER, D. M. (2016), "Investigating an alternate form of the cognitive reflection test", *Judgment and Decision making*, 11(1), 99-113.
- UN; OSCE; OAS; ACHPR. (2017), *Joint declaration on freedom of expression and fake news, disinformation and propaganda*. <http://www.osce.org/fom/302796?download=true>
- VAN BAVEL, J. J.; PEREIRA, A. (2018), "The partisan brain: An identity-based model of political belief", *Trends in Cognitive Sciences*, 22(3), 213-224.
- VAN DER LINDEN, S. (2022), "Misinformation: susceptibility, spread, and interventions to immunize the public", *Nature Medicine*, 28(3), 460-467. <https://doi.org/10.1038/s41591-022-01713-6>
- VARGO, C. J.; GUO, L.; AMAZEEN, M. A. (2018), "The agenda-setting power of *fake news*: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016", *New Media & Society*, 20(5), 2028-2049. <https://doi.org/10.1177/1461444817712086>
- VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. (2018), "The spread of true and false news online", *Science*, 359, 1146-1151. <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>

- WALKER, A. (2019), "Preparing Students for the Fight Against False Information With Visual Verification and Open Source Reporting", *Journalism & Mass Communication Educator*, 74, 107769581983109. <https://doi.org/10.1177/1077695819831098>
- WEEKS, B. E. (2015), "Emotions, partisanship, and misperceptions: How anger and anxiety moderate the effect of partisan bias on susceptibility to political misinformation", *Journal of communication*, 65(4), 699-719.
- WINKIELMAN, P.; HUBER, D. E.; KAVANAGH, L.; SCHWARZ, N. (2012), "Fluency of consistency: When thoughts fit nicely and flow smoothly", In B Gawronski; F. Strack (eds.), *Cognitive consistency: A fundamental principle in social cognition*, 89-111.

Matilde de Vilhena

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Endereço de correspondência: Rua dos Bragas, 223. 4050-123 Porto, Portugal.
E-mail: matilde.inesf@gmail.com

Samuel Moreira

CIJ (Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. CEJEIA (Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais) da Universidade Lusíada, Porto, Portugal. Endereço de correspondência: Rua dos Bragas, 223. 4050-123 Porto, Portugal.
E-mail: smoreira@direito.up.pt.

Inês Sousa Guedes (autor para correspondência)

Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ), Escola de Criminologia. Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Endereço de correspondência: Rua dos Bragas, 223. 4050-123 Porto, Portugal.
E-mail: iguedes@direito.up.pt

Artigo recebido a 11/06/2024 e aceite para publicação a 24/06/2024.

Português

Dinâmica dos Transportes Rodoviários Semicoletivos Interdistritais: O papel dos *narawas* no recrutamento de passageiros em Nacala-Porto

Pedrito Cambrão
Universidade Zambeze

Angelina Barros Alberto
Universidade Lúrio

Resumo

O artigo versa sobre transportes rodoviários semi-coletivos interdistritais: o papel dos *narawas* no recrutamento dos passageiros em Nacala, este descreve os fatores que ditaram o surgimento dos *narawas*, metodologicamente a pesquisa é qualitativa na variante descritiva. Para tal foram entrevistados 25 sujeitos, o estudo evidencia que um dos fatores que propiciou o surgimento de *narawas* e os novos *modi operandi* é o desemprego que afeta a camada juvenil, proliferação de transportadores fazendo as rotas interdistritais e a demanda na procura dos serviços. Conclui-se que, a atividade constitui uma estratégia de sobrevivência, cabendo ao governo criação de estratégias para o seu funcionamento, criação da associação, atribuição de cartões de identificação.

Palavras-chave: Passageiros; Transportes; *Narawas*.

English

Dynamics of Interdistrict Semi-collective Road Transport: The role of *narawas* in passenger recruitment in Nacala-Porto

Abstract

The article deals with interdistrict semi-collective road transport: The Role of describes the factors that dictated the emergence of *narawas*, methodologically the research is qualitative in the descriptive variant. To this end, 25 subjects were interviewed. The study shows that one of the factors that led to the emergence of *narawas* and the new *modi operandi* is unemployment that affects youth, the regularity of transporters traveling

interdistrict routes and the demand for services. It is concluded that the activity constitutes a survival strategy, with the government being responsible for creating strategies for its operation, creating the association, and attributing identification cards.

Keywords: Passengers; Transports; *Narawas*.

Français

Dynamique du transport routier intercommunal semi-collectif: Le rôle des *narawas* dans le recrutement des passagers à Nacala-Porto

Résumé

L'article traite du transport routier semi-collectif intercommunal : Le Rôle de décrit les facteurs qui ont dicté l'émergence des *narawas*, méthodologiquement la recherche est qualitative dans la variante descriptive. À cette fin, 25 sujets ont été interrogés. L'étude montre que l'un des facteurs qui ont conduit à l'émergence des *narawas* et au nouveau mode de fonctionnement est le chômage qui touche les jeunes, la régularité des transporteurs qui parcourent les itinéraires interdistricts et la demande de services. On conclut que l'activité constitue une stratégie de survie, le gouvernement étant responsable de la création des stratégies de fonctionnement, de la création de l'association et de l'attribution des cartes d'identité.

Mots-clés: Passagers; Transports; *Narawas*

Español

Dinámica del transporte por carretera semicolectivo interdistrital: El papel de los narawas en la captación de pasajeros en Nacala-Oporto

Resumen

El artículo trata sobre el transporte por carretera semicolectivo interdistrital: El papel de describe los factores que dictaron el surgimiento de los *narawas*,

metodológicamente la investigación es cualitativa en la variante descriptiva. Para ello se entrevistó a 25 sujetos. El estudio muestra que uno de los factores que propició el surgimiento de los *narawas* y el nuevo modus operandi es el desempleo que afecta a la juventud, la regularidad de los transportistas que recorren las rutas interdistritales y la demanda de servicios. Se concluye que la actividad constituye una estrategia de supervivencia, siendo el gobierno el responsable de crear estrategias para su funcionamiento, crear la asociación y asignar cédulas de identificación.

Palabras clave: Pasajeros; Transporte; *Narawas*.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar, a partir de um viés sociológico, os fatores e contornos, ou razões que ditaram o surgimento dos *narawas*¹, ao nível dos transportes privados semicoletivos interdistritais, na cidade de Nacala-Porto. Os transportes públicos rodoviários desempenham um papel crucial na sobrevivência humana, bem como no desenvolvimento da região, dada a mobilização de pessoas e bens. Mas com a dinâmica dos processos, sobremaneira a globalização e o aumento da densidade populacional a nível das cidades, o setor público não tem capacidades de satisfazer as necessidades dos cidadãos, no que diz respeito a transporte cómodo, eficiente e seguro. Foi nesse contexto que surgiram os transportes privados semicoletivos designados por *chapa 100*, com objetivo de suprir e reforçar o défice de transporte rodoviário de pessoas e bens.

A nível dos transportes rodoviários semicoletivos que circulam da cidade de Nacala- Porto para diversos distritos emergiu uma nova categoria social de indivíduos, aumentando a tríade: motoristas, utentes e cobradores, designados *narawas*. Mas, quem são os *narawas*? "*Narawas*" provêm da palavra macua "*rawa*" que, segundo os motoristas que circulam no troço Nacala-Nampula, tem dois significados: i) vendedor ambulante que circula nas ruas gritando e exibindo o que vende; ii) aquele que grita, mobiliza passageiros para subirem no *chapa 100*². Portanto, *narawas* são uma nova "insurgência socioeconómica" que acrescenta valor mobilizador à tríade acima descrita.

¹ Vendedor ambulante que circula nas ruas gritando e exibindo o que vende; aquele que grita, mobiliza ou angaria passageiros para subirem transporte público, vulgo "*chapa 100*", e em troca o motorista paga-lhe (normalmente tem sido 800 a 1500) o valor correspondente ao número de passageiros que vão ao destino final.

² Na visão de Colaço (n.d), no seu artigo sobre mentalidade *Chapa 100*, refere que este termo surgiu na cidade de Maputo no contexto da crise económica, e está ligado a dois fatores: carência de transportes públicos urbanos acompanhado do aumento da densidade populacional e à incapacidade do Estado de responder às necessidades impostas pelos habitantes da urbe; o termo *chapa 100* relaciona-se com o custo da passagem que, inicialmente era cobrado, de 100 Mt e foi gradualmente subindo para 300, 500, etc. Portanto, o *Chapa 100* simboliza estes tipos de transportes de passageiros.

É nesses moldes que surgiu a seguinte inquietação: quais são os fatores e/ou contornos do surgimento da atividade de *narawas* em Nacala-Porto? Partindo deste questionamento, o artigo tem como objetivo descrever os fatores e contornos que ditaram o surgimento dos *narawas* na cidade de Nacala-Porto. Especificamente, pretende-se: (i) compreender os fatores que propiciam, ou propiciaram, os novos *modus operandi* ou *faciendi* de recrutamento de passageiros nos terminais de transportes semicoletivos rodoviários, isto é, as dinâmicas envolventes; (ii) descrever as (in)justiças no processo de mobilização, angariação ou recrutamento dos passageiros pelos *narawas*; (iii) e por fim, analisar as redes de solidariedade envolvidas entre os motoristas e *narawas* no processo de recrutamento de passageiros.

Em termos metodológicos a pesquisa é qualitativa na variante descritiva; é de campo, apoiada em literatura que versa sobre transportes públicos urbanos, dinâmicas dos transportes públicos semicoletivos, bem como a qualidade dos serviços de transportes públicos urbanos. No final, fez-se a triangulação entre os dados colhidos a partir das entrevistas semi-estruturadas, o referencial teórico e os dados da observação naturalística. Para tal, foram administradas entrevistas semi-estruturadas a 25 sujeitos de pesquisa, dentre os quais dez *narawas*, cinco motoristas de *chapa 100*, dez utentes. Tendo em conta que o grupo-alvo, principalmente os *narawas*, é de difícil acesso e trabalha em grupos, optou-se por entrevistá-los com base na acessibilidade (nas paragens e terminais, os *narawas* e motoristas que estavam disponíveis e que foram entrevistados). A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para o enriquecimento do quadro teórico.

A preferência pela abordagem qualitativa prende-se com o facto do interesse ser de compreender e descrever as nuances do processo de mobilização ou recrutamento de passageiros pelos *narawas*. Pois, como diz Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os esforços para a regulamentação de princípios éticos na prática de pesquisa têm suscitado questões polêmicas, mas há sempre que ter atenção para que não se atrepele os princípios que ditam a ética nas pesquisas em ciências sociais. É através dessa ordem de ideias que, após ter a autorização do Posto Administrativo de Muanona em Nacala-Porto, elaborou-se um formulário sobre o consentimento informado, que permitiu que o grupo-alvo, mesmo com reservas, participasse no estudo voluntariamente. Todavia, receou-se que pedissem valores monetários em troca da informação e fotos.

Na análise e interpretação de dados, optou-se em codificar os informantes, para preservar a identidade do grupo-alvo. No caso dos *narawas* codificou-

se como *N1*, *N2*, *N3*; motoristas, *M1*, *M2*, *M3*, e passageiros, *P1*, *P2*, *P3*, assim sucessivamente, até o número definido como limite.

1. Contextualização sobre a situação dos transportes em Moçambique

Segundo Ibraimo e Feijó (2018), em finais da década de 1980, a ausência de transportes públicos e os problemas de mobilidade levaram ao surgimento de um setor privado. Diversos investidores ou empreendedores económicos, bem como alguns funcionários públicos investiram em transportadores semicoletivos de passageiros urbanos. Marcado pela informalidade, ao longo dos anos seguintes, o sistema de transportes foi sempre caracterizado por desorganização, insuficiência de veículos, sobrelotação das viaturas, encurtamento de rotas, deficientes condições de mecânicas das viaturas, condução desregrada e perigosa e, por conta disso, frequentes acidentes rodoviários. E, por sua vez, a USAID (2018) também complementa que, em Moçambique, os serviços públicos de transporte de passageiros, nas principais cidades, são prestados essencialmente por pequenos operadores do setor privado que utilizam viaturas conhecidas por *chapas 100* (que mais tarde passaram a ser chamadas apenas por *chapas*), na sua maioria mini autocarros de 15 lugares, e um menor número de veículos de 25 lugares.

No entanto, os pequenos operadores do setor privado estão na dianteira do processo de transporte rodoviário semicoletivo, garantindo assim a mobilidade das populações, produtos, transporte de mercadorias e outras atividades. Mas, mesmo assim, a problemática dos transportes urbanos em Moçambique vem-se agravando ano após ano e é caracterizada por: (i) notória incapacidade do Governo de autorizar o aumento do preço da tarifa; (ii) receita insuficiente para cobrir os custos de manutenção; (iii) falta de vias de acesso e infraestruturas adequadas para transporte urbano; (iv) práticas informais de compensação de custos, como o encurtamento de rotas e falta de meios de transporte suficientes para cobrir a demanda (CIP, 2017). Isso tudo dificulta a mobilidade de pessoas e transporte de produtos, ciente de que as pessoas se sentem obrigadas a deslocar-se com objetivo de satisfazer as suas necessidades quotidianas, e nesse processo, tendo em conta que os serviços públicos de transporte de passageiros não são suficientes, entram em ação os transportes privados, com frotas de transportes em locais considerados estratégicos, prestando serviços de transporte interdistritais, provinciais.

Nos grandes centros urbanos assiste-se a uma maior participação do Estado neste sector, através da existência de empresas públicas de transporte, da concessão de subsídios aos transportadores privados, da definição de tarifas e da negociação com associações de transportadores. No meio rural, onde reside a maioria da população, o Estado delega toda a responsabilidade de transporte no sector privado. Por sua vez, as associações de transportadores existentes atuam, sobretudo, nas sedes

distritais, não estendendo os seus regulamentos para as zonas mais recônditas (Ibraimo & Feijó, 2018).

2. Localização geográfica e as dinâmicas dos transportes rodoviários semicoletivos em Nacala-Porto

De acordo com o Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (2006),

“A cidade da Nacala-Porto é o segundo maior centro urbano da Província e Nampula, depois da Cidade capital Nampula, tendo como limites geográficos a Baía de Nacala a Norte; o Oceano Índico a Este, o Distrito de Mossuril a Sul e o Distrito de Nacala Velha a Oeste. Com uma população estimada em 350.000 habitantes, distribuída por uma superfície de 400 Kms², a cidade possui um tecido urbano rico e diversificado, abrangendo 23 Bairros” (p.4).

A cidade de Nacala-Porto é um local com potencialidades socioeconómicas, ferro-portuárias, turísticas que a distinguem de outros distritos da Província de Nampula. Não é em vão que, em 2009, o Governo moçambicano a classificou como a Zona Económica Especial do país. O aumento nos investimentos e o desenvolvimento na área de Nacala têm sido impulsionados pelo Porto de Nacala e pela zona económica especial, condicionando sobremaneira a intensificação nos transportes ferroviários, rodoviários, por conta do fluxo de pessoas, bens e serviços, sendo ponto terminal do eixo de transporte constituído pela estrada que a liga à capital Provincial (Nampula) e aos países do Interland (Malawi e Zâmbia). Em Nacala, assim como acontece noutros quadrantes do país, o sector privado é atualmente o maior provedor de serviços de transportes rodoviários, interurbano, interdistrital. De acordo com Viera *et al.* (2012), com a dinâmica crescente no processo de transportes rodoviários semicoletivos que surgiu, na cidade de Nampula e alguns distritos circunvizinhos, uma nova categoria social de indivíduos, reforçando o trabalho dos motoristas e cobradores do chamado *chapa 100*, chamados *narawas*. Estes não cobram clientes, apenas recrutam-nos para que, na praça (terminal), subam no *chapa 100*, por forma a lotar os lugares e assim o transporte poder sair/partir.

Em Nacala-Porto, existem quatro locais de concentração de *narawas* e transportadores, nomeadamente: Cruzamento de Nacala-à-Velha, Terminal dos transportes interdistritais (nosso local de estudo), Cruzamento Fernão Veloso e Estação das bombas do Belmonte (atualmente usado como terminal de transportes interdistritais). No primeiro e terceiro locais não tem havido muita afluência de passageiros. São passageiros transitórios, daí que os *narawas* aí se posicionem no período da manhã, diferentemente do segundo e quarto locais, que sempre têm tido *narawas* em prontidão e são terminais reconhecidos. Os *chapa 100* (carrinhas mini-bus de quinze lugares) recolhem passageiros que se deslocam à cidade de Nampula, Nacala-à-Velha, Memba, Monapo, Ilha de Moçambique, Namialo, entre

outros destinos. Os preços variam de 50³ a 350 meticais, de acordo com os quilómetros. Neste processo, surgem os *narawas*, por conta da proliferação dos *chapas* que percorrem as rotas interdistritais, que são fundamentais na persuasão dos passageiros, garantindo assim que os transportes fiquem lotados o mais rápido possível, o que garante mais viagens e, obviamente, lucros. Eles fazem escalas em grupos de trabalhos, assim como os transportadores o fazem para recolher os passageiros, havendo a necessidade de perceber com precisão as causas, contornos e injustiças no processo de recrutamento de passageiros nos terminais por forma a ter um melhor entendimento das dinâmicas do setor de transportes rodoviários semicoletivos em Nacala, e não só, visto que as praças (terminais) são o ponto de partida do processo de interação da tríade: motoristas, utentes e *narawas*. Neste diapasão, Rodrigues (2006: 20) defende que a relação entre cliente e fornecedor se inicia nos pontos de paragem ou terminais, que devem estar adequados para prover as necessidades básicas de proteção, conforto e informação. Por sua vez, Ferraz e Torres (2004) e Rodrigues (2006) vão mais longe ao advogar que são 12 os fatores que influenciam na qualidade de transporte público urbano: acessibilidade, frequência de atendimento, tempo de viagem, lotação, confiabilidade, segurança, características dos veículos, características dos locais de paragem, sistema de informações, conectividade, comportamento dos operadores e estado das vias.

Numa outra abordagem, Bell *et al.* (1984) e Federhen (2018) defendem que a associação da intenção das pessoas irem para o serviço ou de volta para casa faz com que existam problemas de pico de demanda. No contexto do transporte de pessoas, estes autores estipulam como fatores de demanda: i) a razão por que as pessoas viajam (ir ao trabalho, a escola/faculdade, tratar assuntos particulares, lazer); ii) os padrões do planeamento urbano (por exemplo: distâncias entre paragens, espaços para estacionamento); iii) a qualidade do serviço (facilidades do transporte em termos de frequência, regularidade, conforto, agrado e velocidade); iv) e por fim, o preço.

Portanto, o sistema de transportes semicoletivos é complexo e compreendê-lo é uma mais-valia para o processo de gestão, planificação de políticas multissectoriais, sectoriais a nível dos transportes, tendo em conta que estes constituem uma das condições do desenvolvimento durável dos polos urbanos, e um elemento para a sua competitividade económica e coesão social.

³ Um dólar corresponde a 60 meticais (moeda usada em Moçambique). Logo, 50 meticais correspondem a menos de um dólar. É de salientar que o salário mínimo em Moçambique é de 3500 meticais, correspondente a aproximadamente 58 dólares.

3. Os *Narawas* como categoria informal de indivíduos no sector de transportes interdistritais

As reformas económicas que caracterizaram as décadas de 80 e 90, em Moçambique, sobremaneira o Programa de Restruturação Económica imposto pelas Instituições da Bretton Woods (Fundo Monetário de Investimento e o Banco Mundial) levaram a uma revitalização da economia, embora tal não significasse uma redução dos índices de pobreza. O processo de transição de uma economia centralizada para a descentralizada (economia livre) trouxe custos sociais que se refletem na qualidade de vida das populações. A necessidade de contrair os níveis de consumo para os adaptar à realidade económica do país e a incapacidade e impossibilidade do Estado para prover o bem-estar social impedem que o mesmo crie um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas económicas, elevando os níveis de pobreza, crescimento da exclusão da reivindicação, desemprego, subemprego e da violência (Da Silva, 2016).

Com a situação social, económica e política que o país enfrenta, nos dias que correm, fazendo com que seja um glaciador prestes a descongelar, na visão do filósofo moçambicano Severino Ngoenha, porque muita coisa vai mal, desde os sectores da educação, da saúde, infraestruturas e vias de acesso (estradas esburacadas, pontes degradadas...), corrupção ao rubro que atinge índices jamais vistos, o que leva o país a ser um dos mais corruptos a nível mundial, funcionários públicos desmotivados devido a falta de condições de trabalho e baixo salário, entre outras situações difíceis. É dentro deste cenário que se produzem e reproduzem determinadas categorias sociais informais, como os *narawas* que olham para a sua atividade como uma estratégia de sobrevivência, nesta senda da informalidade entendida por Mosca (2010) como o conjunto das relações de natureza económica, jurídica, social ou burocrática que, não estando reguladas parcial ou totalmente, existem e fazem parte das regras de funcionamento da sociedade e contribuem para que os padrões de reprodução da sociedade e economia persistam.

Em Nacala-Porto, a atividade de "*rawa*" (caçar ou angariar clientes) começou a intensificar-se há sete anos, mas na cidade de Maputo já era exercida, desde 2002, embora sem muita consistência. A dissertação de Nhamuave Júnior (2003), com o tema "Actividade informal como estratégia de sobrevivência e base para criação de espaços sociais", prova essa realidade, quando diz: *"estávamos na companhia do nosso familiar que ia viajar ao distrito de Zavala, quando nos deparamos no parque com um grupo de jovens. Um deles, com voz autoritária disse, senhores eu tenho um autocarro prestes a partir para a cidade de Xai-Xai. À primeira vista hesitamos correspondê-los, momentos depois levaram a nossa bagagem ao autocarro e ordenaram."* O cenário acima descreve a atuação dos *narawas* (Nampula, Nacala), e dos *Magayigayi*, como são chamados em Maputo.

Nesse contexto, as atividades informais visam responder aos problemas estruturais e de falta de oportunidades económicas que geram situações de pobreza, privação, exclusão e vulnerabilidade, o que obriga os membros da comunidade a recorrer às suas redes sociais (formais ou informais), que jogam não só um papel importante na resolução de problemas imediatos, mas também um papel vital ao estabelecer outro tipo de apoios que ultrapassam o campo financeiro e moral e que entram em outros aspetos da exclusão social, quando ajudam a reconstruir a autoestima, a dignidade e o respeito por si próprios e pelos outros (Da Silva, 2016).

Portanto, é necessário regulamentar algumas atividades como as de *narawas*, para responder aos interesses de uma categoria que, se sentindo excluída, procura desenvolver atividades lícitas para a sua sobrevivência, até porque eles defendem a criação de associações para responder aos seus interesses. Nesta linha, Júnior (2003) defende que combater os *magayigayi* ou *narawas*, sem disponibilizar alternativas é contribuir para o incremento de atos criminosos, roubos e outras formas de insegurança, num país mergulhado no terrorismo, onde os jovens são acusados de aliar-se a tal fenómeno. Porém, Mosca (2010) alerta que, não há políticas de transformação do “informal” em “formal”, quando muito, medidas avulso, descontínuas, com resultados duvidosos e muito custosas. O que deve haver, continua Mosca, são estratégias de desenvolvimento global das sociedades espacialmente integradoras, socialmente inclusivas que pretendam menores níveis de dependência e maior soberania, transformadoras das bases produtivas e das relações sociais que dificultam a modernização e a competitividade da economia, a construção de burocracias eficientes e transparentes.

4. Conceptualização: Passageiros, Terminal de Passageiros e Sistema de Transporte

No presente artigo há termos constantes a que se faz referência. Nesta senda, apresentam-se os conceitos-chave como transportes, passageiros e sistema de transporte.

"Transporte é o trabalho realizado na mudança de posição relativa de bens e/ou pessoas, dum lugar para outro, sendo ele entendido como uma unidade de trabalho. Mecanicamente a função do transporte é o de anular o espaço pela redução do tempo necessário para o transporte, e economicamente é o de aproximar o homem ao local de trabalho/residência e os centros de produção aos lugares de consumo no processo de comunicação" (Carmo, 1965 cit. In Barros, 2016: 26).

Por sua vez, Fiedman (2016) defende que, em senso comum, utiliza-se o termo transporte para referir-se, por um lado, à deslocação para o trabalho, escola, atividades de lazer, compras, negócios e, por outro lado, para o deslocamento de encomendas, cargas, recursos naturais, cada um num

meio próprio. O desenvolvimento de meios para possibilitar essa deslocação é uma preocupação que existe desde o surgimento da humanidade.

No que diz respeito a passageiros ou mercadoria, Nascimento (2009:10) afirma ser aquele que necessita ser transportado de um lugar a outro, com todo cuidado e segurança que o próprio contrato lhe assegura. O contratante pode ser o próprio passageiro, ou pode ser um terceiro que adquiriu a passagem para entregar ao viajante.

Por terminal, mais precisamente Terminal de Passageiros, entende-se como sendo uma parte integrante do complexo sistema de transporte e da própria malha urbana, podendo ser caracterizado como um local ao qual afluem pessoas e/ou mercadorias e no qual são reunidos em função da sua viagem e destino. A utilização deste tipo de estrutura, quer por parte de passageiros ou mercadorias, não é marcada pela individualização, mas sim pelo conjunto (Alpuim, 2009).

Para Knèib (2014:7), quando se fala de sistema de transporte, tem-se em conta as diferentes partes que interagem de modo a atingir o objetivo dessa deslocação, de acordo com um plano ou princípio, relacionando-se com o meio em que se encontra e de acordo com os recursos ou solicitações procedentes deste. É como o conjunto de infraestruturas e modos de transporte proporcionam, conjuntamente, a realização das deslocações, viabilizando a realização das atividades urbanas. Tais elementos revelam a estreita relação entre mobilidade, sistema de transportes, estrutura espacial urbana e a necessidade do seu planejamento e gestão de forma conjunta e integrada.

5. Resultados da pesquisa

Neste item, apresentam-se os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas direcionadas a 25 sujeitos de pesquisa, dentre os quais dez *narawas*, cinco motoristas de *chapa 100*, e dez utentes dos transportes interdistritais. As questões foram agrupadas em categorias e as entrevistas transcritas constituíram o corpus na qual se desenrolou a análise de conteúdo. Assim, há três categorias, nomeadamente: i) fatores que propiciam os novos *modus operandi* de recrutamento de passageiros nos terminais de transportes semicoletivos rodoviários; ii) *modus faciendi* dos *narawas* no processo de mobilização, angariação ou recrutamento dos passageiros; e (iii) as redes de solidariedade envolvidas entre os motoristas e *narawas* no processo de recrutamento de passageiros.

5.1. Fatores que propiciam os novos *modi operandi* de recrutamento de passageiros nos terminais de transportes semicoletivos rodoviários interdistritais

Nesta categoria, pretendia-se ouvir dos participantes (*narawas*) quais são os fatores ou motivações que propiciaram a nova forma de recrutamento de

passageiros nos terminais dos transportes interdistritais. Foram obtidas as seguintes respostas:

“Aqui na paragem as pessoas vinham e ficavam paradas sem saber que carro subir, porque havia muitos carros que iam a caminho de Nampula e todos tinham pouco, pouco passageiros e as pessoas subiam quando o cobrador pedia favor, era sempre assim, então vimos o que passageiro queria lhe “pedirmos favor”.” [Motoristas 2 e 3]

Paralelamente ao comentário acima, o *Narawa 7* disse: *“nós narawas viemos para facilitar os cobradores e motoristas porque eles precisam sempre de clientes, e não é fácil encher um carro sozinho, daí chamamos nossos amigos, como não trabalhávamos formamos um grupo quando começamos outros vieram nos imitar”* (rematou).

É nesse contexto que Maia (2002, cit. in Escritório, 2012:8) defende que as redes de relações sociais nos remetem ao conjunto de configurações sociais que os indivíduos são capazes de representar, ora a forma como um indivíduo se relaciona com os outros, o “aspeto relacional das redes chamando atenção para as ligações estabelecidas que possibilitam a reconstrução de processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos”.

Um outro argumento surge entre os *narawas*, defendendo que praticam a atividade por conta do desemprego que assola os jovens a nível do país e em Nacala, em particular, com o encerramento e redução de funcionários em algumas instâncias turísticas em Nacala-à-Velha, e pequenas empresas por conta do conflito em Cabo Delgado. Assim defende o N1:

“Nós não somos narawas porque queremos, não temos maneira, emprego não há, e se não virmos para cá trabalhar não vamos comer, como fica a nossa família? Há narawas que eram serventes nas pensões, trabalhavam nas fábricas de sacos, mas esses sítios reduziram trabalhadores porque os donos estão a viajar para sua terra por causa de guerra em Cabo Delgado.” [Narawa 1]

Mas, num outro extrato, os *narawas* realçam que a atividade de *narawa* não é recente como se pensava, apenas ganhou novos contornos, um novo *modus operandi* e intensificou-se nos últimos seis a sete anos em Nacala-Porto, mas já era praticada. A prova disso está nos dados sociodemográficos dos *narawas*. Há quem exerce a atividade há 13 anos:

“Eu sou narawa há 13 anos, todos meus filhos alimento, estuda(ra)m a partir daqui, e faço isso porque não tenho emprego e não só, existem muitos carros que fazem chapa de Nacala a Nampula, os passageiros, gostam de ser mimados, mentidos para subir no carro. E, não querem subir carro vazio, apenas cheio. E aí onde nós entramos para lhes convencer a subir no carro do motorista que nos contratou como narawas em vez de outro.” [Narawa 2]

Na mesma senda, um outro informante questiona:

“Se nós não formos narawas seremos o que? Nós estamos mal, aqui até mesmo os que estudaram estão aí, não tem emprego, e nós, que nem temos 12ª classe? Alguns nunca partiram lápis.⁴ Eu sou narawa há 9 anos, meus 11 filhos alimento a partir daqui, apesar de não ter terminado 12.ª classe. Mas há narawas que tem 12ª classe, mas estão aqui comigo a lutarmos por clientes.” [Narawa 9]

Essa visão já consta no artigo do Colaço, intitulado *Mentalidade ‘chapa 100’*, escrito em 1998, que dava ênfase ao papel dos “chamadores” (*narawas*) que tinham a missão de organizar fileiras de passageiros, atrair passageiros para os carros onde prestam serviços. Júnior (2003) também corrobora Colaço, descrevendo os *Magayigayi* como indivíduos que convencem e mobilizam passageiros a viajar pelos transportes semicoletivos, pelos quais estão contratados, em troca de pagamentos correspondentes ao preço de uma passagem, podendo variar conforme o trajeto.

Portanto, dá-se a indicação de que, na cidade e província de Maputo, em 1998, os “chamadores” já exerciam a atividade e que em Nacala-Porto registou-se o aumento desenfreado de *narawas* há sensivelmente sete anos, segundo os motoristas e *narawas* que operam no terminal de transportes interdistritais.

Colaço (1998: 59) defende que o mundo dos cobradores é um mundo dos excluídos, marginalizados, muitos deles estão em idade escolar, porém abandonaram o ensino antes de o concluírem, outros não tiveram, não têm e estão longe de ter acesso à educação. O trabalho nos *chapa 100* surge para essas pessoas como solução para os problemas pessoais e até familiares.

Os dados sociodemográficos colhidos no campo comprovam essa realidade, num total de 10 *narawas* entrevistados, somente dois terminaram a 12.ª classe, três nunca foram à Escola, dois desistiram na 6ª classe, dois na 5.ª classe e, por fim, um na 8.ª classe. A maior parte deles eram vendedores informais de tomate, vendedores ambulantes e prestavam serviços de táxi-mota. A esse respeito, Cavinni (2006) realça que as atividades informais, prestadas em quase todas as cidades, são um gerador de empregos, ao mesmo tempo em que são um fator de preocupações, tanto por questões de segurança, como com os aspetos legais da atividade, já que um número cada vez maior de pessoas que se encontram sem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal acaba ingressando em trabalhos que oficialmente não existem, contribuindo para o crescimento do mercado informal.

⁴ Nunca foram à Escola, ou frequentaram o ensino primário, mas desistiram.

A mesma percepção já foi tida por Maposse (2011), ao defender que o comércio informal, ao criar emprego ou ocupação, está a contribuir diretamente para a geração de rendimento e riqueza que permite à força de trabalho envolvida nesta atividade sustentar o seu agregado familiar e melhorar as condições de vida dos mesmos. A atividade de *narawa* é informal e os praticantes clamam pela legalização, tendo em conta que o fazem como seu ganha-pão e ressentem-se dos problemas da falta de legalização. A nível da província de Nampula, da qual Nacala faz parte, os transportadores privados estão sob gestão da ASTRA (Associação dos transportadores Rodoviários), e os proprietários são um misto de pequenos e médios empresários, e por haver maior procura dos transportes, há, consequentemente, maior numero de transportadores fazendo rotas interdistritais, daí a emergência dos *narawas* para persuadir de diversas formas (honestas ou não) os clientes a subirem aos transportes sob a qual estão contratados pelos motoristas, sendo que os proprietários apenas dão anuência por conta dos valores a serem pagos.

Portanto, a transcrição das entrevistas faz perceber que um dos fatores que propiciou para o surgimento e a intensificação da atividade de *narawas* nos últimos anos, e o novo *modus operandi*, é o desemprego, a proliferação de transportadores fazendo as rotas interdistritais e a intensificação na procura dos serviços de transportes por parte da população. Portanto, as pessoas desempenham essa atividade como o seu ganha-pão.

5.2. *Modus operandi/faciendi* dos *narawas* no processo de mobilização, angariação ou recrutamento de passageiros

Nesta categoria pretendia-se ouvir dos *narawas* as formas de recrutamento dos passageiros, as dinâmicas laborais sendo em seguida apresentado os extratos:

“Num universo de 48 narawas, criou-se quatro grupos de 12 pessoas, na 2ª feira o primeiro entra às 3h até às 13h, segundo às 13 até às 17h, o terceiro trabalha na 3ª feira das 3h até às 13 e o quarto das 13h às 17h, funciona assim, um dia sim, um dia não, o motorista paga o chefe do grupo e ele distribui.” [Narawa 8]

Esse é um dos mecanismos de gestão de equipas de trabalho e de conflitos encontrados pelos *narawas*, a distribuição de dias de trabalho e horas, a fim de satisfazer a todos, porque são muitos, com exceção dos chamados *anachimas*⁵, que, se porventura desaparece mercadoria ou pasta de passageiros, são culpabilizados.

Outro *modus faciendi* é a persuasão, receção do cliente e a suposta redução do preço do local de saída (Nacala) ao local de chegada (Monapo,

⁵ Nome dado pelos *narawas*, ao grupo de indivíduos não reconhecidos por eles, composto por jovens embriagados, mas também chamadores.

Namialo e cidade de Nampula), facto que cria confusão entre cobradores e passageiros, assim como mostram os extratos:

“Eu quando vejo narawa a vir, logo enxoto e não aceito levar minhas sacolas, aqueles até nos carregam para subir no carro, fingem que diminuem preços, mas quando chegamos o cobrador não quer saber se narawa diminuiu, dizem narawa não é cobrador, você não sabe quanto custa de Nacala à Nampula? (rematou).” [Passageiro 1] (vide a Figura 2 (pag.23))

Na visão dos utentes (passageiros), esta estratégia de persuadir clientes pelos *narawas* é a causa de muitas frustrações entre os passageiros, tanto que há casos em que os clientes são abandonados pelos cobradores antes do destino final, porque os passageiros dizem que não têm o valor completo de pagamento e foram fazendo gastos durante a viagem porque o *narawa* disse, por exemplo, que por uma viagem de Nacala à Nampula pagariam 300 Meticais e não 350 Meticais, como é estipulado, como mostra o extrato:

“No ano passado, em maio, viajei de Nacala a Nampula com meus dois filhos. O narawa recebeu-me, convenceu a subir no carro, disse que eu ia pagar 300 e meus filhos 200 porque eram menores. Subi. Quando cheguei em Nacavala, queria pagar, o cobrador levou o dinheiro e pediu mais 200, eu disse que não tinha, então disse "senhora mucusuwe naxaninho"⁶. Disse-me para descer em Nacavala.⁷ Eu lhe pedi favor e disse que narawa me diminuiu, mas ele não aceitou, eu como não tinha os 200 para aumentar desci em Nacavala com meus filhos.” [Passageiro 2]

Um dos autores do artigo também presenciou vários cenários críticos, num dado dia por volta das 18:00, em Monapo⁸, onde, a uma senhora que viajava para a Ilha de Moçambique na companhia de suas duas filhas menores, não foi entregue o troco pelo cobrador, embora tenha antes negociado com *narawas* para redução. Não tendo mais recursos para continuar a viagem, e sendo já noite, entrou em crise e desmaiou.

A afirmação é acrescida pelo CIP (2020) ao defender que a escassez de transporte motiva desespero nos passageiros e arrogância e insolência de alguns *chapeiros* que se dão o direito de discriminar idosos e mulheres com crianças pequenas, encurtar rotas, cobrar o dobro do valor normal/justo.

As incursões dos *narawas* não param por aí, existem outras formas de operar. Este passa por criar uma rede falsa de utentes (passageiros) de *chapa 100*, que ficam acomodados dentro do carro, fingindo ser passageiros. Paulatinamente, enquanto os passageiros reais entram no carro, os ditos passageiros falsos vão abandonando o carro discretamente. O extrato abaixo comprova o facto:

⁶ Na língua macua significa "Senhora descer com seus filhos".

⁷ Uma das vilas entre Nacala e Nampula.

⁸ Uma vila que fica no entroncamento para a Ilha de Moçambique.

“Esses narawas hiii sempre arranjam formas de enganar clientes. É normal a pessoa subir um chapa que acha que está cheio de passageiros, mas pouco a pouco os passageiros irem saindo do chapa 100 sem você ver. O pior até, é normal cliente dizer que quer ir a Monapo, dizem: sobe lá, mas quando aparece clientes que vão direto te tirarem do chapa... Aqui assistimos muitos filmes, desabafou.” [Passageiro 7]

A informação é rebatida e aceite pelos *narawas*, que defendem:

“Nós narawas não temos alternativas, são muitos carros que fazem chapa à Nampula. São muitos grupos, e este trabalho nos ensinou a mentir para clientes, porque eles não sobem chapa vazio, querem cheio, subir e logo sair, e nós vamos apanhar passageiros aonde? Se quem enche o carro são eles que não querem subir carro vazio???” [Narawa 10]

Para Liesegang (1998) e Chichango (2012) os “*chapas*” não são somente um lugar de trabalho, mas também um espaço identitário. Os autores se debruçam sobre a existência de um “território social”, sendo, portanto, neste território onde os cobradores e motoristas buscam afirmar a sua identidade individual e de grupo. É no “*chapa*” onde eles aprendem tudo o que a realidade lhes queira ensinar. Inventam e reinventam códigos e regras comportamentais como forma de protesto e de autodefesa do “território”. Por isso, para ser *narawa* é importante ter um amigo, conhecido ou parente, que faz a atividade para apresentar os outros no local de trabalho, com base numa rede, não possibilitando entrada de membros não conhecidos. Mas esse cenário passa despercebido para os utentes e proprietários dos transportes, interessando mais aos cobradores, motoristas com exceção dos casos em que os próprios são ao mesmo tempo proprietários dos seus *chapas 100*.

Na visão dos *narawas* e motoristas, os passageiros querem subir ao carro e logo sair, facto que não é possível; assim, eles ficam incomodados, quando permanecem muito tempo nos terminais de transportes interdistritais, aguardando que o carro fique lotado. Na visão do Motorista 5, os chapeiros não podem sair dos terminais com carro vazio, porque precisam de abastecer o carro de Nacala à Nampula por 5.000.00 meticais⁹, aos *narawas* pagam 1300 meticais¹⁰; de Nampula a Nacala tem quase cinco controles de Polícia de Trânsito e em todos sítios devem deixar “refresco”¹¹, corromper os polícias de trânsito; eles (motoristas) devem ficar com algum e o remanescente entregar aos donos; praticamente não ganham nada, desabafou também o Motorista 10. Isso faz com que os motoristas com

⁹ Aproximadamente 75 euros.

¹⁰ Aproximadamente 20 euros.

¹¹ Dinheiro de suborno, pois andam superlotados ou carregam além da lotação, para poderem ter mais lucro.

apoio dos *narawas* criem e recriem novas estratégias de recrutamento de clientes (passageiros).

Os proprietários dos *chapas* querem lucro, para além do valor para compra de peças sobressalentes para a viatura, combustível, entre outros itens (existindo um valor definido para os motoristas, por viagem, que normalmente são 28.000.00 meticais, ida e volta). Por sua vez, os motoristas também querem lucro para entregar ao patronato (porque é deste que sai o seu salário, o do cobrador e valor monetário para pagar os *narawas*). Outro fenómeno não menos importante, o motorista ou cobrador precisa de ter um valor extra para subornar os Polícias de Trânsito, ou fiscalização rodoviária, devido a diversas irregularidades (lotação, documentação incompleta, falta de pagamento de algum imposto...). Neste contexto, Cumudchandra (2010) enfatiza que os “chapeiros” (motoristas e cobradores) reclamam constantemente de extorsões/corrupções por parte dos policiais fiscalizadores que atuam nas ruas, os quais, segundo os motoristas, sempre fazem cobranças ilícitas. É nessa senda, que os *narawas* reiventam técnicas, estratégias para conseguir mais clientes e suprir essas necessidades e alimentar esse ciclo. A título de exemplo, no segundo *modus operandi* (receção dos clientes e a suposta redução do preço do local de saída ao destino), eles aplicam uma taxa baixa a um determinado grupo de pessoas que eles constatarem que é de baixa renda, mas uma taxa alta a passageiros com muita carga. Eles entendem que os 50 meticais¹² descontados farão diferença nas contas dos passageiros.

O terceiro *modus operandi* (criação de uma rede falsa de utentes “passageiros” de *chapa 100*, que ficam acomodados no *chapa*, fingindo ser passageiros) é aplicado a todos passageiros. Mas, as maiores vítimas são aqueles que dizem estar com muita pressa e querem subir a um carro cheio. Entram no *chapa*, supostamente cheio, e quando entram clientes que vão ao destino final, os falsos passageiros descem do *chapa* discretamente.

Portanto, o negócio é uma cadeia que deve ser articulada: de um lado, temos os proprietários (que não têm muito papel, quando o transporte sai de casa para rua), o motorista (o maior responsável na gestão do transporte, pagamento de *narawas*, combustível, em alguns casos o cobrador), o cobrador (responsável nas cobranças aos passageiros, gestão dos *narawas*, bagagens, entre outros), e por fim, o *narawa* (responsável por persuadir de diversas formas os clientes e por gerir as bagagens apenas nas terminais), cujo trabalho inicia e encerra nos terminais, exceto nos casos em que há acordos extras. Cada um dos atores sabe as suas responsabilidades, embora no terreno tenhamos constatado, por vezes, falta de entendimento entre os *narawas* e cobradores, por conta das manobras que os primeiros fazem na persuasão dos clientes, que provoca choques entre os utentes e os cobradores na hora dos pagamentos. Resumindo, os proprietários dos

¹² Oito cêntimos.

transportes pagam aos motoristas; estes, por sua vez, dependendo da confiança e da lealdade com o patronato, pagam aos cobradores (mas, por vezes, quem o faz é o proprietário), que, por sua vez, pagam ao grupo de *narawas*.

5.3. Redes de solidariedade entre os motoristas, *narawas* e cobradores

Neste ponto quisemos ouvir principalmente os *narawas*, motoristas e utentes sobre como é o relacionamento entre eles no terminal dos transportes e como se procede a ordem de recolha dos passageiros.

Na visão de Loforte (1996) e Escritório (2012), os estudos sobre redes de solidariedade no espaço urbano são uma das diversas manifestações das redes sociais e procuram explicar as formas de relacionamentos entre indivíduos em diferentes contextos. As redes sociais constituem um capital social, que pode ser definido em funções das relações de reciprocidade existentes na sociedade, baseadas em laços sociais, onde pontuam fatores como sexo, idade, religião e posição social dos membros, e definem as hierarquias e as relações de poder, onde as normas vigentes e a confiança facilitadora da cooperação para benefícios mútuos.

No entanto, no contexto do relacionamento entre motoristas e *narawas* é importante perceber como se manifestam as redes de solidariedade, como é feita a ordem de carregamento de passageiros no terminal, e que implicações isso tem para os *narawas* e passageiros. Quando questionados os motoristas, como é o relacionamento entre eles e *narawas*, a resposta não tardou de um motorista:

“Não posso dizer que nosso relacionamento é bom ou mau, depende do motorista para motorista, ou narawa para narawa. Se você como motorista se comportar bem, os outros vão te respeitar, e se você se comportar mal, aí haverá problemas. Por exemplo, tem um motorista que não carrega aqui no terminal, era muito confuso, tinha problemas com muitos de nós, ele via como lhe tratávamos e sozinho mudou de lugar. O mesmo acontece com narawas, este espaço é de nacavocos¹³, todos somos napareias¹⁴, se pensares que és mais kan niwanana.¹⁵” [Motorista 1]

Na mesma senda, um *nawara* defendeu o seguinte:

“Nós somos amigos, porque todos nós estamos à procura de pão, só não nos entendemos com os anachimas¹⁶, porque eles vem aqui bêbados e só fazem confusão, não respeitam a bicha, as vezes roubam nossos clientes,

¹³ "Nacavoco", um termo usado nas regiões litorâneas da zona norte para designar pescador, ou quem nasceu na zona litorânea.

¹⁴ "Napareia" é um termo confundido com o primeiro, designa quem nasceu na região litorânea e parte-se do princípio de que o comportamento é diferente de quem nasceu no interior da zona norte.

¹⁵ É um termo que na língua macua significa "não vamos nos entender".

¹⁶ Bêbados que se fazem ao parque fingindo ser *narawas*.

perdem coisas e dizem que são narawas, enquanto são eles. Por isso, mesmo precisamos de ter coletes e criarmos uma associação, assim íamos trabalhar bem, e eles como são confusos não iam entrar. Nós queremos associação aqui, como aquela que foi criada de táxi-motas aqui em Nacala, ou vamos criar sozinhos porque nos prometeram e nunca mais.” [Narawa 5]

Para Júnior (2003), quando as pessoas não estão integradas em sistemas de solidariedade nacional, buscam a solidariedade local e sobrevivem nesse sistema, mobilizam características sociais e identidades que podem ser étnicas, profissionais, religiosas, entre outras. É nesse contexto que os *narawas* pensam em criar uma associação para poder desenvolver melhor as suas atividades, serem reconhecidos e terem um sistema de poupança que lhes possa ajudar.

Questionados os motoristas sobre como decorre o processo de carregamento de passageiros no terminal, e quanto é pago aos *narawas*, a resposta veio de um motorista:

“A primeira pessoa que carrega é a primeira que vem no terminal, até esse ponto nos entendemos, e não só, há chapeiros que têm clientes fixos, lhes ligam cedo, e logo às 5:00h, já têm clientes. Esses no terminal são primeiros, enchem e viajam. E nós pagamos os narawas o preço dos passageiros que colocaram no carro, 22 pessoas, pagamos 1300 por grupos de narawas.” [Motorista 2]

Portanto, no espaço social do terminal dos transportes, os *narawas*, cobradores e motoristas é que têm a palavra final, direcionam os clientes e, por vezes, até coagem os passageiros a subir *chapa 100* que não querem, e proíbem proprietários de carros particulares de carregar passageiros no local, uma situação que frustra alguns passageiros. Vejamos os extratos a seguir:

“Eu não gosto de vir para cá, sabe esses narawas irritam. Não gosto dessa mania deles acharem que devem mandar em nós, nos chutam de chapa em chapa, parecemos bola.” [Passageiro 7]

Um outro informante remata:

“O que não gosto é de eles proibirem donos de carros particulares levarem passageiros, dizem este espaço é nosso. Onde está escrito isso? Que o espaço é deles? Ainda dizem, se você quer subir carro particular não vai subir aqui... Já assistimos casos de luta aqui, entre passageiros, narawas, e donos de carros particulares. Narawas são muito confusos, o que eles querem é nós lhes obedecermos, subirmos carro que esta recolher, caso não, esperar outro carro de um motorista que está na bicha recolher. É tipo nós não podemos ter escolhas.” [Passageiro 9]

Na visão de Chichango (2012), os usuários dos *chapas* conotam o cobrador dos *chapas* e os integrantes no grupo como indivíduos de “má conduta”, sem “nenhuma educação”, desrespeitadores e violadores dos direitos dos utentes. No entanto, essa caracterização é atribuída pelos “outros”, levando em consideração o comportamento dessa categoria social de indivíduos durante a sua atividade laboral, sem que, no entanto, se procure perceber as razões que os levam a agir do modo como os usuários do *chapa* percebem.

Portanto, os dados e a observação mostram que a relação entre motoristas e *narawas* é boa, há um espírito de solidariedade entre eles, que, por vezes, chega a frustrar os passageiros, principalmente no processo de cedência de passageiros, em que estes são vistos como “mercadorias” que podem ser trocadas, coagidas, entre outras formas de repressão. No caso dos *narawas*, o relacionamento é bom, apesar de necessitarem da criação de uma associação para consolidar as relações e gerirem melhor as receitas diárias, bem como para travarem a proliferação daqueles que são chamados *anachimas*, cujas atuações mancham a classe dos *narawas*.

Considerações finais

Procuramos no artigo descrever os fatores e contornos que ditaram o surgimento da atividade de *narawas*, uma nova “insurgência socioeconómica” que acrescenta valor mobilizador à tríade motorista, cobrador e utentes. Um dos fatores que propiciou o surgimento e a intensificação da atividade de *narawas* nos últimos anos, e os seus novos *modi operandi e faciendi*, é o desemprego, a proliferação de transportadores fazendo as rotas interdistritais e a intensificação na procura dos serviços de transportes por parte da população em geral.

Relativamente ao *modus operandi*, os *narawas* distribuem-se em equipes de trabalho e fazem escalas, a ser assim, as estratégias são reinventadas e recriadas no seu espaço social. Para cada problema, os *narawas* criam uma solução, e estudam constantemente o comportamento dos clientes, por exemplo, receção dos clientes e suposta redução do preço do local de saída ao destino, criação de uma rede falsa de utentes “passageiros” de *chapa 100*, que ficam acomodados no carro fingindo ser passageiros. Por outro lado, nas redes de solidariedade, a relação entre motoristas, cobradores e *narawas* é boa, há um espírito de solidariedade. Para ser *narawa* é importante ter um amigo, conhecido ou parente que faz atividade para apresentar os outros no local de trabalho, pois é uma rede que não facilita a entrada de membros não conhecidos. Mas esse cenário passa despercebido para os utentes e proprietários dos transportes, interessando mais os cobradores, motoristas, com exceção dos casos em que os próprios motoristas são ao mesmo tempo proprietários dos veículos.

A ser assim, sugere-se a criação de uma associação dos *narawas* em Nacala-Porto, à semelhança da recém-criada associação dos táxi-motas,

pois permitirá que tenham cartões de identificação e coletes para diferenciá-los daqueles que não fazem parte da classe e agem ilegalmente. Não só a ação permitirá que os *narawas* paguem cotas e façam poupanças ao nível da associação, como, outrossim, permitirá que entreguem um comprovativo aos passageiros que sofreram a redução do valor de transporte, porque estes mostram-se bastante indignados com os *narawas* pelo facto de simularem redução do preço e hora de pagamento, e, ao entregar o valor aos cobradores, por estes reagirem de forma agressiva e até expulsarem utentes do *chapa*.

Sugere-se igualmente que o Governo do distrito e Conselho Autárquico capacitem/formem os *narawas*, cobradores e motoristas em matéria de atendimento aos passageiros, de ética, e que sejam instruídos sobre como saber ser, estar e agir durante o exercício das suas atividades, pois, algumas vezes, comportam-se mal, conforme as narrativas de autores como Colaço (1998), Júnior (2003), Maposse (2011), Chichango (2012), CIP (2020), bem como de acordo com a crítica feita aos motoristas e cobradores pelos nossos entrevistados.

Sugere-se que o Conselho Autárquico fiscalize as atividades nos terminais de transportes interdistritais e não se limite apenas a distribuir senhas e a cobrar aos motoristas, pois tem havido vários conflitos, terminando em pancadaria, entre *narawas*, *narawas* vs. passageiros, e *narawas* vs. cidadãos com carros particulares que, estando de viagem, se fazem àquele local para levar passageiros.

Referências bibliográficas

- ALPUIM, Filipe Alexandre C. Guia (2009), "Terminal Rodoviários de Passageiros", Tese de mestrado em Engenharia civil, especialização em Vias de Comunicação, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia. <https://hdl.handle.net/10216/57630>
- ARAÚJO, André Rodrigues (2010), "Estudo do funcionamento dos transportes públicos em Maputo e desenvolvimento de ações de melhoria", Tese de Mestrado em Engenharia Industrial e Gestão, Porto, Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57826/1/000145488.pdf>
- BARROS, João (2016), "Um estudo de avaliação das políticas públicas de transporte rodoviário de passageiros e o seu impacto na promoção do desenvolvimento socio-económico em Moçambique – O caso da província de Nampula", Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13020/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jo%C3%A3o%20Gabriel%20de%20Barros.pdf
- CAVINNI, Alexandre (2006), Impacto do sector de Moto Táxi na cidade de Poços Caldas-MG, Brasil, Editorial Vozes.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA - CIP (2017), "O Subsídio aos Transportadores: Um Sistema que Encheu os Bolsos dos Corruptos mas Não Aliviou a Deficiência no Transporte Público", Maputo, CIP.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA - CIP (2020) "Chapas, Polícias e Fiscais: Perigos, Abuso e Cultura na cidade de Maputo e Matola", Maputo, CIP.
- CHICHANGO, Dália Suzete (2012), "A vida atrás da porta" Um estudo sobre a Identidade Social do cobrador de "chapa 100" na Cidade de Maputo, Tese de Licenciatura em Sociologia, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane. <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/326/1/Versao%20Final%20Tese%202012.pdf>.

COLAÇO, João (1998), "Mentalidade "Chapa 100" na Cidade de Maputo", in Estudos moçambicanos, oficina de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, número especial, pp. 5-18, [consult. a 20/10/23], <https://www.google.com/search?q=joao+colaco+mentalidade+chapa+100&rlz=1C1>

CUMUDCHANDRA, Mrunal.(2010), Planejamento Físico da Legislação Moçambicana de Transporte. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

DA SILVA, M. F. (2016), "Transporte Rodoviário Semi-coletivo de Passageiros "Chapa 100": Confrontando a norma e a prática informal nas cidades de Maputo e Matola", Tese de licenciatura em Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Ciências Sociais, Moçambique.

ESCRITÓRIO, Eugénio (2012), Redes de Solidariedade e Estratégias de Reprodução Social Dentro da Prática do Ciclo-taxismo no Espaço Urbano: O caso do Bairro Chirangano na Cidade de Quelimane", Tese de licenciatura em Antropologia, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane. <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/349>

FEDERHEN, Anita (2018), "Avaliação da possibilidade do uso de sistemas "partilha de viagem" como forma de transporte alternativo nas cidades de Maputo e Matola", Tese de mestrado em Gestão Empresarial, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane. <http://www.repositorio.uem.mz/handle258/164>

IBRAIMO, Momade; FEIJÓ, João (2018), "Serviço de Transporte: Um Problema não só urbano em Moçambique", Observatório do Meio Rural, *Destaque Rural*, N° 37, pp-20-30,[consult. a 15/09/23]. <https://www.google.com/search?q=IBRAIMO%2C+Momade%3B++FEIJ%3C%93%93>

JÚNIOR, Nhamuave (2003), "Actividade informal como estratégia de sobrevivência e base para criação de espaços sociais": O caso dos Magayigayi, no bairro unidade 7 (junta)- 1987-2002", Tese de licenciatura em Antropologia, Moçambique, UEM-UFICS. <http://monografias.uem.mz/jspui/handle/123456789/868>

KNÉIB, Erika Cristine (2014), "Projeto e Cidade-Centralidades e Mobilidade Urbana", Brasil, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais.

MAPOSSE, Adelina Carlos (2011), "O papel do Comercio Informal na Ocupação da Força de Trabalho em Moçambique", Tese de mestrado, em Estudos da População e Desenvolvimento, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane. <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/510/1/2011Maposse%2c%20Adelina%20Herc%3%adlia%20Sete.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (2001), "Pesquisa social: teoria, método e criatividade" Petrópolis, Vozes.

MAE, Ministério de Administração Estatal, (2014), "Distritos e municípios de Moçambique"., Perfil do distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula. Maputo.[consultar até 05/04/ 2023], disponível em: <https://www.google.com/search?q=Ministerio+da+Admnistrecao+estatal+Nacalka+velha&sca>

MOSCA, João (2010), "Pobreza, Economia "Informal": Informalidades e Desenvolvimento", in Luís De Brito; Carlo Nuno Castel-Branco; Sérgio Chichava; António Francisco (eds.), Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique, IESE, Maputo, p. 83 – 98, [consult. a 15/10/23]. https://www.google.com/search?q=Mosca%2C+informalidades&sca_esv=4ba044dce89a06d

NASCIMENTO, Maurício Daive (2009), "O Fretamento Individual como Modalidade Alternativa no Sistema de Transportes Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Ceará", Brasil.

NGOENHA, Severino (2014), Moçambique é uma pedra de gelo prestes a descongelar [Consult até 4/05/24]. Comunicação online. <https://www.google.com/search?q=Severni+Ngoenha+mocambique+e+um+glaciar&rlz=1C>

RODRIGUES, Maurício Olbricks (2006), "Avaliação de qualidade do transporte coletivo na cidade de São Carlos", Tese de Mestrado em Engenharia de Transportes, São Paulo, Universidade de São Carlos. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21926/1/AvaliacaoQualidadeTransporte.pdf>.

USAID (2018), "Proposta de política dos transportes urbanos para Moçambique", Nathan Associates Inc.

VIEIRA, Ana Rodrigues et al. (2012), "Acessibilidade no transporte coletivo urbano na perspectiva dos motoristas e cobradores", Cadernos Brasileiros de Terapia ocupacional UFSCar, São Carlos, pp.19-24, [consult. a 7/05/24]. <https://www.google.com/search?q=cavalcanti+%282012%29%2C+%22Acessibilidade+no+transporte+coletivo+urbano+na+perspetiva+dos+motoristas>

Pedrito Cambrão (autor para correspondência)

Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto. Docente e pesquisador da Universidade Zambeze (UniZambeze). Endereço de correspondência: UniZambeze – Universidade Zambeze, Av. Alfredo Lawley, nº 1018, Matacuane, Beira/Sofala, Moçambique.
E-mail: prof.pedrito@hotmail.com

CAMBRÃO; Pedrito; ALBERTO, Angelina Barros (2024),

"Dinâmica dos Transportes Rodoviários Semicoletivos Interdistritais: O papel dos *narawas* no recrutamento de passageiros em Nacala-Porto",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLVIII, pp. 31 - 52

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc48a2>

Angelina Dade Amade Barros Alberto

Licenciada em Sociologia e Mestre em Gestão de Projectos de Desenvolvimento pela Universidade Católica de Moçambique (Nampula). Docente da Universidade Lúrio (Unilúrio). Endereço de correspondência: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNILURIO, Nampula/Ilha de Moçambique.

E-mail: aalberto@unilurio.ac.mz

Apêndices

Figura 1: Um grupo de *narawas* convencendo um passageiro a subir chapa 100 (no fundo da imagem).



Fonte: Os autores.

Figura 2: Um *narawa* ajudando um passageiro a organizar a pasta para depois direccioná-lo ao carro.



Fonte: Os autores.

Artigo recebido a 15/03/2024 e aceite para publicação a 11/06/2024.

Português

Chacinas Estatais: uma análise crítica sobre a vingança policial

Murillo Amboni Schio

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Vyctor Grotti

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Escola Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná

Resumo

O Estado brasileiro, através da polícia, é um dos mais repressivos do mundo. Isso se expressa concretamente no número de pessoas executadas pelos agentes estatais ao longo de sua história, alcançando níveis jamais vistos. No presente estudo, buscaremos compreender as especificidades da repressão estatal na sociedade contemporânea, que tem no Estado neoliberal sua forma de regularização social fundamental. Analisaremos as chacinas estatais, fenômenos que se tornaram mais frequentes nos últimos anos, e uma de suas especificidades: a vingança ao assassinato de policial como motivação. Através de casos selecionados, pretendemos contribuir com uma análise crítica desse fenômeno no Brasil.

Palavras-chave: Repressão preventiva; Chacinas estatais; Vingança policial.

English

State Massacres: a critical analysis of police revenge

Abstract

The Brazilian State, through the police, is one of the most repressive in the world. This is concretely expressed in the number of people executed by state agents throughout its history, reaching levels never seen before. In the present study, we will seek to understand the specificities of state repression in contemporary society, which has the neoliberal State as its fundamental form of social regularization. We will analyze state massacres, phenomena that have become more frequent in recent years, and one of their specificities: revenge for the murder of a police officer as a motivation. Through selected cases, we intend to contribute to a critical analysis of this phenomenon in Brazil.

Keywords: Preventive repression; State massacres; Police revenge.

Français

Massacres d'Etat : une analyse critique de la vengeance policière

Résumé

L'État brésilien, à travers la police, est l'un des plus répressifs au monde. Cela s'exprime concrètement dans le nombre de personnes exécutées par des agents de l'État tout au long de son histoire, atteignant des niveaux jamais vus auparavant. Dans la présente étude, nous chercherons à comprendre les spécificités de la répression étatique dans la société contemporaine, qui a l'État néolibéral comme forme fondamentale de régularisation sociale. Nous analyserons les massacres d'État, phénomène devenu plus fréquent ces dernières années, et l'une de leurs spécificités : la vengeance du meurtre d'un policier comme motivation. À travers des cas sélectionnés, nous entendons contribuer à une analyse critique de ce phénomène au Brésil.

Mots-clés: Répression préventive; Meurtres d'État; Vengeance policière.

Español

Masacres de Estado: un análisis crítico de la venganza policial

Resumen

El Estado brasileño, a través de la policía, es uno de los más represivos del mundo. Esto se expresa concretamente en el número de personas ejecutadas por agentes estatales a lo largo de su historia, alcanzando niveles nunca antes vistos. En el presente estudio, buscaremos comprender las especificidades de la represión estatal en la sociedad contemporánea, que tiene al Estado neoliberal como forma fundamental de regularización social. Analizaremos las masacres estatales, fenómenos que se han vuelto más frecuentes en los últimos años, y una de sus especificidades: la venganza por el asesinato de un policía como motivación. A través de casos seleccionados, pretendemos contribuir para un análisis crítico de este fenómeno en Brasil.

Palabras clave: Represión preventiva; Asesinatos de Estado; Venganza policial.

Introdução

Tornou-se algo repetitivo, e até mesmo enfadonho, iniciar qualquer análise sobre a repressão estatal letal¹ dizendo que a polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo. Recentemente, foi divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2023), o qual apresenta que a polícia brasileira matou 6.429 pessoas no ano de 2022, número que, dividido pelo número de dias em um ano, resulta aproximadamente em 17,6, isto é, o Estado brasileiro mata cerca de 0,7 pessoas por hora, um número evidentemente assustador e que em nosso cotidiano, já há alguns anos, tomou ares de naturalidade. Apenas na última década (2013-2022), oficialmente, acumulou-se quase 50 mil homicídios cometidos por policiais.

Em outros estudos (Grotti, 2023; Schio, 2022) buscamos compreender a forma pela qual essa quantidade de assassinatos cometidos pelo Estado percorria suas instâncias policiais e jurídicas não trazendo qualquer responsabilização, administrativa ou criminal, aos agentes policiais, a despeito de um discurso corriqueiro de representantes eleitorais da polícia ou defensores dessa política criminal de que os policiais trabalham sem a alegada falta de segurança jurídica. Em mais de 30 processos analisados, todos arquivados sem qualquer denúncia, constatamos que a construção do discurso acerca da legítima defesa é parte essencial para a manutenção e existência dessa forma de policiamento. À época, nossa pretensão foi analisar então como o Estado legitimava institucional e discursivamente a sua própria repressão letal, tendo em vista o total dos casos ocorridos na cidade de Curitiba/PR, não sendo novidade o respaldo dado pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário para a regularização de tais práticas (Verani, 1996; Misse, 2011; Godoi *et al.*, 2020).

No presente artigo buscaremos avançar no estudo da repressão estatal letal em uma de suas particularidades: o que denominamos "chacinas estatais", com o diferencial de a motivação estar relacionada a uma retaliação ou vingança por um assassinato de policial, predominantemente, ou ataque à instituição policial. Assim, o termo "chacina" será compreendido por nós como a expressão utilizada para designar uma evento em que há três homicídios ou mais, ainda que pese existirem autores que utilizam atualmente a expressão "mega chacinas" quando há oito ou mais homicídios

¹ Expressão que entendemos ser mais adequada em relação aos termos "letalidade policial" ou "morte em decorrência de intervenção policial", atual termo oficial e que no passado também foi chamado de "autos de resistência" em alguns estados brasileiros. Consideramos possível utilizar o termo letalidade policial, como o faremos no decorrer deste artigo, todavia compreendemos o seu significado inserido em uma totalidade de relações sociais mais amplas, que não somente aquela a ação de matar alguém cometida pelo policial, vista imediatamente apenas como uma reação ou então uma ação/reação de legítima defesa. Ainda, há uma pressuposição no termo "letalidade policial" que designa a possibilidade de mortes "ocorrerem" (i) durante a jornada do policial e (ii) compreendê-las enquanto parte naturalizada dentre as diversas outras ocorrências possíveis. A ação legítima está implícita no termo, ainda que possamos tensionar e criticá-lo.

(Hirata, 2022). Essa distinção mega, hiper ou afins não será utilizada por nós no presente estudo, ainda que reconheçamos a diferença entre três ou mais de uma dezena de mortes em uma chacina estatal, por exemplo. Em um levantamento recente do Instituto Fogo Cruzado, a cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana acumula uma média de 3 chacinas mensais desde agosto de 2016 a julho de 2023², dando uma dimensão de sua extensão onde há dados disponíveis.

Quanto ao termo vingança ou retaliação, aponta-se para a reação da polícia através de instrumentos jurídicos e operacionais mobilizados em decorrência da morte de um policial que desencadeia uma série de ações de repressão e violência, extremamente letais, voltadas para e no grupo, comunidade ou território do qual se sabe ou se presume ter vindo o indivíduo que assassinou o policial, como foi o caso ocorrido no dia 27/07/2023, no município de Guarujá/SP, onde um policial da ROTA³ foi morto durante patrulhamento e, nos dias que seguiram a sua morte, a polícia militar paulista desencadeou uma operação denominada "escudo", somando 28 pessoas mortas pela polícia⁴.

Esses casos habitam o universo total da repressão estatal letal, mas se diferenciam por sua motivação situacional para o cometimento dos homicídios. No estudo da letalidade policial, notou-se que existem as ações letais oriundas do patrulhamento ostensivo, em sua quase totalidade de autoria das Polícias Militares - e que representam a maioria dos números compilados da letalidade policial. Coexistem, também, outras situações que são computadas da mesma forma e têm o mesmo resultado final, mas possuem origens diferentes. De modo geral, são três em nossa análise: homicídios cometidos durante um patrulhamento; as mortes escalonadas em decorrência da morte de um policial *durante* determinadas operações; e os homicídios cometidos em uma operação policial específica, realizada *em decorrência* da morte de um policial. Devemos também destacar que a unidade ou força especial do policial assassinado é determinante para a intensidade da reação que se segue - um policial que não seja de uma força especial policial tende a ter sua morte "vingada" com menos corpos do que, por exemplo, um policial da ROTA quando assassinado. Aos destacamentos especiais policiais segue-se uma retaliação também especial.

Abordaremos diversos acontecimentos ocorridos em diversos estados no decorrer do presente estudo, analisando não somente a sua dinâmica, mas

² Ao todo foram mortas 1.137 pessoas em 283 incursões de ação ou operação policial. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/rio-tem-media-de-tres-chacinas-policiais-por-mes-mostra-levantamento.shtml>>

³ ROTA é a abreviação de Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

⁴ No dia 05 de setembro, o secretário de segurança pública de São Paulo, Guilherme Derrite, anunciava em coletiva para a imprensa o fim da Operação Escudo com um saldo "muito positivo" e "missão cumprida", além de negar com base nos laudos periciais do IML qualquer indício de execução ou tortura. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/09/05/operacao-escudo-guaruja.htm>>.

também a postura de outras instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário, diante desses acontecimentos. Contudo, faz-se necessária uma abordagem preliminar, ainda que breve e resumida, acerca de concepções fundamentais à compreensão acerca do que vem a ser a repressão estatal letal e a repressão preventiva. Superada essa fase, concentramo-nos no estudo das chacinas estatais e, finalmente, das chacinas-vingança.

1. A repressão preventiva na contemporaneidade

A compreensão acerca da repressão estatal na contemporaneidade perpassa pelo conhecimento concreto da nossa sociedade ante sua essência: vivemos em uma sociedade capitalista, cujo fundamento está na produção de mercadorias, que contém mais-valor, o qual é produzido pelo proletariado e expropriado pela burguesia. Esse modo de produzir a vida traz a necessidade de sua contínua reprodução e gera consequentemente acumulação de capital em escalas cada vez maiores (Marx, 2017). Em que pese diversas tentativas discursivas em sustentar a superação dessa essencialidade (Touraine, 1971; Beck, 2011), facto é que a produção de mais-valor é pedra angular desta sociedade e se concretiza atualmente em níveis ainda maiores do que em séculos passados.

Todavia, o capitalismo contemporâneo não é o mesmo de outrora. Durante a sua existência, este modo de produção sempre necessitou de certas condições para reproduzir-se e, por isso, está em constante metamorfose. As características do capitalismo mudam de forma sempre que necessário em razão de suas crises, ocorridas pela luta de classes e pela tendência declinante da taxa de lucro médio, alterando um conjunto de relações mais amplas e sendo por estas alterado. A cada crise ocorrida e superada pelo capitalismo, um novo conjunto de características é posto para dar continuidade à reprodução do capital. Em razão disso, podemos dizer que, durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista até os dias atuais, identificam-se certos períodos nos quais o capitalismo apresenta um conjunto de características próprias.

Como recurso analítico para que possamos compreender concretamente as relações sociais mais amplas de uma fase histórica do capitalismo, trazemos a noção de "regime de acumulação", definido como determinada forma que o capitalismo apresenta em seu desenvolvimento histórico, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), do Estado e da exploração internacional (Viana, 2009). Assim, percebemos que a história do capitalismo é a história da sucessão dos regimes de acumulação⁵ que são, na contemporaneidade, denominamos como *integral* (Viana, 2009), em razão da sua "exploração sem limites" (Bourdieu, 1998),

⁵ Não aprofundaremos no assunto no presente artigo, pois não é o tema principal da nossa análise, algo que tornaria este trabalho demasiado extenso. Para tanto, sugerimos a leitura da obra *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*, de Nildo Viana (2019), e também de Mateus Orio (2020).

cujas características gerais são: a) o toyotismo como forma de organização do trabalho, marcado por uma hiperexploração em razão da intensificação do trabalho no seu duplo aspecto (mais-valor absoluto e relativo); b) exploração internacional marcada pelo neoimperialismo, com destaque ao aumento de remessa de lucros produzidos nos países de capitalismo subordinado aos de capitalismo central; e c) a forma de Estado neoliberal.

A forma de Estado neoliberal emergiu nos países de capitalismo central no final dos anos 70 e início da década de 80, enquanto se desintegrava paulatinamente o Estado integracionista (de "bem-estar social"). Ainda que tenha suas bases ideológicas constituídas na década de 40, especialmente por Hayek (2010) e pela escola austríaca de economia, a sua concretização não se efetivou como uma "adesão" às ideias deste ou de outro autor, mas sim como resultado da luta de classes e de acordo com as necessidades históricas da acumulação capitalista e particularidades de cada país para a reprodução do capitalismo, especialmente nos países de capitalismo subordinado, onde o Consenso de Washington exerceu enorme influência.

O Estado neoliberal emerge como uma nova forma de regularização social e tem como papel principal criar as condições institucionais favoráveis à continuidade da acumulação capitalista, especialmente ao promover a corrosão de direitos trabalhistas, bem como a estabilidade de preços e contas nacionais, a liberalização do comércio e dos fluxos de capital, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação das atividades privadas, entre outros (Viana, 2009). Além disso, o Estado neoliberal reduz ao máximo as políticas sociais, especialmente relacionadas ao atendimento de setores como saúde, educação e seguridade social. Essa nova configuração estatal gera diversos efeitos, dos quais destacamos o barateamento da força de trabalho, maior concentração de renda, aumento da desigualdade social e dos níveis de pobreza (Wacquant, 2007; Braga, 2020b). Todas essas características gerais são essenciais, mas aqui chama-se a atenção para a universalização da repressão ou então escalada repressiva.

Visando tornar regular o regime de acumulação integral, uma das características fundamentais e, portanto, imprescindíveis aos fins do Estado neoliberal é a necessidade de contar com a sua mão dura, autoritária e penal, fazendo o que for necessário para "criar um clima de negócios favorável" ou manter a "ordem pública" e a "segurança pública", dentre outras palavras e termos usados para camuflar a necessidade de se reprimir em maior escala (Wacquant, 2011; Braga, 2020a).

Diante deste novo cenário e momento histórico, o Estado brasileiro passou por grandes mudanças no seu aparato repressivo desde a década de 90, período no qual percebemos a estabilização neoliberal em território nacional. Desde então, altos investimentos no aparato policial, judicial e penitenciário foram realizados, principalmente o acréscimo do efetivo das polícias, seja através de diversas contratações periódicas, seja considerando instituições

que antes não eram consideradas policiais como agora sendo, como é o caso das Guardas Municipais⁶ e Polícias Penais⁷. No mesmo sentido, observa-se a ampliação do Poder Judiciário, bem como a construção de instituições de vigilância e punição que evidenciam esse movimento. Dentre estas, destaca-se o encarceramento em massa que vivenciamos, que, em 1993, contava com pouco mais de 126 mil pessoas encarceradas (Adorno & Salla, 2007) e que, atualmente, conta com cerca de 826 mil pessoas (FBSP, 2023), ocupando frequentemente o pódio de países com maiores números absolutos de encarcerados, juntamente com outros países tais como China, EUA e Rússia.

Nesse contexto, podemos dizer que a repressão estatal atua em duas frentes (não necessariamente excludentes): a contrainsurgente e a preventiva. A especificidade da primeira reside no emprego da repressão de forma direcionada a um agrupamento organizado que confronta diretamente as políticas oficiais e reclama por seus direitos, ou então se reprime por seu potencial disruptivo da ordem pública. Pode-se citar como exemplo concreto o protesto dos professores do Estado do Paraná no ano de 2015, cujos docentes foram duramente reprimidos pela polícia, deixando mais de 200 pessoas feridas (EL PAIS, 2015). Já a repressão preventiva é aquela que tem por objetivo

“(...) impor o controle social sobre as grandes majorias que devem ser disciplinadas para que aceitem, como natural, sua subordinação à classe dominante. Trata-se de diferentes modalidades de uma única política de estado que encontra sua origem na necessidade do estado capitalista - governe quem governe - de garantir a opressão através do controle e do disciplinamento social. Esta forma repressiva se “caracteriza por estar dirigida, sem outro critério de seletividade, senão pelo pertencimento de classe, aos setores mais vulneráveis da sociedade, aos mais pobres e, entre estes, aos mais jovens, que são na sua maioria. (...) Esta classe de repressão “preventiva” se caracteriza pelo alto grau de naturalização dentro da classe vitimizada, bem como pela enorme invisibilidade para aqueles que não são seus destinatários habituais.” (Verdú, 2009, p. 22)

Ao contrário da repressão contrainsurgente, que é constatável sem muito esforço, a compreensão acerca das modalidades de repressão preventiva como uma necessidade e prática sistematizada do Estado capitalista requer um esforço perceptivo maior. Não é raro associarmos a ideia de repressão a práticas exclusivamente de épocas ditatoriais, excluindo sua percepção quando estamos em períodos democráticos. Isso fica evidente quando nos deparamos com estudos que, implicitamente, afirmam essa consequência argumentativa através de ideias como da incompletude democrática ou uma suposta continuidade de tradições autoritárias (Zaverucha, 2005), como se a repressão fosse uma disfunção da democracia, uma doença que necessita

⁶ Lei nº 13.022.2014.

⁷ Emenda Constitucional nº 104/2019.

ser curada, uma rota a ser corrigida, algo que significaria, ao nosso ver, falsear a democracia ante sua expressão concreta e cotidiana.

Durante sua história, tanto em períodos ditatoriais como democráticos, a repressão sempre foi uma necessidade do Estado capitalista como uma das formas de regularização das relações sociais burguesas, variando de grau e extensão conforme tensionam as lutas sociais e de acordo com cada contexto e período histórico. O véu democrático tende, portanto, a invisibilizar a repressão através da legitimidade que suas instituições têm de facto e de direito. Isso porque, apesar da ilusão da igualdade gerada pela paridade política de cada indivíduo, independentemente de classe social, de onde se extrai o principal eixo argumentativo da cidadania, há de facto uma desigualdade generalizada. O controle e o disciplinamento social, nesse contexto, continuam sendo necessários e imprescindíveis na democracia, todavia agora com suas instituições legitimadas para tanto.

Façamos um breve exercício: em diversas ditaduras latino americanas, que precederam os regimes democráticos atuais, milhares de pessoas foram perseguidas, exiladas, presas, torturadas e mortas pelas forças repressivas de tais Estados. Na ditadura de Pinochet, no Chile, estima-se entre 30 e 40 mil mortes durante os anos de 1973-1988. A ditadura argentina da Junta militar, de 1976 a 1983, vitimou entre 25 e 35 mil pessoas. No Brasil, os números oficiais são baixos, como atesta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade e outros trabalhos, no período de 1964-1985 (BRASIL, 2014), mas cujos números desconsideram diversas outras vítimas indígenas e interioranas, tendo mais foco nas vítimas da luta política ou armada. Já no Brasil democrático, durante o período de 2007 a 2022, um total de dezesseis anos, as forças repressivas, especialmente as policiais, mataram mais de 60 mil pessoas sob o argumento da legítima defesa em situações de alegado confronto. A democracia brasileira é, assim, seguramente mais letal que diversas ditaduras de épocas recentes e países de realidade semelhante. Contudo, essa repressão é praticada de forma distinta dos períodos ditatoriais; é representada diferentemente pelos diversos meios de comunicação; e é naturalizada, destacamos, de forma diferente. Nesse exercício superficial, o objetivo não é valorar essa ou aquela repressão, mas sim reconhecer que, tanto lá, quanto cá, a mão dura é sempre presente e há muito mais a se questionar por detrás dos valores e das instituições democráticas.

As milhares de mortes produzidas pela polícia anualmente nas grandes cidades e nos rincões do Brasil geram a naturalização desses eventos, de modo que diariamente as pessoas se deparam com notícias desse gênero sem qualquer espanto, sendo na verdade um nicho muito forte no jornalismo e na televisão, de grande interesse do público, e também nos embates eleitorais. No nosso cotidiano, há uma dispersão generalizada de informações e discursos pelo capital comunicacional, através de diversos meios, que contribuem para que a repressão exercida pelo Estado seja percebida como algo normal e apolítico (Braga, 2020c). A naturalização

desses homicídios cria uma percepção de que são factos isolados, decorrentes de ações policiais sem nenhuma conexão entre si, quando, na verdade, estão completamente interligados. Isso dificulta a constatação acerca do que são de facto, isto é, um conjunto de ações estatais destinadas a reproduzir e regularizar as formas sociais burguesas, especialmente a propriedade privada, em que matar se torna mais um recurso possível e disponível.

O recurso discursivo amplamente utilizado, seja pelo próprio Estado ou mesmo pelo capital comunicacional, para tratar os homicídios praticados por policiais como factos "normais" e, portanto, contribuindo para a sua naturalização, é o argumento jurídico-legal da legítima defesa, mencionado anteriormente. Para tanto, adjetivar a ação policial letal como um "confronto", uma "reação policial" em que o "bandido reagiu", é essencial para camuflar uma característica fundamental do Estado capitalista, tornando-a uma questão particular e isolada, desconectada da totalidade das relações sociais. Sabendo disso, o próprio discurso policial no interior dessas investigações são meticulosamente construídos para adequar a ideia de legítima defesa à ação policial letal, ou melhor, *arredondar* o facto, cujo termo é

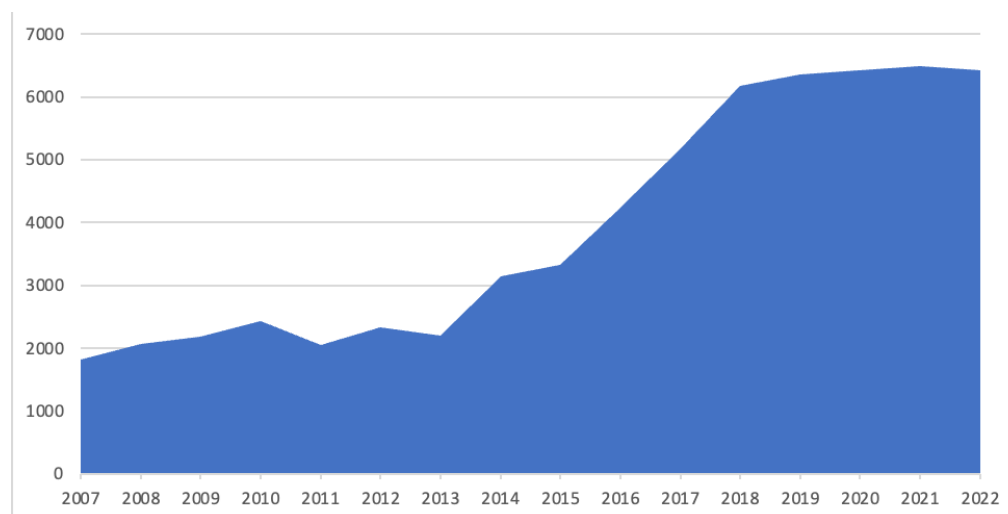
“amplamente utilizado pela polícia para sintetizar a construção de um discurso sobre uma determinada situação, de forma a obter algum proveito disso para o investigado - no caso, o policial -, tendo em vista as expectativas de interpretação dos seus interlocutores. Não estar arredondado ou estar *quadrado* significa, portanto, que um facto narrado no procedimento investigatório possui interpretações dúbias ou tem arestas, isto é, há circunstâncias expostas que comprometerão a cumplicidade interpretativa entre a polícia, promotores de justiça e juízes. O termo arredondamento, assim, decifra uma ordem oculta nas interações formais entre os principais atores das instituições repressoras que visam regularizar a repressão estatal letal” (Grotii, 2023, p. 121).

Quando nos deparamos com casos que destoam do padrão discursivo da normalidade, que não estão arredondados, como uma evidente execução cujo discurso não foi possível readequar para legitimar a ação policial, a primeira reação do Estado é tentar excluir a sua culpa e imputar o facto ao policial, fazendo disso algo isolado, uma decorrência de um problema com o próprio agente, não raras vezes o imputando como psicopata, alguém que foi mal recrutado, enfim, um *loquito suelto* (Verdú, 2009). Inclusive, é patente observar que é objetivamente impossível precisar a veracidade sobre o que está narrado pelos policiais e legitimado pelas instituições jurídicas quando arquivados ou absolvidos os casos de letalidade policial (a despeito dos raros casos que vão a júri e investigações são realizadas). Sequer há espaço e regras processuais para a contestação da versão policial do homicídio no caminho burocrático-administrativo de tais casos - como não é denunciado pelo Ministério Público, na quase totalidade dos casos, não há possibilidade de manifestação da outra parte (Schio, 2022).

Por fim vale ressaltar que a repressão letal não atinge a todos e todas classes indistintamente: jovens de 12 a 29 anos de classes desprivilegiadas, na sua maioria, negros, residentes de bairros ou regiões periféricas são os principais alvos da polícia numa perspectiva histórica e contemporânea (Cano, 1997; Dias, 2015; FBSP, 2022, 2023).

Assim, a repressão preventiva, que tem como uma de suas modalidades a letalidade policial, sempre foi uma característica intrínseca do Estado capitalista. Contudo, em sua forma neoliberal, constatamos uma escalada repressiva em razão da necessidade, cada vez maior, em controlar as classes desprivilegiadas, que experimentam, a cada dia que passa, uma redução drástica nas suas condições de vida e, por isso, são uma ameaça à propriedade privada. Assim, ainda que os alvos principais da repressão estatal sejam, em primeiro plano, uma parcela do lumpemproletariado chamados pela representação cotidiana de "bandidos", "traficantes" ou "ladrões", na verdade esse discurso serve, em última análise, como legitimador de um controle social mais amplo, abarcando todas as classes desprivilegiadas, em especial o lumpemproletariado.

Não encontramos um estudo que compila a quantidade de pessoas mortas pela polícia em todo Brasil democrático. Isso se deve, dentre outros motivos, à dificuldade de acesso a essas informações e, quando acessíveis, à sua confiabilidade. É somente ao longo da primeira e segunda década do século XXI que o Estado brasileiro e as instituições policiais aprimoram seus instrumentos de coleta de informação, produção de estatísticas, padronização de categorias, etc. A análise completa desse período poderia nos proporcionar uma ampla visão das fases do Estado neoliberal ante sua estabilização e posterior desestabilização. Contudo, desde 2010 nos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Públicas (FBSP) e da própria produção e disponibilização desses dados pelos diferentes estados brasileiros - diversas polícias, militar ou civil, por exemplo, são de competência estaduais no Brasil - desde o ano de 2007 até 2022, chegamos ao seguinte gráfico (Gráfico 1) sobre a letalidade policial no Brasil:

Gráfico 1: Pessoas mortas pela polícia no Brasil (2007-2022)

Fonte: Os autores, com base nos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

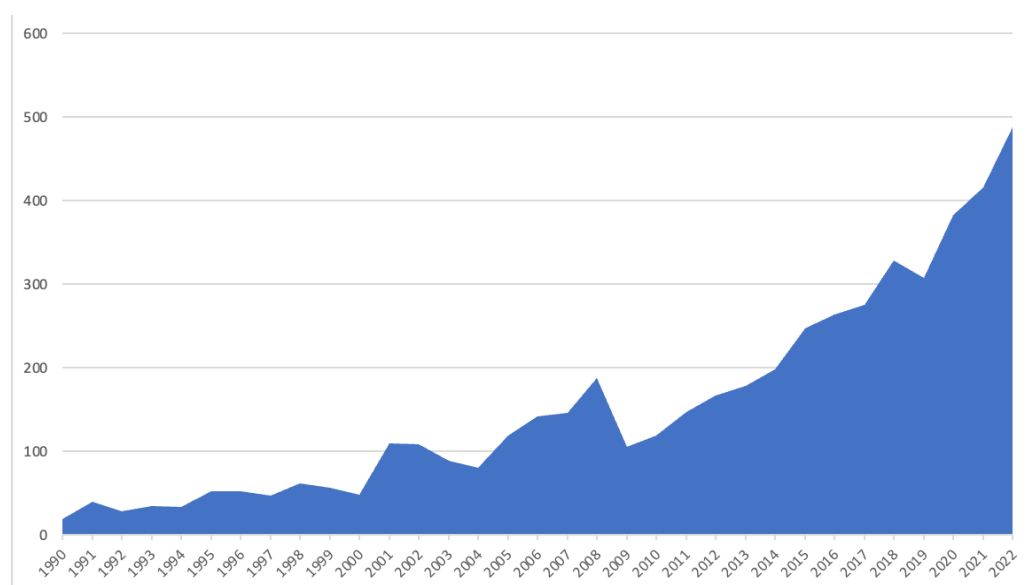
Há alguns apontamentos a serem feitos antes de prosseguirmos sobre o gráfico acima. Primeiramente, devemos esclarecer que a contabilização e transformação dos casos concretos em estatísticas podem não representar a totalidade dos casos de letalidade policial. Em segundo lugar, devemos ter em vista a progressiva implementação de processos administrativos e da produção de informação e dados por todas instituições que, aqui, não só na polícia, não se concretiza de uma hora para outra. Há algumas instituições que coletam e produzem estatísticas há décadas, enquanto outras, que apesar de sempre produzirem muita burocracia, como a polícia, não compilavam ou tratavam tais informações. Tais reformas, inclusive, se efetivaram com a implicação de orçamento e recursos repassados pelo governo federal aos governos estaduais, a partir de índices de qualidade e cobertura da produção estatística. Ambos esclarecimentos nos ajudam a explicar alguns pontos presentes no gráfico: de um lado, parte da primeira grande subida entre os anos de 2013 e 2015, período em que se efetivam a cobertura e qualidades das estatísticas criminais e policiais, pode ser atribuída a uma maior notificação pelos estados de tais casos, levando a suspeitar que os patamares nos anos anteriores estejam subestimados; por outro, a segunda curva de crescimento de 2015 até 2018, já deve ser lida de outra forma, tendo em vista que as subnotificações diminuíram significativamente, o que nos revela um contínuo crescimento da letalidade como meio de policiamento e controle dos grupos supracitados, chegando a patamares de mais de 6 mil mortes anuais oficialmente reconhecidas em todo território brasileiro (Schio, 2022).

Aponta-se, ainda, falhas ou dificuldades na qualidade das notificações e nos graus de detalhamentos organizado por cada unidade federativa, o que demonstraria ainda enormes disparidades entre as polícias estaduais, ainda que a notificação em si tenha alcançado graus de extensão e confiabilidade seguros para a pesquisa, análise e comparação. Por fim, vale mencionar a

dificuldade de acesso aos documentos, relatórios e processos produzidos por cada um desses casos de letalidade, que assim como a própria letalidade, se estendem para os diversos órgãos que compõem o que chamamos de Sistema de Justiça Criminal. Em parte, por isso se explica a pouquíssima e localizada quantidade de trabalhos e pesquisas que lidam com os processos, relatórios de polícia, boletins de ocorrência, etc., em casos de letalidade policial.

No caso paranaense, considerando os apontamentos acima realizados, chegamos ao seguinte gráfico da evolução da letalidade policial no estado (Gráfico 2):

Gráfico 2: Pessoas mortas pela polícia do Paraná (1990-2022).



Fonte: Os autores, com base nos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) e em Bordin (2009).

Pelo gráfico acima e tendo em vista as considerações anteriores em relação à estatística, podemos perceber que a polícia do Paraná matou 19 pessoas no ano de 1990, cuja população contava com 8.415.659 habitantes, mas que pode estar subnotificada. Já no ano de 2000, quando contava com 9.564.643 habitantes, a polícia matou 48 pessoas. Em termos percentuais, nesse intervalo de dez anos a letalidade aumentou aproximadamente 152%, ao passo que sua população cresceu apenas 13,6%. Entre o ano de 2000 e 2010, a letalidade policial saltou de 48 pessoas mortas para 119, representando um acréscimo de 147,9%, enquanto que sua população (em 2010, 10.266.737) aumentou somente 7,3%. Entre o ano de 2010 e 2022, a letalidade policial saltou de 119 pessoas mortas para 488, representando um aumento de 310%, ao passo que sua população (em 2022, 11.443.208) aumentou somente 11,4%, exemplificando como o estado do Paraná vem se destacando na análise histórica da repressão letal levada a cabo por suas forças policiais.

Os números acerca da repressão estatal letal nos últimos anos demonstram que o Estado mata cada vez mais. Essa escalada repressiva está intimamente ligada ao período de consolidação e, principalmente, desestabilização do Estado neoliberal. Os aumentos do número de homicídios cometidos por policiais contra civis podem indicar que, a cada ano que passa com a desestabilização do Estado neoliberal, mais o Estado necessita reprimir através de suas instituições. Não é raro encontrarmos nas representações cotidianas falas como "a polícia não tem segurança jurídica para trabalhar" ou, em termo mais representativo, para matar, algo que diversos estudos já demonstraram ser uma falácia (Verani, 1996; Misse, 2011; Zaccone, 2015; Schio, 2022; Grotti, 2023). Mesmo diante de uma quase total segurança jurídico-institucional, dado que quem interpreta a lei são os representantes do Estado, recentemente, no ano de 2019, o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública e atual Senador Sérgio Moro, apresentou seu "pacote anti-crime", no qual ampliava a interpretação da possibilidade de reconhecimento de legítima defesa em ações policiais letais, através da inclusão de diversos elementos subjetivos, tais como "medo", "surpresa" ou "violenta emoção". Além disso, apresentou oficialmente a "legítima defesa policial", criando uma presunção praticamente absoluta da versão policial:

"Parágrafo único. Observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa:

I – o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e

II – o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes" (BRASIL, 2019)

Apesar de não ter tido prosseguimento, o projeto antecipa uma possível tendência em torno da importância que a "segurança jurídica" adquire nas formas estatais neoliberais, qual seja de salvaguardar o exercício da repressão por meio de instrumentos jurídicos que sirvam a fortalecer a legítima defesa ou ampliar o leque de justificativas jurídicas para emprego de força letal, de acordo com e para as necessidades da reprodução do capitalismo atual. Não é fortuito que as vítimas sejam mais ou menos as mesmas há décadas e isso não é decorrência de um erro de formação policial, de desvios de conduta ou individuais, ou pela falta de certas disciplinas na grade curricular, entre outros argumentos. Ainda, é importante mencionar que, ao contrário de outros setores do Estado, a evolução da letalidade e do aumento da repressão estatal como um todo desconhece cores partidárias ou governamentais, sendo este um ponto importante de mencionar e que alavanca o problema adiante: trata-se de uma necessidade estatal.

2. As chacinas estatais

Apresentado um panorama geral acerca da repressão estatal letal no Brasil e o que compreendemos por repressão preventiva, avançaremos nesta seção no estudo de uma de suas especificidades: as chacinas policiais. Nossa intenção aqui é contribuir para o aprofundamento de sua compreensão frente à surpreendente relevância das chacinas policiais na atualidade como se demonstrará a seguir.

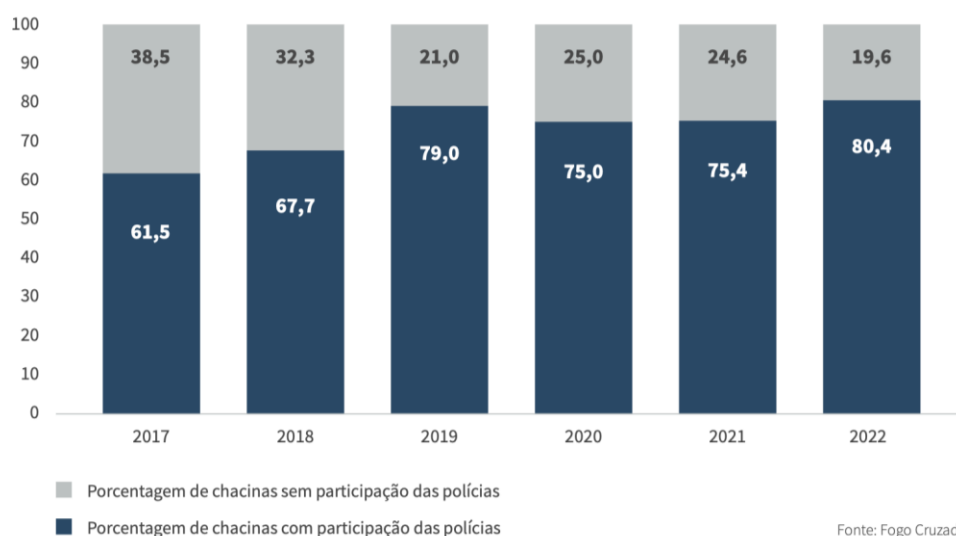
Um primeiro ponto que devemos estabelecer é que chacinas podem ser cometidas tanto por civis, quanto por agentes estatais, policiais especificamente. Em decorrência disto, é esperado que elas aconteçam com roupagens diferentes. As chacinas cometidas por civis, geralmente de grupos e organizações criminosas, se valem de meios (armas, ações, planejamento e execução das pessoas) e motivos diferentes aos das chacinas cometidas por policiais, que, em sua versão mais recorrente, se reveste e se confunde com as Operações Policiais, revelando já o primeiro verniz de sua legitimação institucional. Os homicídios e chacinas estatais tendem a ser tratados ou vistos como resultado de um confronto, ou uma possibilidade que perpassa tais operações devido a sua periculosidade, parecendo extrair qualquer intencionalidade ou disposição dos agentes estatais quando se empilham corpos. Tal percepção definitivamente não se encaixa para as chacinas cometidas por civis, em regra demonstradas como atos frios, sanguinários, vingativos, abomináveis e que revelam os traços mais sombrios daqueles que os cometem.

Não se sabe ao certo quantas chacinas a polícia brasileira é responsável por ano. Isso porque, considerando que essa qualificação depende de três ou mais homicídios no mesmo contexto de ação policial, cada morte é encarada e anunciada isoladamente, evitando-se o rótulo de chacina, o qual traz consigo uma carga negativa, trazendo como efeito não somente questionamentos sobre a forma de atuação da polícia, mas também a sua legitimidade como instituição e, conseqüentemente, de desnudar a repressão estatal letal em suas versões mais extremas. Nesse sentido, o capital comunicacional é importante ferramenta que contribui para a continuidade da invisibilização desse fenômeno. Ao fazermos uma breve consulta pela Internet, não encontraremos, nos principais meios de comunicação, qualquer notícia que vincule três ou mais homicídios pela polícia como sendo uma "chacina", mas somente como um resultado inevitável de uma ação, operação ou confronto policial. Portanto, essa "falta" de estatística não ocorre por uma impossibilidade técnica, um atraso na forma de coleta e compilação de informações, mas sim, ao nosso ver, por trazer à tona uma ação que é frequentemente associada a grupos criminosos e põe em questionamento a própria polícia e, em última análise, o Estado como detentor do monopólio do uso legítimo da força (Weber, 2013). Um meio de sanar tal lacuna, que não será realizada neste estudo, estaria na análise de todos os casos de letalidade policial para compilar

aqueles que se consumiram numa mesma situação e podem configurar o que conceitualmente chamamos de chacina.

No estado do Rio de Janeiro, de forma destoante, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) acompanha diretamente esses acontecimentos e, recentemente, divulgou um relatório de pesquisa denominado *Chacinas policiais no Rio de Janeiro: estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade* (Hirata *et al.*, 2023), estudo este que apresenta a participação da polícia nas chacinas ocorridas naquele estado. De acordo com esse relatório, entre 2007-2022, a polícia do Rio de Janeiro realizou 19.198 operações policiais, 629 das quais ocorreu uma chacina, matando um total de 2.554 pessoas. De acordo com esses números, a polícia do Rio de Janeiro, entre 2007-2022, foi responsável pela prática, em média, de 39,3 chacinas por ano, ou 3,2 por mês. Especificamente em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro, o mencionado relatório apresenta o seguinte gráfico (Gráfico 3) comparativo entre a porcentagem de chacinas policiais em relação ao total de chacinas:

Gráfico 3 : Porcentagem de chacinas policiais do total de chacinas (Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2017-2022).

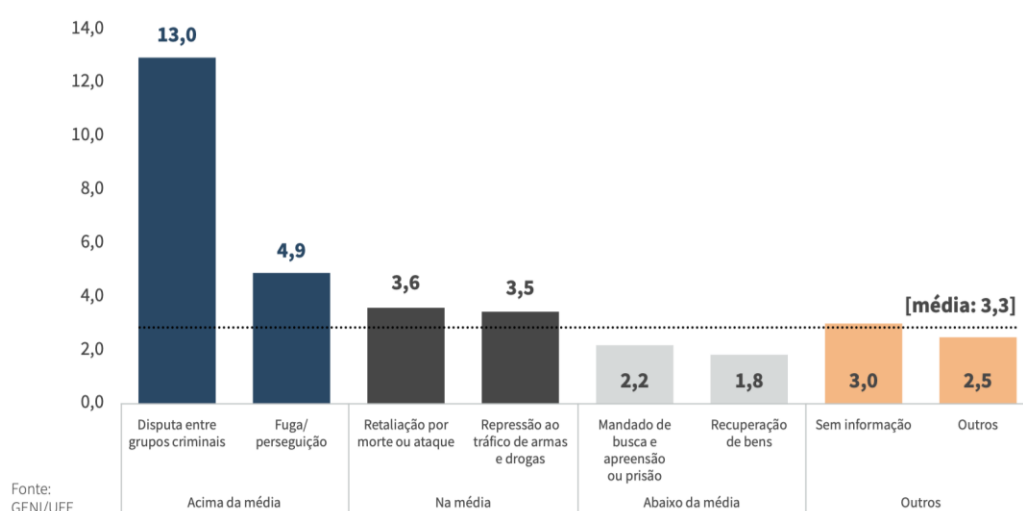


Fonte: Hirata *et al.*, 2023, p. 06.

Da análise desse gráfico, podemos constatar rapidamente que a polícia do Rio de Janeiro é a principal causadora das chacinas naquele estado, chegando, no ano de 2022, a ser responsável por 80,4% desses acontecimentos ou, em outros termos, a cada cinco chacinas ocorridas na região metropolitana, quatro são cometidas pela polícia. Ao longo dos anos de 2017 até 2022, das 341 chacinas ocorridas, 252 foram cometidas pela polícia. Os dados são acachapantes e nos trazem uma fotografia da realidade em que se captura a regularidade das chacinas na atividade cotidiana da polícia carioca.

Para esses eventos ocorrerem com a frequência que ocorrem é necessária uma motivação prévia por parte do Estado, que vai mobilizar seus policiais para apurarem determinadas circunstâncias que consideram relevantes. Assim, apareceram como principais motivações: a repressão ao tráfico de drogas e armas; as disputas entre grupos criminais; mandado de prisão ou busca e apreensão; retaliação por morte ou ataque a unidade policial; fuga ou perseguição; recuperação de bens roubados; outros e sem informações, sendo que, em média, 3,3% das operações policiais resultam em chacina, conforme exposto abaixo no Gráfico 4:

Gráfico 4: Percentagem de chacinas policiais do total de operações policiais segundo motivação (2007-2021, Rio de Janeiro).



Fonte: Hirata et al., 2023, p. 08.

Sendo a disputa entre grupos criminais a principal justificativa para que as polícias subam à favela e cometam chacinas, isso, por si só, já legitimaria a ação policial, deixando de lado as circunstâncias destes homicídios, uma vez que o discurso do combate ao crime e a associação do morto a uma organização criminosa acaba sendo suficiente para arquivar qualquer tipo de investigação criminal (Zaccone, 2015). Ainda nesse aspecto, é muito comum no noticiário mencionar no perfil dos mortos se há passagens ou “ficha” na polícia ou algum tipo de associação com organizações criminosas.

O que as características das chacinas do Rio de Janeiro tem para nos mostrar, através das informações expostas pelo relatório do GENI, é a imprescindibilidade da existência de uma operação policial previamente vinculada a um fim específico no "combate à criminalidade", algo que contribuirá para a sua legitimação futura. Ainda vale ressaltar que, através desse exercício analítico que tem como referência o estado do Rio de Janeiro, não é nossa intenção apresentar suas especificidades como sendo

as mesmas dos demais estados e respectivas polícias. Cada qual tem suas próprias singularidades, como é o caso da polícia do estado do Paraná, cujo principal contexto de ações letais ocorre em patrulhamentos e perseguições a veículos roubados ou furtados, resultando em homicídio ou mesmo em chacina por parte da polícia, como foi o caso ocorrido no dia 12 de setembro de 2022 na cidade de Curitiba, em que quatro pessoas foram mortas pela polícia militar paranaense após uma perseguição na qual o veículo teria sido roubado por aquelas pessoas assassinadas⁸. Neste caso, em acordo com o gráfico acima, seria possível encaixá-lo no segundo principal motivo de chacinas: a categoria fuga ou perseguição.

Pelo discurso oficial, operações policiais são determinadas ações da polícia, com prazo determinado ou determinável, que visam, de algum modo, o combate à criminalidade, seja para prevenir eventual prática criminosa ou para coibi-la. Estaria dentro desta ideia tanto ações constantes, como patrulhamentos diários, bem como ações pontuais e específicas, como o cumprimento de mandados judiciais em um determinado período do dia. Com isso, toda polícia pode realizar uma operação policial que, a princípio, estaria no âmbito de suas atribuições. Faz-se essa ressalva porque não é raro vermos uma instituição policial agir em desvio de função e conforme as atribuições de outra polícia, como foi o caso da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que tem atribuições para patrulhar rodovias federais, mas que, juntamente com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE/PMRJ), invadiram a favela Vila Cruzeiro/RJ e lá mataram 23 pessoas em maio de 2022⁹. Em razão dessa chacina, o desvio de função da PRF foi questionado pelo Ministério Público Federal, mas não temos notícias de qualquer espécie de responsabilização. Inclusive, essas "parcerias" entre polícias são incentivadas frequentemente pelo próprio Ministério Público, que tem por atribuição constitucional realizar o controle externo das polícias¹⁰, mas que, sob o argumento do combate ao crime, permite a constante violação de atribuições constitucionais das polícias, como é o caso da P2 da PM que, apesar de ter atribuição de investigar crimes militares, frequentemente investiga crimes comuns.

Ainda no ano de 2020, o Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário, através de uma decisão monocrática em um processo (ADPF nº 635)¹¹, já tinha determinado a suspensão das operações policiais no Rio de Janeiro durante o período da pandemia COVID-19. O STF

⁸ Mais detalhes da notícia pode ser encontrado no sítio eletrônico <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/09/12/quatro-pessoas-em-picape-roubada-sao-mortas-durante-confrontos-com-policiais-no-contorno-norte-de-curitiba-diz-pm.ghml>>. Último acesso em 15/09/2023.

⁹ A notícia pode ser visualizada no sítio eletrônico <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-do-bope-da-pf-da-prf-tem-23-mortos-sendo-uma-moradora-na-vila-cruzeiro-25516523.html>>. Acesso em 18/09/2023. Neste artigo, não aprofundaremos o desvio de função das polícias no Brasil, algo que será objeto de estudo posterior.

¹⁰ Conforme art. 129, VII da Constituição Federal.

¹¹ As decisões podem ser encontradas no sítio eletrônico <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>>. Acesso em 18/09/2023.

estabeleceu diversas restrições, como a necessidade de justificar a operação policial previamente e com aviso ao Ministério Público. Além dessa decisão neste processo, outra foi proferida no ano de 2022, cerca de três meses antes desta chacina na Vila Cruzeiro/RJ, que teve como participação a PRF: ao Estado do Rio de Janeiro cabia elaborar um plano visando a redução da letalidade policial e o controle de violações de direitos humanos pela polícia fluminense, com cronograma específico para tanto. Além disso, estabeleceu os seguintes critérios para reconhecer como legítima a letalidade:

“(...) só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência, (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir um dano sério, (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente” (STF, ADPF nº 635, Rel. Min. Edson Fachin, j. 03/02/2022).

Em que pese o suposto “avanço” do reconhecimento do evidente, a matança policial generalizada no Rio de Janeiro continuou durante o ano de 2022. O STF foi instado a se manifestar e, diante dessa situação, dificilmente poderia negar o que se passava no Rio de Janeiro, senão teria sua própria legitimidade enquanto poder da república democrática questionado. Ocorre que, em primeiro lugar, ao estabelecer critérios de justificação da repressão letal, o STF antecipou o discurso aceitável acerca desses acontecimentos, bastando uma adequação discursiva para a sua legitimação. Ademais, com o foco somente na instituição que puxa o gatilho, esqueceu-se daquelas que fazem a sua interpretação, isto é, o Ministério Público e o Poder Judiciário, que diariamente vêm legitimando, em todos os cantos do Brasil, as ações letais. É notório, por esses pontos, que a preocupação estatal reside na aparência democrática, em que matar tem que adquirir uma roupagem diferente de outrora.

Pelo que se apresentou, as operações policiais são uma perfeita oportunidade para que a polícia mate (legitimamente). Tal facto é ressaltado pelo policial da ROTA Silvio Oliveira em seu livro *Boa Caçada* (2019), que também descreve as atividades rotineiras daquele batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Para Oliveira, quando o policial da ROTA vai patrulhar, vai à busca de sua “caça”, expressão utilizada para relatar que o policial de ROTA sai às ruas para matar. Para o autor, “boa caçada” é o que se diz, entre os próprios policiais, “quando embarcamos em nossas viaturas e saímos às ruas. Afinal, é isso que fazemos, caçamos bandidos. Não atendemos ocorrências rotineiras. Somos uma tropa treinada e preparada para entrar em qualquer lugar da cidade e buscar o ladrão no ninho” (Oliveira, 2019, p.18). A ROTA é conhecida por ser um dos batalhões mais letais do país, estando vinculado a diversas chacinas ocorridas no Brasil, como a chacina do Presídio Carandiru em 1992, que deixou 111 pessoas assassinadas.

Em época não muito distante, os grupos de extermínio atuavam para cometerem chacinas, grupos estes que eram compostos, na sua grande maioria, por policiais e ex-policiais que agiam quando não estavam de serviço. É também neste caldo dos grupos de extermínio e nos grupos justiceiros que se fundam as milícias (Manso, 2020). Atualmente, não há mais a necessidade da existência dos também chamados de esquadrões da mortes, pois a etiqueta "operação policial" parece encobrir e legitimar as chacinas que outrora eram cometidas por grupos de extermínio. É o que Hirata chamou de "desencapuzamento das chacinas" (2023).

As chacinas policiais vêm para compor a face mais violenta do Estado neoliberal, que mostra seletivamente às classes desprivilegiadas a sua capacidade repressiva como forma de regularização social. As chacinas em operações policiais, nesse contexto, não nos parecem mais uma exceção ou efeito colateral não desejado. Pelo contrário, em épocas de desestabilização do capital, a repressão preventiva atua com maior intensidade em todas suas modalidades, inclusive a letal, e conseqüentemente as chacinas. O Estado aproveita para, nessas oportunidades, e parafraseando o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, "passar a boiada" quando pode.

3. A vingança policial no contexto das chacinas

Ao cometimento de um crime, manda a Constituição Federal que seja seu autor devidamente investigado e, com respeito ao devido processo legal, devidamente punido em alguma das penas previstas em lei, sendo proibidas as de tortura (art. 5º, inc. III) e de morte, a não ser, neste último caso, em situação de guerra (art. 5º, inc. XLVII). Esquecendo-se desses mero detalhes, em maio de 2006, a pretexto de devolver a tranquilidade aos paulistanos e restabelecer a ordem pública ante aos chamados "ataques do PCC", ocasião em que foram mortos cerca de 30 agentes da polícia por esta organização criminosa, a polícia paulista matou em oito dias cerca de 500 pessoas, cujo número ainda beira a inexatidão em razão da existência de pessoas desaparecidas, ocultações de cadáveres, registros de autoria desconhecida e outros. Dentre essas pessoas oficialmente mortas pela polícia, todas são oriundas de classes desprivilegiadas e a grande maioria sequer conta com qualquer ligação aparente com o crime organizado, apesar de assim terem sido rotulados. Sobre a investigação desses factos, pouco se fez, gerando impunidade àqueles agentes estatais que resolveram implantar a pena de morte no Brasil de maneira tão aberta durante alguns dias. Talvez este episódio tenha sido, até os dias atuais, a maior ou senão uma das maiores chacinas policiais da história recente, com o diferencial de a sua motivação ser resultante de uma retaliação aos homicídios de agentes policiais. A cada assassinato de policial, seguiam-se dezenas de assassinatos de civis acusados de associação ou relação com o tráfico de drogas (MÃES DE MAIO, 2011). Entre centenas, alguns de facto integravam a organização.

Diversos outros factos recentes, como o ocorrido em Londrina em 2016¹², apontam que, uma vez assassinado um policial, a retaliação ou a vingança institucional é praticamente certa. Isso fica mais evidente ante a frase dita por um policial militar paranaense investigado por participação nos homicídios dessa chacina, que ficou conhecida como "noite sangrenta": "vamos para cima, irmãos, não acertaram uma simples abelha, mexeram foi num vespeiro"¹³. Diante disso, focaremos no que consideramos uma questão crucial para o estudo: em que consiste essa vingança e quais são suas especificidades?

O termo vingança indica uma represália, praticada em nome próprio ou alheio, ante um ato considerado ofensivo e presumidamente praticado por outrem. No tipo de situação em que estamos examinando, a vingança existe por ser o motivo pelo qual um ou mais policiais, a pretexto de dar uma resposta à morte de outro policial, estando este de serviço ou não, mata uma ou mais pessoas. A condição de ser policial, tanto de quem vinga e em nome daquele que se vinga, é o que qualifica essa vingança. Destaca-se neste tipo de retaliação não haver nenhuma outra correspondência em âmbito estatal, pois nenhum homicídio de qualquer outra categoria de servidor público apresenta a mesma reação e consequência quanto a da morte de um policial. Não se trata, portanto, de uma vingança do tipo pessoal, isto é, em razão de laços pessoais entre quem vinga e o vingado, ainda que se considere possíveis amizades advindas da relação profissional. Trata-se, na verdade, de uma vingança ante uma relação institucional e levada adiante em nome da corporação, pois não raras as vezes quem vinga sequer conhecia o vingado.

Se não há necessidade de uma relação pessoal entre os policiais, dado que os une é o vínculo institucional, a vingança policial, por mais paradoxal que possa parecer, não se restringe ao(s) possível(is) agressor(es). Isso fica evidente ao analisarmos o ocorrido na cidade do Guarujá, no Estado de São Paulo. No dia 27/07/2023, dois policiais da ROTA foram baleados durante um patrulhamento naquela cidade, sendo que um deles morreu em decorrência desses disparos - salienta-se que a arma apreendida como sendo do acusado e usada para matar o policial, em divulgação recente, noticiou-se que o exame balístico não apontou ser a bala disparada pela arma apreendida, assim como as mãos do acusado não possuíam resíduos

¹² No dia 29/01/2016, em Londrina/PR, um policial militar foi baleado quando estava de folga. Logo em seguida, a PM começou a reação, recrutando inclusive aqueles que estavam de folga, matando 12 pessoas e deixando 14 feridas, todas vítimas de disparo de arma de fogo, facto este que representou 30% dos homicídios do ano de 2015 na cidade. Cinco dessas vítimas fatais sequer tinham passagem pela polícia. Em junho de 2023, policiais acusados de envolvimento com esses homicídios e falsificação de provas foram absolvidos. Informações disponíveis no sítio eletrônico <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2023/06/13/pms-sao-inocentados-por-tentativas-de-homicidios-durante-a-noite-sangrenta-em-londrina-12-pessoas-morreram-mas-investigacoes-nao-avancaram.ghtml#>>. Acesso em 20/09/2023.

¹³ A notícia pode ser visualizada no sítio eletrônico <<https://lidianopolisnews.blogspot.com/2019/01/noite-sangrenta-em-londrina.html>>. Acesso em 23/09/2023.

de pólvora, do que inicialmente se noticiou ter sido disparado por “*sniper*” do tráfico¹⁴. Após uma série de operações policiais na região que duraram 40 dias sob o nome de Operação Escudo, o saldo final oficial foi de 28 mortos, 958 prisões, 117 armas e cerca de 970 quilos de drogas¹⁵, somados a diversos relatos de moradores que os policiais agiram com capuzes, invadiram domicílios e, inclusive, torturaram pessoas¹⁶.

Para salientar a rapidez com que se multiplicam as “exceções”, enquanto escrevamos o presente artigo, entre os dias 14 e 15 de setembro, dois policiais foram mortos em Recife/PE e, poucas horas mais tarde, o suspeito destes homicídios foi morto pela polícia militar pernambucana, juntamente com quatro pessoas de sua família, entre elas a mãe e a irmã¹⁷. Circulou pela Internet, inclusive, um vídeo da irmã que, ao prever ser assassinada, iniciou uma *live* pelas redes sociais e, por fim, acabou gravando sua própria morte. Executada a tiros, ela filmou duas pessoas sem farda chegando próximo dela e de seu irmão, dando-lhes ordem para levantar a mão enquanto lhes apontava a arma, em semelhança aos padrões de abordagem policial. Ocorre que, mesmo sendo dito que estavam sendo filmados e obedecendo às ordens dadas, não foi suficiente para impedir o desfecho fatal.

Diante dessas duas chacinas, uma ocorrida no Guarujá/SP e outra em Recife/PE, é visível que a vingança não se restringe somente à pessoa que causou a morte de um policial. A vingança institucional transcende essa relação e se impõe diante de uma coletividade maior de pessoas que sequer estão relacionadas a determinado crime em questão, mas que acaba por sofrer suas consequências, sendo indiferente existir qualquer vínculo da(s) vítima(s) da retaliação com qualquer atividade criminosa, dado que muitas das pessoas mortas pela polícia sequer têm passagem ou condenação criminal. Dessa forma, por que a polícia assim age?

Preliminarmente a uma possível resposta, é inegável que os policiais, ao decidirem matar um, dois, três ou vinte pessoas por uma retaliação, contam com respaldo institucional, não somente da instituição policial, mas também - e principalmente - do Ministério Público e Poder Judiciário. Esse respaldo é construído nas relações institucionais diárias de ambos diante de cada homicídio praticado por policial contra qualquer civil, já que arquivar esse tipo de investigação é a regra quase absoluta. A polícia sabe, de antemão, o

¹⁴ Conforme notícias expostas no sítio eletrônico: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2023/10/18/bala-que-matou-pm-da-rota-no-guaruja-nao-saiu-de-arma-achada-pela-policia.htm>>. Acesso em 09/11/2023.

¹⁵ Conforme notícia exposta no sítio eletrônico: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-de-sp-anuncia-fim-da-operacao-escudo-que-deixou-28-mortos-no-litoral/>>. Acesso em 09/11/2023

¹⁶ Conforme notícias expostas nos sítios eletrônicos <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/02/o-que-se-sabe-sobre-a-chacina-no-guaruja-apos-morte-de-pm-da-rota.htm>> e <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/08/01/quem-sao-os-mortos-na-acao-da-policia-em-guaruja.ghtml>>. Acesso em 23/09/2023

¹⁷ A notícia pode ser visualizada no sítio eletrônico <<https://www.metropoles.com/brasil/veja-quem-sao-as-oito-pessoas-assassinadas-em-chacina-de-pernambuco>>. Acesso em 23/08/2023.

entendimento de ambas as instituições acerca do discurso esperado sobre os homicídios por ela cometidos e, por isso, realiza uma construção discursiva do relato dos factos a uma determinada compreensão esperada e adequada para promotores e juízes, não sendo em nenhum momento a licitude da ação policial posta em questionamento, via de regra. Na linguagem do brocardo jurídico: "o que não está nos autos, não está no mundo".

Em segundo lugar, a retaliação institucional frente a um homicídio de um policial é certa. Todavia, a polícia possui certa autonomia de escolha quanto à intensidade da retaliação. Isso significa que, ante uma reação, a polícia terá um leque de opções entre não matar ou, se optar por assim fazer, quantos matar, de que modo, em quais locais, dentre outras condições. Quando se opta por não matar e, sim, investigar e prender o suspeito, temos a obediência aos procedimentos legais, mas que não exclui o caráter de prioridade institucional, que na maioria dos casos demanda uma força-tarefa para apurar o ocorrido frente a totalidade de homicídios que também esperam por investigação e solução. Essa autonomia não é aquela resultante de um descontrolo governamental (Alzueta, 2014) ou autonomia burocrática autoritária, sustentado por Guillermo O'Donnell (2021), como se o aparato repressivo tivesse regras próprias e automatizadas do Estado.

Em uma entrevista informal realizada no decorrer desta pesquisa, um policial, que já foi baleado duas vezes, foi questionado sobre a postura da polícia sobre esses dois factos em que foi vítima, sendo afirmado por ele que não chegaram a matar qualquer suspeito, todavia resultou em investigação e os seus autores foram presos. Diante dessa resposta, foi feita outra pergunta, qual seja, se ele sabia explicar o porquê agiram assim e acabaram não matando os autores, e fomos respondidos que, como é um policial de rua e não vinculado a determinados agrupamentos, matar não é visto como uma obrigação, mas uma opção, se tiver oportunidade para tanto; já com policiais de batalhões especiais, a vingança institucional letal é certa.

Não podemos perder de vista que a polícia tal qual como a conhecemos hoje, devidamente organizada em uma instituição hierarquizada, é resultado de um processo de produção e reprodução da ordem burguesa historicamente determinada, cujo discurso de segurança por ela buscada camufla a insegurança da propriedade privada e a necessidade histórica de se fabricar a ordem social e impor a disciplina do trabalho, tendo nas classes desprivilegiadas a sua principal preocupação (Neocleous, 2010). A discricionariedade policial (e não autonomia, frise-se) aparece aqui como característica chave no poder de polícia, que vai conferir a ela, através do direito, uma estrutura permissiva para agir de um ou outro modo. Assim, a lei não molda a prática policial, mas, ao contrário, é a prática policial que se amolda à lei em vistas à preservação e reprodução da sociabilidade burguesa:

“A polícia segue regras, mas são regras policiais, e não regras legais. Portanto, ao exercer seu julgamento, a polícia nunca a utiliza para fazer cumprir a lei, como pode nos levar a crer. Em vez disso, os oficiais decidem o que desejam fazer e, em seguida, adaptam seus poderes legais a essa decisão. Portanto, a principal ‘lei’ que os policiais pretendem aplicar é a ‘Lei dos Modos e Meios’, um conjunto de poderes imaginários que eles usam para confundir os suspeitos e a questão de saber se um policial deve deter um suspeito por razões legais é deslocado pela pergunta ‘que razão legal usarei para justificar a prisão desta pessoa’. As regras, exercidas de acordo com critérios policiais em vez de critérios legais específicos, são regras para a repressão da desordem exercidas pela polícia e permitidas por lei. (...) Portanto, o direito penal passa a ser apenas um dos muitos recursos utilizados por um policial, um meio entre muitos para se conseguir uma sociedade civil bem ordenada, o que prova que o exercício do poder do estado em uma democracia liberal é menos uma forma de estado de direito, como sustenta a mitologia liberal, e mais uma forma de governo de homens que usam a lei para legitimar o exercício do poder. O agente é um policial da ordem, e não um policial da lei” (Neocleous, 2010, p. 207).

O homicídio de um policial é visto como um atentado a uma das principais instituições estatais repressivas e também garantidoras e reprodutoras da sociabilidade burguesa. Se há uma afronta direta a essa instituição, afronta-se aquilo que ela representa e a ausência de uma “resposta” à altura poderia significar um reconhecimento indireto da perda do controle na proteção à propriedade privada e um questionamento direto de sua capacidade de controlar a dita ordem pública. Muitas das vezes, como aqui explorado, e cada vez com mais frequência, essa “resposta à altura” ao homicídio de um policial pode se resumir à prática de chacinas, fortalecendo a máxima da representação cotidiana sobre o tema: bandido bom é bandido morto. Inclusive, essa foi a conclusão de uma das manifestações de um Promotor de Justiça do Estado de São Paulo no ano de 2011, amplamente divulgado pela mídia: “bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer. Lamento, todavia, que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado (sic) para o inferno. Fica aqui o conselho para Marcos Antônio: melhore sua mira...”¹⁸.

Considerações finais

A discussão até aqui desenvolvida e apresentada se propôs a dar continuidade ao debate sobre a repressão estatal, em especial a violência e repressão letal cometida por policiais, e em específico as chacinas levadas a cabo por seus agentes, que aqui denominamos de chacinas-vingança ou chacinas-retaliação. O debate sobre a questão das chacinas no cotidiano da atividade policial não é um assunto novo entre estudiosos e pesquisadores,

¹⁸ Como dito, o facto foi amplamente divulgado pela mídia e pode ser acessado através de qualquer pesquisa simples na internet. Sugerimos o sítio eletrônico <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1709201108.htm>>. Acesso em 23/09/2023.

mas com certeza é um campo que ainda necessita de mais abordagens e problematizações. A relação chacinas e totalidade dos casos de letalidade policial chama muita atenção pela sua extensão, daqueles estados onde é possível diagnosticar tais factos, pois mais do que revelar uma exceção da repressão policial cotidiana ou uma situação localizada e atípica, demonstra que se trata de um padrão de operação que se agrava de acordo com circunstâncias imediatas específicas, mas que já possui um padrão de recorrência e normalização enquanto meio de controle das classes desprivilegiadas, concretizada em seus indivíduos (no caso tratamos do assassinato de polícias, mas há outros gatilhos para tais situações).

A conceituação aqui proposta foi uma primeira incursão na tentativa de revisar o que já foi conceituado e analisado a fim de trazer tais questões sob o foco da análise crítica e através disto, superar certos limites ou insuficiências que possuem as análises feitas até então, além de contribuir para o olhar crítico que necessita ser destinado à polícia e seu papel na sociedade brasileira de capitalismo neoliberal.

Para avançarmos ainda mais nesse debate, estudar tais chacinas do ponto de vista das comunidades, grupos ou territórios que sofreram com as ditas operações, ou então a partir de seus relatórios oficiais e/ou processos judiciais, trariam novas luzes para mais uma das modalidades de controle social e imposição e manutenção da ordem que leva a cabo a polícia. Ainda caberia analisar os discursos que se chocam ou então auxiliam a aceitação e regularização das chacinas sob os argumentos de resposta e combate ao crime, manutenção da ordem e defesa dos valores e indivíduos da polícia e grupos especializados. Neste ponto foi possível notar um acréscimo de violência letal e reação quando se trata de policiais de grupos especiais que são assassinados, como é o caso da ROTA, BOPE e tantos outros.

Menciona-se ainda que os dados trazidos e postos sob análise também rebatem em mais um aspecto o argumento corriqueiro de que as polícias e os policiais trabalham com insegurança e apenas agem na medida necessária de violência que enfrentam. Quando a polícia é a principal executora de chacinas continuamente por anos seguidos, como foi o caso do estado do Rio de Janeiro, tal falatório se desmancha frente à realidade. Outro aspecto a se mencionar a respeito das operações, é que a ação letal e as próprias operações se reforçam mutuamente e se constroem conjuntamente. Matar em operações policiais, ainda mais aquelas motivadas por vingança, é esperado e é visto como sinónimo de resultado positivo da operação, a despeito do poema do uso progressivo da força.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando (2007), "Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC", *Estudos Avançados*, vol. 21, n. 61, pp. 7-29 [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em: <<https://nev.prp.usp.br/publicacao/criminalidade-organizada-nas-prises-e-os-ataques-do-pcc/>>.

SCHIO, Murillo Amboni; GROTTI, Vycor (2024), "Chacinas Estatais: uma análise crítica sobre a vingança policial", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVIII, pp. 53 – 78
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc48a3>

- ALZUETA, Esteban Rodríguez (2014), *Temor y control: la gestión de la inseguridad como forma de gobierno*, Buenos Aires, Futuro Anterior.
- BECK, Ulrich (2011), *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*, 2ª ed, São Paulo, Editora 34.
- BORDIN, Marcelo (2009), “Polícia Comunitária: entre a retórica do estado e a prática cotidiana”, in Vigilância, segurança e controle social na América Latina, Curitiba, 2009, p. 349-368 [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em: <https://www.uece.br/cesa/wp-content/uploads/sites/32/2022/06/policia_comunitaria_entre_a_retorica_do_estado.pdf>.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BRAGA, Lisandro (2020a), “Acumulação integral e escalada repressiva nos EUA e na Europa (1980-2000)”, in Felipe Matues de Almeida (ed.), *O regime de acumulação integral*, Goiânia, Edições Redelp.
- BRAGA, Lisandro (2020b), “Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante (2015-2018)”, *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, vol. 18, n. 72, p. 22-43, [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/5539>>.
- BRAGA, Lisandro (2020c), *Repressão estatal e capital comunicacional. A criminalização do Movimento de Desempregados na Argentina (1996-2002)*, São Paulo, Paco Editorial.
- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade (2014), *Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, CNV.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Projeto de Lei n. (não consta numeração) de 2019. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.
- EL PAIS (2015), *PM reprime protestos de professores em Curitiba e mais de 200 se ferem*. «El País», Curitiba, 29/04/2015 [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html>.
- CANO, Ignácio (1997), *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ISER.
- DIAS, Camila et al. (2015), “A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso”, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 9, n. 2, pp. 160-179.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>.
- GODOI, Rafael et al. (2020), “Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de ‘resistência seguida de morte’ na cidade de São Paulo”, *Revista de Estudos Sociais*, 73, p. 58-72, [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/revestudsoc/48112#quotation>>.
- GROTTI, Vycor (2023), *Repressão estatal e discurso: a legitimação da letalidade policial em Curitiba (2017-2018)*, Curitiba, Appris.
- HAYEK, F. A (2010), *O caminho da servidão*, 6ª ed, São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- HIRATA, Daniel Veloso et al (2022). «Chacinas policiais. Relatório de Pesquisa». *Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI*, Rio de Janeiro, [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2023/05/Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_2023.pdf>.
- HIRATA, Daniel Veloso et al (2023). «Chacinas policiais no Rio de Janeiro: estatização das mortes, mega chacinas e impunidade». *Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI*, Rio de Janeiro, [Consult. a 27.05.2024]. Disponível em <<https://geni.uff.br/2023/05/05/chacinas-policiais-no-rio-de-janeiro-estatizacao-das-mortes-mega-chacinas-policiais-e-impunidade/>>.
- MÃES DE MAIO (2011), *Do luto à luta*, São Paulo, Nós por nós.
- MANSO, Bruno Paes (2020), *A república das milícias: dos esquadrões da Morte à era Bolsonaro*, São Paulo, Todavia.
- MARX, Karl (2017), *O capital*, vol. 1, 2ª ed, São Paulo, Boitempo.
- MISSE, Michel (2011), “Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)”, in *NECVU*, Rio de Janeiro, p. 01-138, [Consult. a 23.05.2024]. Disponível em <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf>.
- NEOCLEOUS, Mark (2010), *La fabricación del orden social. Una teoría crítica sobre el poder de policía*, Buenos Aires, Prometeo Libros.
- O'DONNELL, Guillermo (2021), *El Estado burocrático autoritario*, Buenos Aires, Prometeo Libros.
- OLIVEIRA, Silvio (2019), *Boa caçada*, São Paulo, Scortecci.
- ORIO, Mateus Vieira (2020), “O capitalismo no decorrer da história: A sucessão dos regimes de acumulação”, in Mateus Felipe de Almeida (ed.), *O regime de acumulação integral: retratos do capitalismo contemporâneo*, Goiânia, Edições Redelp, p. 13-30.
- SCHIO, Murillo Amboni (2022), *Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na Grande Curitiba (2017-2018)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, UFPR.
- TOURAINÉ, Alan (1971), *La sociedad post-industrial*, 2ª ed, Barcelona, Ediciones Ariel.

VERANI, Sérgio (1996), *Assassinatos em nome da lei*, Rio de Janeiro, Aldebarã.
VERDÚ, María del Carmen (2009), *Represión en democracia: de la "primavera alfonsinista" al "gobierno de los derechos humanos"*, Buenos Aires, Herramienta.
VIANA, Nildo (2009), *O capitalismo na era da acumulação integral*, São Paulo, Editora Santuário.
VIANA, Nildo (2019), *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*, Curitiba, CRV.
WACQUANT, Loïc (2007), *Punir os pobres A nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*, Rio de Janeiro, Revan.
WACQUANT, Loïc (2011), *As Prisões da Miséria*, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar.
WEBER, Max (2013), *Ciência e política: duas vocações*, 20ª ed, São Paulo, Cultrix.
ZACCONE, Orlando (2015), *Indignos de vida. A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, REVAN.
ZAUERUCHA, Jorge (2005), *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*, Rio de Janeiro, Record.

Murillo Amboni Schio

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Sociologia pela UFPR. Especialista em Direito Penal e Criminologia pela PUC-RS. Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Direitos Humanos pela UEPG. Bacharel e Licenciado em História pela UFPR. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social (NECCSO/UFPR).
ORCID: 0000-0002-3156-5261.
E-mail: murilloaschio@gmail.com

Vyctor Grotti (autor para correspondência)

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Sociologia pela UFPR. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social (NECCSO/UFPR). Delegado de Polícia. Professor da Escola Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná. ORCID: 0000-0001-7555-8437
E-mail: vgrotti@hotmail.com

Artigo recebido a 11/01/2024 e aceite para publicação a 27/05/2024.

Português

As marcas da escravidão na sociabilidade republicana na perspectiva de Manoel Bomfim e Lima Barreto (1905-1920)

Patrick Silva dos Santos

Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Alessandro André Leme

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Neste artigo buscamos comparar às narrativas-textuais do médico Manoel Bomfim (1868-1932) e do literato Lima Barreto (1881-1922), produzidas entre os anos de 1905 até 1920, assumindo como questão central para o estudo os sentidos e efeitos que a escravidão e a abolição geraram na sociabilidade da Primeira República Brasileira (1889-1930) segundo as perspectivas destes intelectuais. Neste sentido, foi a percepção dos autores em relação ao prolongamento destes aspectos formados em meio às relações sociais, estabelecidas no Brasil escravista, que foram usadas aqui como elementos de comparabilidade entre ambos os autores.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Lima Barreto; Sociabilidade republicana.

English

The marks of slavery in republican sociability from the perspective of Manoel Bomfim and Lima Barreto (1905-1920)

Abstract

In this article we seek to compare the textual narratives of the physician Manoel Bomfim (1868-1932) and the writer Lima Barreto (1881-1922), produced between the years 1905 to 1920, assuming as a central question for the study the meanings and effects that slavery and abolition generated in the sociability of the First Brazilian Republic (1889-1930) according to the perspectives of these intellectuals. In this sense, it was the authors'

perception in relation to the extension of these aspects formed in the midst of social relations, established in slave-owning Brazil, which were used here as elements of comparability between both authors.

Keywords: Manoel Bomfim; Lima Barreto; Republican sociability.

Français

En tant que marques de l'écriture de la sociabilité républicaine dans la perspective de Manoel Bomfim et Lima Barreto (1905-1920)

Résumé

Dans cet article, nous cherchons à comparer les récits textuels du médecin Manoel Bomfim (1868-1932) et de l'écrivain Lima Barreto (1881-1922), produits entre les années 1905 et 1920, en posant comme question centrale pour l'étude les significations et les effets que l'esclavage et l'abolition ont générés dans la sociabilité de la Première République brésilienne (1889-1930) selon les perspectives de ces intellectuels. En ce sens, ce sont les perceptions des auteurs par rapport à l'extension de ces aspects formés au sein des relations sociales, établies dans le Brésil esclavagiste, qui ont été utilisées ici comme éléments de comparabilité entre les deux auteurs.

Mots-clés: Manoel Bomfim; Lima Barreto; Sociabilité républicaine.

Español

Las huellas de la esclavitud en la sociabilidad republicana desde la perspectiva de Manoel Bomfim y Lima Barreto (1905-1920)

Resumen

En este artículo buscamos comparar las narrativas textuales del médico Manoel Bomfim (1868-1932) y del escritor Lima Barreto (1881-1922), producidas entre los años 1905 a 1920, asumiendo como cuestión central para el estudio los significados y efectos que la esclavitud y la abolición generaron en la sociabilidad de la Primera República Brasileña (1889-1930) según las perspectivas de estos intelectuales. En este sentido, fue la

percepción de los autores en relación a la extensión de estos aspectos formados en medio de las relaciones sociales, establecidas en el Brasil esclavista, que se utilizaron aquí como elementos de comparabilidad entre ambos autores.

Palabras clave: Manoel Bomfim; Lima Barreto; Sociabilidade republicana.

Introdução

Quando mobilizamos autores cujas produções se localizam em debate direto com um conjunto de textos marcados pela incorporação da *noção de raça* como componente central nas interpretações intelectuais em relação ao Brasil da segunda metade do século XIX e início do século XX, como é o caso de Manoel Bomfim e Lima Barreto, acaba tornando a ideia de interpretar o Brasil pelo prisma desses intelectuais um passo investigativo que compreende dois processos simultâneos: pois, se por um lado, ao interpretar os autores com os seus respectivos contextos nos propicia entender como os mesmos produziram sentidos sobre os seus tempos históricos; já por outro lado, nos dão condições para indagarmos sobre as questões e temas, que ainda podem ser mobilizados como fatores de entendimento e interpretação em relação ao Brasil.

Manoel José do Bomfim nasceu no ano de 1868, na cidade de Aracaju, na província de Sergipe. Filho de Maria Joaquina do Bomfim e de Paulino José do Bomfim, um respeitado comerciante e dono de engenho em Aracaju, Manoel Bomfim foi um importante intelectual em sua época, médico de formação, que pouco exerceu a profissão por conta de um desapontamento pessoal, ligado ao falecimento de sua filha. Fez seus estudos em Medicina, em duas importantes instituições de ensino brasileiras: em 1886 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e dois anos depois, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou no ano de 1890. No ano de 1902, quando foi montada uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura, Manoel Bomfim foi para Paris, onde se doutorou em Psicologia na Sorbonne sob a orientação de Alfred Binet.

Afonso Henriques de Lima Barreto, treze anos mais jovem do que Manoel Bomfim, nasceu no dia 13 de maio de 1881, no bairro de Laranjeiras (zona sul, da cidade do Rio de Janeiro), em exatos sete anos antes da abolição da escravidão no Brasil. Seus pais eram negros pobres que possuíam um nível educacional formal invejável para a época. Amália Augusta, sua mãe, foi professora e proprietária de uma escola para moças; enquanto o seu pai, João Henriques de Lima Barreto foi tipógrafo da Imprensa Nacional. Da mesma forma que seus pais, Lima Barreto teve uma ótima educação formal, tendo, inclusive, ingressado na Escola Politécnica, tradicional instituição de ensino superior brasileira para cursar Engenharia Civil, embora não tenha concluído o curso, devido às sucessivas reprovações, somado ao adoecimento de seu pai. Neste cenário, Lima Barreto se viu forçado a

ingressar no serviço público, tendo se tornado amanuense da Secretaria de Guerra e o mantenedor de sua família.

Todavia, se a engenharia acabou tornando-se algo distante devido às peripécias da vida, por outro lado, a literatura seria a sua “redenção” e o que passaria a dar sentido à sua vida. Ao longo de sua trajetória, Afonso Henriques de Lima Barreto produziu centenas de textos, enquadrados em variados gêneros literários. Ainda que Lima Barreto fosse treze anos mais jovem em relação a Manoel Bomfim, ele veio a falecer dez anos antes de Bomfim, em sua casa no bairro de Todos os Santos, no Rio de Janeiro, no dia 01 de novembro de 1922, enquanto lia um exemplar da *Revue des Deux Mondes*. Quase uma década após o falecimento de Lima Barreto, veio a falecer no dia 19 de abril de 1932, no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, o médico e professor Manoel José do Bomfim.

Como um dos intelectuais abordados neste estudo produziu textos ficcionais, tornou-se indispensável a utilização da *Crítica Integradora* como passo metodológico importante, pois, permite-nos compreender como o texto literário recria e mostra a realidade social na ficção de forma transformada e reduzida no texto. Isto é, em outras palavras, a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas, uma vez que só podemos compreendê-la fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente integrada, onde: o *externo* (no caso, o social) importa não como causa, tampouco como significado, mas sim como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se *interno*. Dito isto, trata-se então de entender como o *externo* e o *interno*, o *geral* e o *particular* se articulam, se entrelaçam e ganham narrativas nos textos analisados (Candido, 2010).

Assumimos que tanto Manoel Bomfim, quanto Lima Barreto avaliaram a persistência de aspectos dos tempos da escravidão no Brasil na sociabilidade republicana, privilegiando diferentes aspectos. Mesmo assim, tal comparabilidade se justifica quando privilegiamos como ponto de análise a forma pela qual a noção de raça influenciou os caminhos escolhidos por ambos os intelectuais. Neste sentido, ainda que previamente reconheçamos que estamos operando uma comparação de distintos elementos, aqui, tomamos o componente racial como o elemento que produz sentido à comparação proposta. Embora metodologicamente a comparação possibilite reconhecer as diferenças e semelhanças, as aproximações e os distanciamentos dos postulados comparados, tal raciocínio comparativo permite também a descoberta de regularidades, deslocamentos e transformações, na mesma medida que auxilia na construção de modelos e tipologias, na identificação de continuidades e discontinuidades, permitindo, por assim dizer, explicitar as determinações mais gerais que regem determinados fenômenos sociais (Weber, 1999; 2016).

Uma investigação pautada pelo método comparado, requer o cuidado de assumir conscientemente algumas etapas cruciais, como por exemplo:

estabelecer os elementos corretos no enquadramento destas etapas, sendo a primeira etapa correspondente à *seleção dos fenômenos comparáveis* – previamente estabelecendo os recortes delineados no tempo e no espaço, vem deste movimento a nossa escolha em abordar aqui apenas os ensaios de Manoel Bomfim e os romances de Lima Barreto produzidos entre os anos de 1905 até 1920. Tal passo é fundamental para a construção de instâncias empíricas capazes de reproduzir os aspectos essenciais dos factos ou fenômenos investigados, selecionados e coligidos em totalidades coerentes. Já a segunda etapa, correspondente à *definição dos elementos a serem comparados* – diz respeito a tentativa prévia de identificar qual a capacidade explicativa dos elementos a serem comparados nos limites de uma dada realidade, permitindo-nos fazer uma escolha consciente dos caminhos a serem seguidos, portanto, uma vez que Lima Barreto e Manoel Bomfim, ainda que tenham convivido em uma mesma cidade, em um mesmo contexto político e social, foram atores sociais que usufruíram da realidade republicana de forma diferente, um mais estabelecido (Manoel Bomfim), o outro (Lima Barreto) nem tanto, uma vez que pesava sobre ele o estigma ideologicamente construído em relação à população negra no pós-abolição. Então, o peso que a componente racial teve sob a sociabilidade da Primeira República brasileira assumiu nesse cenário sentidos diversos para cada um dos intelectuais.

E, por fim, a terceira etapa condizente ao estabelecimento da *generalização* – cumprindo, assim, o papel de uma espécie de “bússola”, que auxiliaria tanto na compreensão dos inúmeros fatores que incidem sobre um determinado fenômeno, quanto no reconhecimento dos elementos comuns aos diferentes casos, típicas para as diferentes classes de casos ou singulares. Tal componente é fundamental, sobretudo, por nos possibilitar estabelecer comparabilidade, mesmo que os autores tenham observado aspectos sociais distintos em seus textos, pois o que nos interessa é destacar quais foram os sentidos privilegiados por ambos intelectuais, no que concerne à persistência da ordem escravagista do período imperial na sociabilidade republicana.

Ademais, isso não configura, em si mesmo, um entrave, uma vez que os estudos comparados devem ser tratados como instrumentos analíticos que permitem analogicamente o reconhecimento do outro e, ao mesmo tempo, de si pelo outro. Portanto, a comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo reconhecimento. O médico Manoel Bomfim e o escritor Lima Barreto foram dois intelectuais, cada um à sua maneira, que se apropriaram do debate “biológico-social” e construíram suas respostas para múltiplos problemas em um mesmo contexto. Em outras palavras, cada um dos autores à sua maneira, mobilizou narrativas que os permitiram dar certa tangibilidade à sociabilidade republicana que se produziu e reproduziu de forma integrada aos elementos escravagistas marcantes da história colonial e, posteriormente, imperial brasileira.

Contudo, é importante salientar a existência de uma produção relevante quando se trata de Manoel Bomfim e Lima Barreto, produzidas a partir de diversas perspectivas e, também, focada nos mais variados problemas. Não é um exagero dizer que há uma extensa produção sobre Manoel Bomfim que vai desde o final do decênio de 1930, com Nelson Werneck Sodré¹ que à época afirmava ter sido Bomfim o responsável por introduzir novos métodos de análise da realidade social para se pensar a formação da nacionalidade brasileira; perpassando por outras produções presentes em todas as décadas do século XX e XXI, com destaque para: Chacon (1965), Leite (1976), Skidmore (1976), Martins (1978), Alves Filho (1979), Sussekind & Ventura (1984), Ribeiro (1993), Kropf (1996), Aguiar (2000), Botelho (2002), Ianni (2004), Bechelli (2009), Cruz & Bittencourt Junior (2010), Gontijo (2010), Oliveira (2015), Gil (2016) e Santos (2023).

Já em relação a Lima Barreto, o primeiro grande trabalho foi a biografia do autor, feita por Francisco de Assis Barbosa e publicada em 1952. Mais de meio século depois Lilia Schwarcz, publicaria em 2017 uma nova biografia sobre o escritor fluminense, bem mais completa e atualizada, abordando múltiplas dimensões de Lima Barreto, a saber, biografia, obra e o contexto social do escritor. Assim como no caso de Manoel Bomfim, há uma extensa produção em relação a Lima Barreto, com destaque para: Maul (1967), Beiguelman (1981), Silva (1981), Morais (1983), Aiex (1990), Figueiredo (1995a), Figueiredo (1995b), Fantinati (1995), Germano (2000), Machado (2002), Engel (2003), Oakley (2011), Dias (2012), Prado (2012), Dias (2013), Barbosa (2012), Carvalho (2017), Schwarcz (2017) e Souza (2021). No entanto, advertimos que os/as comentadores/as mencionados/as não correspondem a totalidade dos trabalhos em relação tanto a Manoel Bomfim, quanto a Lima Barreto.

Acreditamos que a nossa pesquisa vem para contribuir com o alargamento do campo de estudos em relação aos dois autores analisados, sobretudo, por dois aspectos centrais. O primeiro pela própria proposta da comparação, pois dentre os trabalhos destacados há comparações, mas sendo elas: Manoel Bomfim e Euclides da Cunha; Bomfim e Manuel de Oliveira Lima – ou Lima Barreto e Dostoiévski. Ou seja, até a realização de nosso trabalho não havia trabalhos que tenham proposto uma comparação entre Manoel Bomfim e Lima Barreto. Em segundo lugar, exploramos no artigo um elemento caro aos autores, todavia incluindo o texto *A Obra do Germanismo* (1915), à primeira vista, controverso, de autoria de Manoel Bomfim, até hoje (passados mais de um século de sua publicação) pouco abordado. Após todo o exposto, reforçamos que buscaremos ao longo deste artigo produzir uma comparação entre os postulados de ambos os autores, perseguindo em ambas as narrativas-textuais, como a noção de raça explícita ou implicitamente influenciou ou não o entendimento dos autores em relação ao prolongamento de elementos da sociabilidade escravocrata e os efeitos

¹ *História da Literatura Brasileira* (1938) e *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1940). Ambos de Nelson Werneck Sodré (edições consultadas, respectivamente, 1964 e 1967).

pregressos da abolição conservadora na sociabilidade experimentada no início do período republicano no Brasil.

1. Escravidão e abolição conservadora: construindo sentidos na experiência republicana

Em grande parte da história brasileira, a sua marca comum em relação ao restante do “novo mundo” foi a sociabilidade desenvolvida em meio à instituição escravocrata, sua instauração aqui se deu ainda no início do século XVI e o seu término formal ocorreu apenas no fim do século XIX, tal processo foi à forma diletta de relação de produção nos territórios americanos dominados pelas metrópoles europeias. No Brasil, conviveram no centro da instituição escravagista tanto os nativos da terra, quanto as populações negras trazidas à força do continente africano. Contudo, ao longo do século XVIII, os nativos da terra foram perdendo a posição de agentes escravizáveis, ainda que não em todo o país (Ramos, 2004), tendo restado à instituição da escravidão em grande parte do Brasil apenas o negro para ser explorado legalmente.

Alfredo Bosi (1992), ao tratar da integrada e complexa relação entre colônia, culto e cultura, nos explicava que os componentes centrais para a compreensão da vida e do desenvolvimento colonial brasileiro passava pelos valores e significados tecidos entre a complexa aliança entre: (I) um sistema agromercantil; (II) voltado para economia metropolitana e (III) com uma condição doméstica tradicional. Por isso, sustentou o autor, na

“(...) formação do sistema exigiram-se reciprocamente tráfico e senzala, monopólio e monocultura. No plano internacional determinou-se o ciclo de fluxo e refluxo da mercancia colonizada na linha das flutuações do mercado e sob o império da concorrência entre os Estados metropolitanos. Em suma, a reprodução do sistema no Brasil e o seu nexos com as economias centrais cunharam a frente e o verso da mesma moeda.” (Bosi, 1992: 26)

Deste modo, o escravismo moderno (forma histórica assumida pelo escravismo na colonização americana e brasileira, em particular) surge em meio às demandas das colônias ultramarinas, tratadas como uma espécie de imensa unidade produtora voltada para o mercado metropolitano, tendo na monocultura aqui privilegiada pelas metrópoles europeias, onde se exigia à época grande contingente de mão-de-obra compulsória, alienada em diversos âmbitos, isto é: de sua origem, liberdade e produção (Schwarcz & Starling, 2015). Todavia, tais processos geraram em longo prazo variados efeitos sociais e de sociabilidade que se converteram em *mind set* compartilhados que permearam as relações sociais brasileiras, uma vez que “não é apenas no nível das relações pessoais que devemos analisar a escravidão [pois como] todos os processos sociais duradouros, a relação acabava por institucionalizar-se” (Patterson, 2008: 34. Grifos nossos).

No último quartel do século XIX somente o Império do Brasil e Cuba ainda conservavam uma ordem baseada na organização social escravocrata (Marquese & Salles, 2016). No caso brasileiro, as leis aprovadas em relação à escravidão desde 1831 até a lei de 1885 tiveram por objetivos mitigar os efeitos da dissolução da ordem escravagista para os fazendeiros, garantir a sobrevivência da monarquia já muito questionada após a campanha no Paraguai² e, por fim, conter os setores mais radicais do movimento abolicionista. Todavia, é importante salientar que pensar no movimento abolicionista brasileiro requer o cuidado analítico em buscar os meandros pelos quais se desenvolviam as diferentes posições, pois não se tratava de um movimento homogêneo. Por exemplo, se muitos de seus membros entendiam que ser abolicionista pressupunha a filiação direta ao republicanismo como sustentava José do Patrocínio, mesmo assim, após a desintegração da monarquia, o abolicionista André Rebouças foi viver exilado e assim permaneceu até sua morte, sem ter abandonado o monarquismo (Needell, 1993; Alonso, 2015).

Com a derrubada do regime monárquico, o governo provisório ficou sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), sendo o primeiro presidente do Brasil, cujo mandato foi até 1891. Dentre os mais variados pontos de tensões entre as elites oligárquicas e os militares, o mais significativo foi o modelo de organização do Estado brasileiro. Os militares defendiam um modelo republicano centralizado, onde o poder executivo tivesse um elevado poder para, se preciso fosse, ter meios para subjugar o poder legislativo e judiciário. Neste sentido, na visão dos golpistas de 15 de novembro de 1889³, o executivo deveria ser forte e centralizador para garantir a autonomia da união, em detrimento da autonomia dos Estados (Queiroz, 1986). Já para as elites oligárquicas, sobretudo os cafeicultores paulistas, o modelo republicano defendido era o federalista, cujo intuito era garantir a autonomia administrativa e econômica dos Estados na execução de seus interesses próprios.

A existência do escravismo em solo brasileiro por mais de três séculos deixou grandes marcas nas instituições nacionais e na sociabilidade experimentada no cotidiano pelos contingentes populacionais negros. A abolição conservadora eximiu o Estado brasileiro de quaisquer obrigações com as populações egressas do regime de exploração compulsória. Na prática isso representou a exclusão sistemática das populações negras ao acesso à cidadania formal celebrada pela Constituição do período e também, dada a aceitação e a adaptação local dos postulados deterministas raciais⁴, negros e negras foram duplamente lançados às margens da

² A Guerra do Paraguai foi um dos maiores confrontos já ocorridos ao longo da história do continente sul-americano. Esta guerra foi travada entre o bloco brasileiro, argentino e uruaio contra o Paraguai, do final de 1864 a 1870. O Paraguai na época foi comandado pelo Chefe de Estado Francisco Solano López (1827-1870). Ver: Francisco Doratioto (2002).

³ Proclamação da República do Brasil.

⁴ Lilia Schwarcz (1993) afirma que muitos dos intelectuais que atuaram nas faculdades brasileiras no século XIX e início do século XX tiveram em seu trabalho científico uma espécie de espelho das

sociedade e virtualmente enquadrados numa *sub-cidadania* ou *cidadania de segunda classe* com o advento da república. A nosso ver, tais processos se configuram como efeitos observáveis do prolongamento de um tipo de sociabilidade do passado escravagista e também de uma abolição conservadora feita *pelos* brancos e *para* os brancos, como alertou o sociólogo Florestan Fernandes (2007).

Portanto, a forma pela qual a ideia de raça foi mobilizada ao longo da história colonial gerou sérias implicações para as populações não-europeias presentes nessas sociedades periféricas, estendidas, mais à frente, para todos os indivíduos que não fossem caucasianos, gerando assim, a usurpação das identidades históricas dos povos de fora da Europa, sendo este um dos efeitos diretos deste processo. Neste sentido, rejeitou-se a singularidade que cada uma dessas identidades possuía, unificando-as por meio do enquadramento simplório em identidades raciais referenciadas negativamente de maneira uniforme pelo seu espaço nas relações coloniais. Portanto, após esse movimento operou-se a exclusão de toda a produção cultural dessas populações e as unificaram como raças inferiores e incapazes de produzirem expressões culturais elevadas, singulares, cabendo-as produzir culturas inferiores (Quijano, 2005).

Ademais, mesmo nas primeiras décadas do século XX, no caso brasileiro, ainda estavam em vigor os modelos de análise social fortemente informados por modelos deterministas e a noção de raça continuava sendo concebida como fenômenos ontológicos e finais. Assim, no Brasil, como em outras partes do mundo, a *antropologia física* ou “*antropologia biológica*”⁵ foi privilegiada por bacharéis em direito, engenheiros que a difundiam, além de sua aplicação operada por médicos, que possuíam um suposto conhecimento técnico elevado em relação a frenologia e a craniometria, sendo amplamente divulgado entre nós os modelos extraídos da *medicina legal* do médico italiano Césare Lombroso, bem como das perspectivas antropológicas francesas de Quatrefages, Topinard, Broca e Bertillon (Schwarcz, 2011).

Foi neste cenário anteriormente apresentado que o médico Manoel José do Bomfim e o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto produziram suas

teorias racialistas europeias, reproduzindo assim em seus estudos sobre a gênese do povo brasileiro os estigmas e preconceitos em relação à miscigenação desta população. Muitos “homens de ciência” brasileiros, no final do século XIX e início do século XX, atuaram como publicitários das teorias deterministas europeias que justificavam as ações perpetradas pelos imperialismos europeu e norte-americano, além de ajudarem, em última análise, a difundir uma concepção pessimista do presente e do futuro do Brasil e de outros países sul-americanos.

⁵ Segundo Giralda Seyferth (1995), a Antropologia do século XIX foi definida como uma área da História Natural, cujo objeto era o Homem e as raças humanas, com o objetivo central de descobrir características permanentes que permitissem distinguir os Homens como tipos biológicos. Devido a este interesse pela disciplina, este ramo passou posteriormente a ser denominado Antropologia Física, tendo preocupações nesta área: o estudo do Homem como grupo zoológico e das raças humanas como subdivisões deste grande grupo zoológico; as técnicas de mensuração do corpo humano e as características fenotípicas entendidas como fundamentais para as classificações raciais. O interesse pelas tipologias raciais explicadas por esta abordagem antropológica só diminuiu na década de 1930.

reflexões, de modo a tentar entender, e ao mesmo tempo, influir nos rumos da sociedade brasileira. Como assinala Bernardo Ricupero (2011), os intérpretes do Brasil são formados por um conjunto de intelectuais que buscaram influenciar a cultura política e ao mesmo tempo compreender as articulações de forças sociais que operavam na sociedade, movendo a mesma em certas direções. Tais agentes, neste caso mais específico os intelectuais, tentaram por diferentes meios dar vida a projetos societários, condutas e práticas sociais, assumidos por determinados segmentos no conjunto da sociedade e, em alguns casos, influenciando sob as dinâmicas das instituições estatais. Não temos dúvidas que tanto Manoel Bomfim, quanto Lima Barreto compuseram este segmento de intelectuais que não apenas pensaram o Brasil, mas que também teve um projeto voltado para o desenvolvimento desta jovem república. Observemos agora como tais aspectos, em termos de persistências⁶, foram percebidas em algumas das formulações dos autores.

2. O entrelaçamento entre escravidão, abolição conservadora e república na perspectiva de Manoel Bomfim

Manoel Bomfim foi um intelectual adepto da organização política republicana (pelo menos de modo pragmático), no entanto, isso não significou que a maneira como a república se desenvolveu no Brasil esteve isenta de questionamentos. Bomfim sinalizou, em seu ensaio inaugural, que os esforços dos “homens de política” em seguir os pressupostos da opinião pública europeia para civilizar as nações do continente sul americano, no intuito de inserirem-se na galeria das nações modernas e civilizadas, de facto acabou por piorar as condições econômicas e políticas destas nações, haja vista que os problemas correntes eram de outra ordem (Bomfim, 1905).

Para Mónica Albizúres Gil (2016), ainda que Manoel Bomfim tenha privilegiado as categorias biológicas na construção de sua teoria do parasitismo social, ele conseguiu produzir uma explicação consistente em torno das relações de dominação em que os sujeitos se encontravam englobados, relações denominadas por Bomfim como parasitárias; estariam imunes a essas relações parasitárias apenas uma elite branca que compartilhava a condição de inação e estagnação típica da infecção causada por um parasita. Ademais, com a imposição contínua de fronteiras imaginárias ao corpo social, como a normalidade e a anormalidade; o saudável e o doente; o civilizado e o bárbaro, tendo como referência um

⁶ Escrevemos persistência como indicação de uma complexidade de fatores presentes na transição do império para a república, indicando que a chave racial via a escravidão foi central para perceber as múltiplas relações sociais, sociabilidades, formas de dominação, maneiras de integrar, excluir, segregar, maneiras de classificar e ao mesmo tempo, compreender práticas individuais e coletivas por meio das instituições da Primeira República Brasileira.

quadro hierárquico, subsidiou o fortalecimento na teorização de Manoel Bomfim desde os fins do século XIX.

Pois, essas fronteiras sociais dissolveram-se na imagem construída pelo médico Manoel Bomfim em relação ao parasita: múltiplas interações relacionadas à intimidade desse corpo e, a partir destas múltiplas interações, foi possível descrever e, ao mesmo tempo, compreender a complexidade das estruturas coloniais e nacionais, tanto no cenário brasileiro, quanto no contexto sociopolítico mais geral da América Latina, bem como a sua durabilidade. Essa intimidade se aprofunda e rebaixa, para o caso brasileiro, e comparável em dimensão latino-americana, nas relações sexuais inter-raciais no microcosmo das finanças regidas pelo poder branco patriarcal (Gil, 2016). Podemos observar tais assertivas no argumento de Manoel Bomfim, inclusive, na reflexão do médico em relação a abolição conservadora da escravidão no Brasil:

“Decretou-se a libertação, e foram-se todos, considerando a reforma como acabada; e si alguém ainda se ocupou do caso – foi para pedir ou propor que se importassem braços baratos, que pudessem substituir os antigos escravos, nada se alterando nos costumes e nos processos: chineses ou italianos, que viessem ocupar as antigas senzalas – um salário baixo, equivalente à alimentação e ao juro do preço do negro... tudo mais como antes. Quanto a essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletários – quanto a estes: que sejam obrigados por lei a trabalhar; pedem-se leis sobre a vagabundagem, lei de locação de serviços, na convicção de que, no momento em que alguns decretos, substanciosos de artigos e parágrafos, vierem publicados, todos esses homens se tornarão logo ativos, adorando o trabalho, e dispostos a dar o seu labor ao fazendeiro ocioso e bruto, por um salário miserável. O essencial, era garantir o fazendeiro tal qual ele é, criando embora dificuldades no futuro. E o fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama também quotas diretas, em espécie – auxílios à lavoura, compensação aos lucros cessantes... Ontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado.” (Bomfim, 1905: 180-181)

Mesmo com a mudança regimental no que concerne à organização política e social do Estado brasileiro, muitos elementos conseguiram sobreviver e coexistir junto à modernidade capitalista competitiva. Tais processos de tão enraizados, poderiam ser formalmente findados, mas não virtualmente. Como nos informa Reinhard Bendix (2019), as sociedades industriais retêm certos aspectos de sua estrutura social tradicional que se combinam com o desenvolvimento social e econômico moderno em diversos níveis. Tais elementos podem ser notados através de como se estratifica os grupos sociais dentro da estrutura ocupacional, como se concentram e se relacionam os agentes sociais nas áreas urbanas. Neste sentido, nas sociedades industriais institucionalmente mais jovens e em certos aspectos descritas por atrasadas, as noções de tradição e modernidade são complementares entre si, ou seja, a percepção de que ambas as dimensões

são mutuamente excludentes corresponde a uma falsa noção. Portanto as estruturas e as atitudes sociais tendem a persistir por um longo espaço de tempo, mesmo após o desaparecimento das condições sociais que as originaram. Tais amálgamas gestadas desta simbiose tradição e modernidade são reproduzidas nas diversas relações divergentes no seio da sociedade mais ampla, impondo um desenvolvimento parcial dadas as condições relacionais em curso (Bendix, 2019).

Ademais, devido a tal especificidade, Don H. Doyle e Marco A. Pamplona (2008), sustentam que as nações pertencentes ao continente americano não se enquadrariam em um paradigma tradicional, caracterizado pelo modelo europeu que supunha uma certa “pureza étnica”, uma vez que seriam caracterizadas, de facto, por uma formação multiétnica. Neste sentido, a ideia de um etnonacionalismo seria incompatível em sua essência com as nacionalidades americanas. Ainda que na América, tenha ocorrido a acomodação dos diversos grupos étnicos, tal acomodação não se deu de modo pacífico e sem tensões, muito pelo contrário, aqui se assumiu a mobilização destes elementos em seu interior, como uma forma de legitimar o domínio do branco europeu e seus descendentes, além da subjugação das populações negras e indígenas, tornando-as uma espécie de súbditos forçados no interior destas nações, sendo assim, os grupos não-brancos enquadrados enquanto etnias subjugadas.

Então, quando Manoel Bomfim dizia “essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletários”, ele estava tentando trazer à luz que as condições não tinham sido alteradas por força de lei e, por outro lado, a mesma sentença já sinalizada indicaria também uma genealogia, representando a mesma face do agente social que efetivamente trabalhava, seja no passado, seja no presente do autor. Com isso ele estava apontando para um dado caro à sociabilidade brasileira nos fins do século XIX e início do XX, o facto de a instituição da escravidão ter maculado o universo do trabalho e não seria com a assinatura de alguns decretos que de maneira satisfeita o trabalhador venderia por um salário miserável a sua força ao empregador ocioso, pelo único atrativo de um *status* de “trabalhador-livre”.

Já a noção de melhoramento dessas nacionalidades por meio da imigração europeia, para Manoel Bomfim tal premissa se ancorava num falseamento das condições existentes de produção e a não criação de condições efetivas para a reprodução do trabalho-livre em bases racionais. Bomfim reconheceu que isso se ancorava na falta de observação, pois não teria entrado no debate a alteração das bases e/ou dos modelos arcaicos em que se dava o regime de trabalho. Assim, o que se queria era substituir o liberto e seus descendentes e, em alguma medida, importar braços “brancos” para cumprir o papel análogo ao agente produtor de outrora e mudar a configuração racial da nação. Nesse sentido, a crítica de Manoel Bomfim à imigração se sustentaria num processo amplo de manutenção das condições arcaicas de produção e a tentativa de regenerar as populações locais das classes tidas

como inferiores, ideologicamente tomadas por preguiçosas e incapazes de trabalhar.

A obra *A América Latina: males de origem* (1905) foi uma espécie de resposta a esta questão, cuja finalidade de Manoel Bomfim era contrapor as concepções científicas dominantes da época, apresentando outra possibilidade de entendimento da origem dos problemas sociais e estruturais latino-americanos, pois para ele tais problemas não se concentravam nas características físicas, raciais ou hereditárias de certos grupos, mas sim nas relações e processos sociais do passado, evidenciadas pelo médico a partir dos efeitos deletérios que a colonização exerceu sobre o colonizado. Neste sentido, os males que acometiam o Brasil não decorriam das configurações endógenas, mas sim dos efeitos exógenos surgidos por meio das assimetrias entre colonizador e colonizado. O livro foi uma dupla resposta: (I) aos pressupostos e às formulações contidas nas obras de autores como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sylvio Romero, etc.; e (II), na mesma medida, *A América Latina* também responde às provocações europeias do porquê as nações latino-americanas supostamente não teriam dado certo, tomando como critérios fundamentais a constituição racial das populações locais, tese esta que Manoel Bomfim rechaçou integralmente em seu ensaio inaugural de 1905 (Oliveira, 2015).

Alguns anos mais tarde, em 1914, os ideais e as ilusões pacifistas em relação à civilização ocidental findam-se, levando consigo a *belle époque* devido ao advento da *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918). As causas do conflito são bastante complexas, pois as tensões que tiveram como último resultado o confronto entre várias nações, teve sua gênese no último quartel do século XIX. Dentre as múltiplas causas para o evento podemos destacar: a insatisfação francesa com a derrota para os prussianos na *Guerra Franco-Prussiana* (1870-1871); o crescimento de um sentimento nacionalista; o fortalecimento do *Pan-Eslavismo* e a disputa da Sérvia (apoiada pela Rússia) contra a Áustria-Hungria pelo controle da Bósnia; além das disputas *inter-imperialistas* materializadas na corrida por novas colônias no continente africano e asiático, entre outros motivos (Hobsbawm, 2014; Stevenson, 2020).

No Brasil, até por conta da forte influência francófila desde os últimos anos da monarquia até pelo menos a segunda década do século XX (Needell, 1993), o sentimento quase geral nos anos em que estava em curso a guerra foi majoritariamente de ojeriza a Alemanha e seus aliados, ainda que a intelectualidade se tenha dividido em três facções distintas: os *aliadófilos* (defensores de franceses e ingleses no conflito), que compunham, do ponto de vista quantitativo, por motivos óbvios, o maior grupo; os *neutrais*, e, por fim, os *germanófilos* – onde os dois últimos correspondiam aos grupos de menor adesão (Abranches, 1917; Bueno, 2003). Segundo Clodoaldo Bueno (2003), Lima Barreto e Manoel Bomfim seguiram posições divergentes frente aos posicionamentos em relação à filiação a um lado ou outro ou a um não

lado na guerra: enquanto Manoel Bomfim foi um *aliadófilo*, Lima Barreto esteve intelectualmente filiado aos *neutrais*⁷.

Em 1915, Manoel Bomfim teve seu artigo, que havia sido publicado um ano antes no *Jornal do Comércio*, transformado em livro. *A Obra do Germanismo* (1915) era um texto panfletário, onde ele se colocava em defesa explícita da França, Inglaterra e da Bélgica. Inclusive, a sua venda teve o valor revertido para a Cruz Vermelha belga. Contudo, o que nos chama a atenção foi que, na pressa de avaliar a postura alemã e a “inocência” dos aliados frente às crueldades impetradas pelos “bárbaros” alemães, Bomfim pareceu desconsiderar seus postulados anteriores e estabeleceu uma narrativa cheia de sofismas, que ele tanto criticou dez anos antes.

A omissão de Manoel Bomfim em sua propaganda, aferiu a Bélgica uma posição de “nação mais pacifista”, desconsiderando que foi a Bélgica, representada na figura de seu monarca, o rei Leopoldo II (1835-1909), que de 1895 até 1908 promoveu um conjunto de atrocidades caracterizadas desde a amputação de narizes, mãos, braços e pernas de crianças, idosos, homens e mulheres, até mesmo à morte de milhões de congoleses (Wesseling, 2008). À vista disso, a nomeação de “mais pacífica”, “civilizada”, “honesta” só se realizou no plano retórico e por meio da omissão da atuação colonial dos países que compuseram a *Entente* na primeira grande guerra. Não obstante, tal posicionamento o levou a aceitação quase que integral dos pressupostos antropológicos evolucionistas (Castro, 2005), que foi objeto de crítica estabelecida de forma pública uma década antes (Bomfim, 1905). Como podemos observar em suas palavras:

“Si, abominando a guerra, perdem os povos a aptidão ao imperialismo – tanto melhor: a propaganda humana, o proselitismo livre, virão incorporar na grande conciliação civilizadora os que ainda precisam de uma assistência educativa. A condição de escravo não há de ser, eternamente, um estágio indispensável na civilização. (...) Confiemos na civilização; o brutalismo não vingará, por anacrônico. Desse imperialismo voraz, irracional, a mais certa consequência é a generalizada guerra de defesa, por toda a Europa.” (Bomfim, 1915: 31-32)

Notem que a citação acima indica algumas viradas de pensamento bem contraditórias quando feita a ponte com seu trabalho de dez anos antes. Todavia, ao fazermos a mediação direta ao contexto de enunciação de suas narrativas-textuais, percebemos que a defesa da *Entente* se fragilizaria caso

⁷ Um ano após o fim da Grande Guerra, mais precisamente em 20 de setembro de 1919, a *Revista A.B.C.*, publicou a crônica de Afonso Henriques de Lima Barreto intitulada “A Minha Alemanha”. Porém, o texto, ao invés de defender a participação da Alemanha na guerra, foi uma resposta dada por Lima Barreto ao assédio que os descendentes de alemães vinham sofrendo no Brasil, como, por exemplo, estabelecimentos vandalizados, agressões, etc. Tais movimentos motivou Lima Barreto a expor neste texto os perigos do nacionalismo. Tendo se autocolocado, no final de seu texto, como avesso ao nacionalismo, tal sentença pode ser observado com o fechamento da argumentação com um: “Não sou nacionalista”.

fosse mobilizada somente a omissão de processos históricos e sociais, então Manoel Bomfim buscou suavizar as práticas imperialistas e neocoloniais dos Estados inimigos da Alemanha na *Grande Guerra*. Foi por meio deste “malabarismo semântico” que Manoel Bomfim (1915) converteu o imperialismo executado pelos aliados em “assistência educativa” para a *civilização e progresso*, da mesma forma que a noção de escravidão foi convertida em processo *educativo transitório*. Em ambos os casos, somente poderiam realizar-se caso fossem uma obra do “espírito jurídico e administrativo latino” ou da “capacidade moral” anglo-saxã, diametralmente oposta ao fim civilizatório e processual, caso fossem conduzidas pela Alemanha (Bomfim, 1915).

Neste sentido, a defesa do imperialismo se colocou como elemento indispensável para a tomada de posição favorável a algum dos lados do conflito. Ainda que essa defesa não desprezasse a violência e a dominação no processo, para fins de propaganda, Manoel Bomfim positivamente reconheceu a dominação imperial como um “doloroso processo de civilização extensiva”. Importante notar, que a referência à escravidão de forma similar ao que supostamente foi o imperialismo se constituiu enquanto uma analogia, pois, formalmente, naquele contexto não existia nenhuma nação com uma instituição escravocrata moderna em operação, isto é – todas as ordens escravocratas já haviam sido abolidas. Então, a analogia se vinculou, em alguma medida, à condição observada como análoga dos nativos das áreas de interesses neocoloniais, além do reconhecimento da premissa de superioridade dos europeus frente aos demais povos, concepção que era generalizada entre os europeus (Elias, 1997).

3. O entrelaçamento entre escravidão, abolição conservadora e república na perspectiva de Lima Barreto

Dentre os romances de Afonso Henriques de Lima Barreto, nenhum teve um impacto tão grande em sua vida quanto *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1961a), publicado no formato de livro em 1909. Esse romance foi escolhido a dedo por Lima. Ele já tinha concluído o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1961c) anos antes. Lima Barreto optou por se estreiar com as *Recordações* dado o seu potencial polemista e escandalizador, que ao seu ver eram os ingredientes necessários para impulsionar sua carreira literária (Schwarcz, 2017).

Isaiás Caminha vislumbrava a educação, materializada no doutorado como um caminho para redimir a sua vida que se desenvolvia em um espaço de certa fragilidade social. Aluno brilhante nos primeiros anos escolares na escola de sua cidade, ele via em si mesmo um jovem com capacidades intelectuais invejáveis, alçar voos maiores era o desejável e o diploma acadêmico era o meio para realizar esse voo. Todavia, em muitos casos, a cor da pele e o nascimento pobre diminuían as potencialidades que a formação poderia exercer socialmente.

O drama de Isaías Caminha, de forma mais geral, foi o drama do negro no pós-abolição. Psicologicamente, isso começa a fazer sentido para o rapaz nos olhares atravessados a caminho da cidade grande e na superproteção de sua mãe. O autoquestionamento sobre o semblante da sua própria mãe, no momento de sua partida para a cidade grande, era um indicativo dos percalços que Isaías encontraria, pois nem todo o brilhantismo escolar poderia o livrar dessas marcas, por isso sua mãe orientava-o: “– Vai, meu filho, disse-me ela afinal. Adeus!... E não te mostres muito, porque nós...” (Barreto, 1961a: 57). A lógica em usar o: não “te mostres muito, porque nós... negros”, no fundo a mãe de Isaías preparava o filho para uma relação social em muito ilegível em seu círculo familiar e na sua vizinhança, mas que na cidade grande seria mobilizada para demarcar os espaços dos agentes sociais, como também para distingui-los no plano cultural, psicológico e cognitivo (Elias & Scotson, 2000).

Tal construção deste cenário em seu romance, não se deu por acaso. Em seu próprio contexto social, Lima Barreto teve uma educação formal invejável para a época, se tratando de um agente social negro nascido em fins do século XIX. Barreto muito cedo tornou-se descrente em relação a um suposto aspecto transformador por parte da educação, em um cenário altamente hierarquizado racialmente como o brasileiro. Como sustenta Maria Alice Rezende de Carvalho (2017), o escritor Lima Barreto nasceu num contexto conturbado da ordem imperial brasileira, apesar de, ainda assim, no Brasil monárquico os caminhos da ascensão social de negros por meio da educação terem sido possíveis, mesmo que de maneira precária e subalternizada. Todavia, com o advento da Primeira República, Lima Barreto percebeu que sua inserção social, assim como a dos demais negros e mulatos daquela sociedade, passou a ser fortemente marcada pelo estigma racial, devido a adaptação local e difusão mais contundente dos determinismos raciais formulados na Europa nos séculos XVIII ao século XIX (Schwarcz, 1993). Tais processos acabaram refletindo-se no sentimento de inadequação racial e social de Lima Barreto, e, por conseguinte, permeou sua produção literária condenatória aos desajustes sociais do Brasil (Miceli, 2001; Carvalho, 2017; Schwarcz, 2017).

Tal distorção societária era notada desde as relações sociais mais simples entre os indivíduos, como nas relações entre agente social e instituições. Uma das passagens mais dramáticas do livro de Lima Barreto, que expõe essa relação, se deu a partir da cena em que Isaías Caminha fora acusado de roubo e o protagonista recorda essa experiência em uma delegacia de polícia. Eis a forma que o protagonista narrou o ocorrido:

“- Nada, Capitão Viveiros.

- E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal “mulatinho”?

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza

extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. (...) sentia na baixeza do tratamento, todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso.” (Barreto, 1961a: 110-111)

Neste caso, o que mais causava revolta em Isaías era o facto de tal atitude preconceituosa ter partido de um agente público. Dessa forma, a passagem suscita o debate em relação à institucionalidade da discriminação racial por parte do Estado brasileiro. Mesmo com o término formal da ordem escravagista e a conversão dos antigos cativos e seus descendentes em uma condição de cidadão, ao menos formalmente, pois de facto isso não ocorreu na prática, pelo menos, não de forma equânime. Não obstante, na república a visão negativa em relação a essas populações se agravou.

Na administração municipal do prefeito Pereira Passos (1902-1906) foi o período de maior volume das reformas urbanas no Rio de Janeiro (à época o Distrito Federal), reformas estas marcadas pelo seu caráter desigual, pois teve como mote o afastamento das populações pobres das áreas centrais da cidade. Neste contexto, nascera “a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados” (Barreto, 1961a: 203), tal medida foi refletida nas recordações de Isaías Caminha como uma dessas crises de elegância, referenciada pela inveja que as elites políticas tinham da “Argentina [que] não nos devia vencer; o Rio de Janeiro não podia continuar a ser uma estação de carvão, enquanto Buenos Aires era uma verdadeira capital europeia” (Barreto, 1961a: 204. Grifos nossos). Então:

“Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca; cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos.” (Barreto, 1961a: 205)

A referência a Buenos Aires era antes por entendê-la como um esboço do que se acreditava *ser*, do que fruto de simples rivalidade. A crença de *ser* uma cidade de perfil europeu estava claro no projeto (Gaultier, 2006), por isso Isaías Caminha os concebe por Haussmanns, referência a Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris entre 1853-1870, responsável pela Reforma Urbana terminada na década de 1870 naquela cidade. No fim, a reforma cumpriria o papel de num primeiro momento dar a cidade uma

estética europeia, para posteriormente inferir sobre “os termos” da sociabilidade que se realizaria na cidade, ao menos em suas áreas observadas (Benchimol, 1992).

No romance *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1959), Lima Barreto fez da figura de Felizardo o modelo para evidenciar o sentimento de abandono impetrado pelo Estado brasileiro. Este problema social que muito interessava ao autor na sua construção romanesca, era advindo da simbiose entre a precariedade da situação de classe ancorada a identidade racial. A precariedade da condição de classe era uma barreira difícil de ser rompida, contudo se ancorada à “cor preta” aí a coisa ficava mais dramática. Como podemos notar no diálogo de Olga, afilhada do Major Quaresma, e Felizardo, um ajudante de Policarpo no *Sítio Sorriso*:

“Olga encontrou o camarada cá em baixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou.

- Bons dias, “sá dona”.
- Então trabalha-se muito, Felizardo?
- O que se pode.
- Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?
- É doutra banda, na estrada da vila.
- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, “sá dona”.
- Você porque não planta para você?
- “Quá sá dona!” O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- “Sá dona tá” pensando uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá, sá dona”, não é assim:
- Terra não é passa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... Isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...” (Barreto, 1959: 163)

No fragmento destacado acima, Lima Barreto expõem os dois processos que se mostraram mais caros à vida pregressa da população negra no Brasil, a saber: a não integração e/ou a criação de políticas públicas que garantissem a mínima igualdade de condições para o trabalho e a imigração europeia como projeto oficial de substituição populacional do Estado Brasileiro. Ambos os processos não foram criações da administração republicana, ainda que tenha sido nela que a situação dessas populações se tenha agravado. Desde a promulgação da primeira lei que “gradualmente” ensaiava o fim formal da escravidão no Brasil, a imigração aparecia como um projeto, por vezes descrito em leis (Chalhoub, 2012; Alonso, 2015). Assim sendo, mesmo com terra “própria”, Felizardo não possuía os meios necessários para trabalhar sua terra, como era garantido aos colonos europeus.

Outrossim, uma das discussões interessantes do romance *Numa e Ninfa* (1961b) foi inserida por Lima Barreto por meio de uma das figuras icônicas da história: Lucrécio Barba-de-Bode. Sua trajetória se desenvolve de tal forma que apreende as nuances de como foi demarcada na Primeira República os espaços de interação e sociabilidade política para os agentes negros. Foi por meio da alegoria do capanga que esses agentes sociais exerceram o seu “direito constitucional” de participar da política (Brasil, 1891), e Barreto explorou estes elementos na apresentação do personagem, além de demonstrar que a noção de política como um “direito constitucional de todos” foi apenas mais um eufemismo daquele contexto social. Notem a inserção deste personagem na trama:

“(...) Lucrécio, ou melhor: Lucrécio Barba-de-Bode, por sua alcunha, que tão intempestivamente interrompia o almoço do Deputado Numa Pompílio, não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares. Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito que não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. Lucrécio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição. (...) Já o seu amigo fora manobreiro da Central, mas não quis ficar naquela “joça” e estava arranjando coisa melhor. Dinheiro não lhe faltava e mostrou-lhe vinte mil-réis: - sabes como arranjei? fez o outro. Arranjei com o Totonho do Catete, que trabalha para o Campelo. Lucrécio tomou nota da coisa e continuou a aplainar as tábuas, de mau humor. Que diabo? Para que esse esforço, para que tanto trabalho? (...) Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, auxiliar a soltura dos conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a inutilidade do bom comportamento.” (Barreto, 1961b: 58-59)

Neste romance, Lucrécio Barba-de-Bode foi uma figura central para o autor impor suas reflexões acerca do preconceito racial e das posições que cabiam às populações negras “no mundo da política”. O personagem ocupa o espaço do executor da “politicagem suja”, para o fortalecimento das bases dos que ocupavam posições de destaque no parlamento, todavia, isso não significava que fosse permitido a ele vislumbrar melhores colocações, ainda que Barba-de-Bode acreditasse que sua hora iria chegar, como ele bem evidenciava a sua esposa Ângela na cena em que buscava uma “posição” para o Doutor Bogóloff. Ângela ficou feliz com a “influência do marido”, mas lembrava-o que ele conseguia posições para os outros e para ele mesmo nada, aí Lucrécio advertiu-a “– Deixa estar, mulher, que a minha vez há de chegar... Quem não tem habilitações tem que esperar” (Barreto, 1961b: 248). Entretanto, será que o problema era mesmo de habilitações? Pois em toda a trama foi realçada a mediocridade de muitos ocupantes de postos

valorativos na estrutura política e em outras ramificações da máquina estatal brasileira.

Esse quadro se completou no recorte cronológico que aqui estabelecemos, com a publicação de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, no ano de 1919. Trazendo à luz mais arquétipos da representação da sociabilidade do negro naquela sociedade, Lima Barreto encerra no universo romanesco a sua reflexão educacional iniciada em *Recordações* somente em *Vida e Morte*. Aqui, fica claro, que apostar na educação como meio de superação dos problemas sociais e como meio de inserção social, constituiu-se enquanto um falseamento, não pela educação em si, mas pelo modo como a república se tornou uma realidade no Brasil.

Portanto, em um ambiente institucional vigorosamente dominado por elites conservadoras e preconceituosas, a educação não tinha meios de garantir possibilidades mínimas de mobilidade, como foi observado na ordem passada (Carvalho, 2017). Desta maneira, muito do que Lima Barreto levantava em seus mosaicos relacionais na ficção, o antropólogo Didier Fassin (2007; 2019) analisou por meio do conceito de *memória incorporada*, que permite entender não só as continuidades, mas como isso é encucado nos indivíduos de modo a aceitarem esses lugares depreciativos que são imputados para consigo. Em outras palavras, a memória incorporada é a lembrança que os próprios corpos trazem de toda uma carga relacional anteriormente vivida por seus antepassados, que remete à lembrança das ações experimentadas no presente.

De certo, os quadros pintados por Lima Barreto evidenciavam um cotidiano difícil para as populações negras, mestiças e pobres no pós-abolição. A recriação ficcional desses dilemas carregava muito das aspirações e em igual medida as interdições sofridas pelo escritor. Barreto ao refletir sobre sua infante recordação no dia do seu aniversário em que completou sete anos de idade, no prenunciado 13 de maio de 1888, recordava o sorriso do pai, a alegria dos cidadãos no *Paço Imperial* com a assinatura da *Lei Áurea* – um festejo a céu aberto. Anos mais tarde, Lima descreveu as mesmas lembranças com relativa tristeza, pois aquele sonho de liberdade “se concretizou” sem a conjugação da igualdade (Schwarcz, 2017). Desta forma, é inequívoco que o lugar e a posição de fala do romancista exerceram forte influência na maneira com que o tema da escravidão e seus efeitos progressos em uma ordem republicana ganhavam narrativas e corpo nos seus textos, evidenciados desde o cotidiano aos dilemas experienciados por seus personagens ficcionais, que carregavam em si muito das experiências do seu criador.

4. A comparação entre Manoel Bomfim e Lima Barreto

Segundo Oswaldo Truzzi (2005), em alguma medida, todas as ciências humanas e sociais, ainda que de maneira implícita, embutem em seus projetos investigativos uma perspectiva comparativa, uma vez que buscam

explicar um determinado fenômeno em termos de sua tipicidade, representatividade ou unicidade. Qualquer uma destas dimensões implicam algum grau de comparação. Neste sentido, trabalhando neste nível de generalização, “Durkheim, ao escrever *As Regras do Método Sociológico* (1895), já insistia que ‘a sociologia comparativa não é um ramo particular da sociologia; mas a própria sociologia, na medida em que se afasta de ser puramente descritiva e aspira a dar conta dos fatos’[sociais]” (Truzzi, 2005: 131. Grifos nossos). Dito isto, Truzzi (2005) então salienta, que partindo desta perspectiva, poderia se pressupor a inexistência de um método propriamente comparativo, uma vez que todos os desenhos e técnicas de pesquisa se encerrariam em si mesmo em algum nível de comparação.

A produção de sentidos que a linguagem escravocrata engendrou na sociabilidade republicana pode ser analisada por múltiplas esferas e relações. Tanto Manoel Bomfim, quanto Lima Barreto, cada um a seu modo, evidenciaram prolongamentos da sociabilidade escravagista em seu tempo. Todavia, os sentidos destacados por eles estiveram vinculados ao que cada um quis realçar. Assim, ligavam-se diretamente aos elementos que eram mais caros a esses autores no debate social mais amplo.

Manoel José do Bomfim mobilizou, em 1905, a escravidão para discutir a persistência da manutenção de meios arcaicos de produção e a atualização das péssimas condições de trabalho como sendo o prolongamento do regime anterior. Então, o foco de Manoel Bomfim, que naquele momento tinha uma concepção aderente aos ideais civilizatórios ocidentais, teve sua apreensão da essência escravocrata na república voltada com maior vigor para a crítica à irracionalidade em que o trabalho continuou sendo processado. Tal continuísmo com meios arcaicos de produção ou de relações com o mundo do trabalho eram reflexos de uma longa trajetória de ganhos vultosos obtidos de forma parasitária pelo fazendeiro e seus correlatos.

Para Manoel Bomfim, a escravidão praticada por mais de três séculos teria sido responsável por moldar a forma que aquela sociedade observava o trabalho por parte dos nacionais, como correlata à mácula, degradação física e moral; além de corresponder ao espaço socialmente legado ao negro em situação de cativo. Daí a resistência por parte do brasileiro em reconhecer algum valor ao trabalho manual, como bem observou Gilberto Freyre, em seu *Sobrados e Mucambos* (2013). Segundo Bomfim, o trabalho livre teve de conviver na república com a referência imediata do trabalho exercido no contexto do antigo regime.

Em relação à condição que a população liberta e seus descendentes foram inseridos às margens daquela sociedade competitiva, juntamente com os demais segmentos pauperizados, Manoel Bomfim defendia radicalmente a necessidade de um amplo projeto educacional de instrução popular para converter estes segmentos populacionais em cidadãos de facto. Em outras palavras, a correção desses desajustes sociais e a garantia de formação de

um povo, elemento fundamental em uma república, passariam por colocar em prática a instrução popular. Tal acepção em torno da educação estabelecida pelo médico sergipano se constituiu em um importante ponto de distanciamento e diferença entre ele e Lima Barreto.

Segundo Antonio Candido (1989), o papel da educação no argumento de Manoel Bomfim foi uma espécie de incoerência, devido ao suposto descompasso em relação ao seu diagnóstico original, substancial e profundo da realidade social brasileira de seu tempo, representando assim a educação como uma terapêutica supostamente reformista frente aos profundos problemas nacionais. Contudo, longe de ser uma incoerência, André Botelho (2002), afirma que Manoel Bomfim possuiu uma postura comum, ao menos neste aspecto aos intelectuais de seu tempo, referenciados pelos ideais de um reformismo ilustrado. Se tratarmos tal aspecto em termos de ambiguidade, a educação foi uma espécie de ambiguidade comum aos seus congêneres da Geração de 1870. Ademais, o que fica claro, é que o abandono da tese educacional por Manoel Bomfim, ocorreria apenas já no fim da vida deste médico, sendo superada em seu último livro da trilogia iniciada no final dos anos 1920 e concluída no início dos anos 30, quando Manoel Bomfim abandonou o projeto educacional como um método viável para a redenção do Brasil, passando a reconhecer como única estratégia viável uma revolução popular aos moldes da *Revolução Mexicana*⁸ (Candido, 1990).

Com a penetração sistêmica da *noção de raça* nas relações sociais da modernidade, acabou-se criando o que o W.E.B. Du Bois (2021) chamou de *color lines*, processo decisivo na criação e consolidação do modelo de estratificação social da sociedade norte-americana, que ele classificou como *castas americanas*. Dentro do sistema de castas americano a população de cor estaria sujeita a toda a sorte de relações assimétricas, violências e preconceitos, isto é, processos experimentados pela população negra por conta das intransponíveis diferenças raciais. Assim como W.E.B. Du Bois, Afonso Henriques de Lima Barreto, por meio de sua arte literária, denunciou como a categoria *raça* foi instrumentalizada de modo a impor diversas restrições informais à cidadania de indivíduos “de cor”. Neste cenário, em que a arbitrariedade da modernidade, mediada pela *noção de raça* penetrada nas dinâmicas sociais, a educação não poderia cumprir este papel “regenerador” equânime, portanto, seria incapaz pensar na integração da população negra por meios educacionais, nem mesmo em sua mobilidade social, pois outros critérios invariavelmente seriam operados para negar o acesso à cidadania plena para este segmento populacional.

De forma destoante ao seu argumento de 1905, Manoel Bomfim, em sua argumentação de 1915 em *A Obra do Germanismo*, atribuiu à escravidão uma conotação positiva: a de *educação civilizatória e transitória* ou uma

⁸ Veja o último livro da trilogia de maturidade de Manoel Bomfim (1931a e 1931b). *O Brasil Nação – Realidade da soberania brasileira*.

educação extensiva para a civilização. Dez anos após a publicação de *A América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim abriu mão de suas narrativas iniciais e, em nome da defesa da *Entente na Primeira Guerra Mundial*, omitiu dados históricos, suavizou relações violentas e discriminatórias de modo a convencer os *germanófilos* e os *neutrais* do país que a tomada de lado em prol da França, Inglaterra e Bélgica era o único resultado viável em direção a uma suposta defesa natural à civilização e ao progresso, ao passo que aceitar o lado germânico corresponderia adesão à barbárie e ao caos. Então, foi neste cenário globalmente conturbado, que a suavização da escravidão operada por Manoel Bomfim se configurou como uma maneira de remodelar no plano das ideias as atrocidades neocoloniais impetradas especificamente por franceses, belgas e ingleses.

Conquanto, a radicalidade do argumento de Manoel Bomfim em 1915, surge diametralmente oposta à sua inserção no debate intelectual operada anteriormente; ao invés de preliminarmente pressupor uma virada reacionária, talvez tenhamos antes que analisar tais pressupostos *vis-à-vis* ao seu contexto de enunciação. Em 1905, por mais radical se analisado em referência a outros documentos ensaísticos do período, a noção de civilização e progresso estão lá, implicitamente sendo defendidas, ainda que por meio de “outra chegada” que não a experimentada pelo autor na Primeira República. Em vista disso, este dado é importante, pois nos garante reconhecer não um abandono aos seus pressupostos iniciais, pelo menos não nesse momento, mas sim, a sua intencionalidade ao defender elementos antes reconhecidos como indefensáveis por ele mesmo.

Deste modo, a noção de escravidão como *educação civilizadora, extensiva e transitória*, ganha sentido como instrumento retórico de defesa à posição franco-britânica na Grande Guerra. Mesmo porque, em 1915, estamos falando de um contexto em que formalmente a instituição escravagista já estava abolida em todas as sociedades contemporâneas. Então, falar em escravidão em referência à educação civilizadora, no fim, apenas cumpriu o papel de defender países que foram atuantes na comercialização de agentes escravizados, na exploração do trabalho compulsório em suas possessões coloniais e até mesmo dos seus empreendimentos neocoloniais. Assim, perfeitamente, sobretudo, o papel de minimizar as violências impetradas por essas nações ao longo de sua história, consequentemente legitimando a defesa das mesmas como “guardiãs” da civilização e progresso contra a barbárie; garantindo assim, certa força discursiva e condenatória à postura alemã e de seus defensores em solo brasileiro, ao invés de corresponder a uma reformulação reacionária de suas teses anteriores.

Afonso Henriques de Lima Barreto chegou a se filiar à *Liga dos Aliados* em razão da *Primeira Guerra Mundial*, mas, em pouco tempo, voltou atrás, posicionando-se de forma neutra ao conflito. Ainda que Lima Barreto em algumas crônicas tenha se colocado como contrário à postura alemã no desenrolar deste episódio catastrófico para a humanidade, ele não desabonou os integrantes do outro lado do conflito, por isso, sua posição de

neutralidade à guerra. Mesmo sendo fortemente influenciado pela cultura francesa, como muitos dos intelectuais brasileiros de seu contexto, o escritor não cometeu equívocos indefensáveis para salvaguardar a França e seus aliados como fez Manoel Bomfim, muito pelo contrário.

No plano externo, Lima Barreto se posicionou de forma contrária às imposições abusivas dos vencedores aos derrotados alemães, sugerindo que com tais medidas seria impossível alcançar a paz duradoura; no plano interno, ele se colocou frontalmente em oposição aos sujeitos que cometiam diversos abusos contra os descendentes de alemães que viviam no Brasil e a vandalização de seus estabelecimentos comerciais. Tal posição foi evidenciada pelo escritor em sua crônica *A minha Alemanha*, publicada em 20 de setembro de 1919, na *Revista A.B.C.*, onde Lima Barreto descreveu: “gritadores por aqui levam a berrar contra os alemães de Santa Catarina. Pois olhem eles: eu sou mulato, tenho três gerações de homens nascidos no Brasil; eu amo semelhantes alemães” (Barreto, 2004: p.19). Saindo em defesa deste segmento que vinha sendo perseguido, Lima Barreto tentou lembrar aos brasileiros da inserção de estrangeiros ao tecido social brasileiro e a sua participação em diversas áreas da produção nacional, apontando: a “verdade é que a farinha de mandioca que comemos, herança ainda dos índios, é fabricada por esses alemães” (Barreto, 2004: p.19).

A postura assumida por Afonso Henriques de Lima Barreto se afasta em muito da postura belicosa de Manoel Bomfim, em relação a este tema. Curioso notar, que tanto Manoel Bomfim, quanto Lima Barreto tenham sido intelectuais simpáticos ao anarquismo, porém se tratando de um posicionamento contrário à guerra, um posicionamento solidário em relação ao indivíduo humano entre outros aspectos, claramente guiou o escritor de *Todos os Santos*, mas não o médico sergipano. A recepção desta crônica não foi positiva, pois em um contexto social fortemente marcado pelo ideal nacionalista, que não contaminava apenas o Brasil, mas também diversas outras nações pelo mundo, o escritor anarco-comunista Lima Barreto, concluiu sua crônica dizendo: que o “Brasil é de todo o mundo. O que é preciso é que nós nos entendamos, com boa vontade de homens. Alemães, negros, caboclos, italianos, portugueses, gregos e vagabundos, nós todos somos homens e nos devemos entender na vasta e ampla terra do Brasil. Não sou nacionalista” (Barreto, 2004: p.19).

Ademais, pudemos notar que Afonso Henriques de Lima Barreto em seus romances publicados de 1909 a 1919 construiu uma narrativa consistente, onde delatou os desajustes sociais que golpeava a frágil cidadania de homens e de mulheres negras no pós-abolição. Em seus romances o prolongamento da escravidão apareceu em forma de hierarquias raciais que se impunham frente aos indivíduos. A sociabilidade republicana era para Lima Barreto um emaranhado de falseamentos reproduzidos, advindos da não ruptura com determinados elementos do passado que mantinha um segmento populacional estigmatizado na república brasileira.

Como sabemos a produção ficcional do romancista fluminense estava inundada por suas experiências acumuladas de décadas de convivência em diferentes mundos. Foi nesses cenários de toda uma vida que Lima Barreto pôde construir uma visão mais completa da sua sociedade, desde as suas vogas até a multiplicidade de manifestações das desigualdades sociais no contexto da Primeira República. Talvez, aqui esteja concentrada a força de sua proposta ficcional que carrega em si muito de criador e criatura, onde às vezes o grau de cruzamento das histórias ganhava tanta densidade que inviabilizava a realização da distinção mais ou menos simples entre o real e o ficcional (Barbosa, 2012; Schwarcz, 2017).

Lima Barreto deu inteligibilidade por meio de sua obra ficcional: a mendicância de idosos – livres na república, mas que se encontravam em estado de degradação física e moral devido ao abandono social; também apareceu na concepção aceita por parte significativa da população branca de que o lugar da mulher negra era por excelência no prostíbulo, na cozinha ou na cama do marido da esposa branca, ou na percepção de que mais vale a “pele branca” do que ser um negro ou mulato estudado. Os seus personagens operaram na obra ficcional como arquétipos dessas relações que Barreto buscou realçar: desde um Lucrécio Barba-de-Bode até os Anastácio e Inácio que foram alegorias que descreveram o espaço do “não-familiar”, o negro “agregado” vivendo com a família que tinha o seu controle legal no sistema de exploração passada; desde um Felizardo até as suas personagens femininas, negras vivendo na berlinda entre a condição de prostituição ou a outra, como aquela sociedade enxergava sendo espaço natural da negra e da mulata.

No entanto, uma figura interessantíssima analisada nesta investigação foi o protagonista do seu romance de entrada: Isaías Caminha. Foi por meio da experiência de Isaías ao longo da trama que aparece uma *ideia-força* em Lima Barreto que o colocou em tensão com a tese educacional de Manoel Bomfim. Pois, a partir das sucessivas humilhações experimentadas por Isaías na cidade grande, um rapaz estudado, acima da média, numa sociedade que valorizava o diploma ao invés do conhecimento, neste cenário em que as ilusões de mobilidade social por conta de sua inteligência e seus estudos chegaram ao fim.

Com esta alegoria, Lima Barreto advertiu que por mais que valorizasse os seus estudos, tenha sido filho de uma professora, ainda assim ele demonstrava a impossibilidade de pensar na via educacional como meio garantidor de mobilidade social numa sociedade altamente hierarquizada por critérios raciais (Becker, 1977). O que acabou se revelando uma grande decepção para o autor, que observou um bloqueio quase impenetrável nesta relação. Ainda que fosse precária no Império, o antigo regime conseguiu garantir alguma mobilidade para mulatos e negros livres, por isso, tal assimetria acabou minando as expectativas de Lima Barreto (Carvalho, 2017). Ao fim e ao cabo, os quadros pintados por Lima Barreto foram muitos e do seu “quintal” – isto é, da cidade do Rio de Janeiro, ele buscou indicar o

que tanto sonhava fazer em vida por meio de sua obra literária, publicitada a nós, brasileiros muitas décadas após a sua morte por meio do seu diário: dar a devida inteligibilidade entre a relação que a “Escravidão Negra no Brasil [teve em relação à] sua influência na nossa nacionalidade” (Barreto, 1961d: 33. Grifos nossos).

Considerações finais

Tendo sido a persistência das “marcas” do escravismo brasileiro na sociabilidade republicana assumida aqui como objeto para a comparação, a partir da leitura social produzida pelo médico Manoel José do Bomfim e pelo escritor Afonso Henriques de Lima Barreto no período que vai de 1905 a 1920. Previamente, observamos diferenças fundamentais no modo de notar tal processo, pois, em 1905, Manoel Bomfim mobilizou a escravidão, por um lado, para discutir a persistência da manutenção de meios arcaicos de produção e, por outro lado, como uma espécie de justificativa para à atualização das péssimas condições de trabalho, estabelecendo assim uma importante crítica à irracionalidade em que o trabalho continuou sendo processado na ordem republicana, diretamente referenciado por um longo processo de elevados ganhos alcançados de forma parasitária pelas classes dominantes nacionais. Em outras palavras, foi na perspectiva bomfimniana, a escravidão praticada por mais de três séculos responsável por modelar a maneira que o trabalho foi visto pelos agentes sociais que dependiam do trabalho para garantir sua subsistência, isto é, visto como uma mácula, símbolo de degradação física e moral, por historicamente ter sido o espaço socialmente destinado ao negro em situação de cativeiro.

Já Lima Barreto focalizou de maneira mais sistemática nos efeitos deste passado no cotidiano, como uma espécie de etnógrafo do Rio de Janeiro, à época capital da república, ele denunciou com as noções raciais impôs múltiplas restrições informais à cidadania da população não-branca de um modo geral, no contexto da *Primeira República*. Portanto, certos pertencimentos raciais, influíram diretamente nas relações sociais entre os sujeitos, como também nas relações dos sujeitos para com as instituições. Foi por isso que Lima Barreto pôs em xeque a premissa educacional, vista como meio redentor da nação por Manoel Bomfim, isto é, fundamental para a formação de um povo. Para Lima Barreto, a educação não dispunha de meios, por si só, para cumprir este papel “regenerador” equânime, em um cenário altamente hierarquizado racialmente, porque outros critérios inevitavelmente seriam mobilizados com o intuito de negar o acesso à cidadania plena à população negra e ameríndia.

Ainda que um lado, relacionado a “fé” na civilização, já estivesse colocado no ensaio publicado por Manoel Bomfim em 1905, *A Obra do Germanismo*, publicada em 1915, para além de certas posições, à primeira vista controversas, tal produção apresenta ao público uma outra leitura em relação à escravidão, a saber, positiva do processo, por compreendê-la enquanto uma espécie de *educação civilizatória e transitória* ou uma

educação extensiva para a civilização. A nosso ver, cabe mais uma vez reforçar, que Manoel Bomfim abriu mão momentaneamente de seus postulados de 1905, em nome de um “jogo retórico” que produzisse algum grau de coerência e, por conseguinte, legitimasse a defesa da *Entente* na *Primeira Guerra Mundial*. Apenas assim torna-se possível compreender a omissão de dados históricos, suavização das relações violentas e discriminatórias. Deste modo, podemos dizer, que para Bomfim o que estava em jogo era “demonstrar” e convencer os *germanófilos* e os *neutrais* brasileiros que aliar-se à França, Inglaterra e Bélgica supostamente seria o único caminho viável de uma suposta “defesa natural” à civilização e ao progresso, e que estar ao lado da Alemanha, representaria o oposto deste processo. Noutras palavras, fica claro, que a suavização da escravidão assinalada por Manoel Bomfim, em seu texto “panfletário”, representou uma tentativa de reconfigurar no universo das ideias a atuação aliada fora da Europa em contraposição à real extensão das atrocidades neocoloniais impetradas por franceses, belgas e ingleses.

Neste sentido, a noção de escravidão enquanto uma espécie de *educação civilizadora, extensiva e transitória*, só faz algum sentido, como instrumento retórico de defesa à posição franco-britânica na *Primeira Guerra Mundial*, pois trata-se de argumento produzido e divulgado num momento que formalmente a escravidão moderna se encontrava abolida em todas as sociedades contemporâneas. Dito isto, nos parece certo afirmar que a escravidão mobilizada por Manoel Bomfim, em referência à educação civilizadora, apenas cumpriu o papel de defender países com extensa participação na consolidação de um sistema de trabalho forçado, que “moeu” a vida de milhões de africanos e seus descendentes. Diferentemente ao médico sergipano, o escritor fluminense Lima Barreto até chegou a se filiar à *Liga dos Aliados* em razão do conflito mundial, todavia pouco tempo depois, voltou atrás, assumindo uma posição de neutralidade diante a guerra. Em algumas de suas crônicas, Lima posicionou-se contrário à postura germânica, mas não economizou críticas também aos aliados. Inclusive, Lima Barreto se mostrou preocupado com às imposições abusivas impostas aos alemães ao fim do conflito, assinalando que seria impossível alcançar a paz duradoura, mediante a tais imposições (infelizmente, Lima não viveu o bastante para ver a tragédia humana e civilizatória que foi a *Segunda Guerra Mundial*).

Para concluirmos, sublinhamos a pertinência de confrontar Manoel Bomfim e Lima Barreto, dois intelectuais, fundamentais para o reconhecimento do que *fomos* e *somos*. Ambos os autores, muitas vezes, assumiram caminhos narrativo-textuais distintos e, até mesmo, divergentes. Manoel Bomfim e Lima Barreto foram personagens de um Brasil que, ao longo de sua vida institucional, penalizou e colocou-se como algoz de muitos de “seus filhos e filhas”. Embora tenham vivido em um mesmo contexto social, e ao que tudo indica, não mantiveram relações pessoais, as produções de Manoel Bomfim e Lima Barreto, em sua totalidade, podem ser tomadas como contraponto ao pensamento hegemônico, assentado naquele Brasil, das primeiras décadas

republicanas. De todo o modo, ainda que Manoel Bomfim não tenha deixado nenhum registro no qual mencione o escritor Lima Barreto, tratando-se de Lima Barreto em relação a Manoel Bomfim, temos um indicativo e uma menção. O indicativo se deu a partir da existência de um livro de Manoel Bomfim, constante na biblioteca pessoal do escritor – a *Limana*; já a menção se deu em carta redigida por Lima Barreto a seu amigo Antônio Noronha Santos, datada de 23 de junho de 1916, na qual o romancista social relatou ao amigo “leio Manoel Bomfim, Oliveira Lima, Gómez Carrillo, Alberto Tôrres – autores que pouco lemos, mas que merecem ser lidos” (Barreto, 1961e, p.105).

Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que tanto Lima Barreto, quanto Manoel Bomfim abordados de forma isolada ou comparativamente, podem e sempre vão propiciar diversos estudos pertinentes às Ciências Humanas e Sociais. Parafraseando um dos clássicos da sociologia, Max Weber em sua descrição da sociologia compreensiva, nós aqui, apresentamos uma das possibilidades de estudos, inclusive em perspectiva comparada entre Manoel Bomfim e Lima Barreto, não a única possibilidade. Partindo de posições muito diferentes e estratificadas entre si, tanto Bomfim, quanto Barreto foram vozes que se impuseram ao Brasil oligárquico e a sua forma “draconiana” de lidar com a fração marginalizada da população: indígenas, negros e negras, mestiços, brancos-pobres, etc., e infelizmente, ainda nos auxiliam, em termos de leitura do desenvolvimento genealógico de uma sociedade racialmente hierarquizada, classista, discriminatória e conservadora que persiste em reexistir desta maneira entre nós.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, D. (1917), *A Ilusão Brasileira*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- AGUIAR, R. C. (2000), *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, ANPOCS/Topbooks.
- ALEX, A. (1990), *As idéias sócio-literárias de Lima Barreto*, São Paulo, Vértice.
- ALONSO, A. (2015), *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, São Paulo, Companhia das Letras.
- ALVES FILHO, A. (1979), *Pensamento Social no Brasil – Manoel Bomfim um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamê.
- BARBOSA, F. A. (2012), *A Vida de Lima Barreto* (10. ed.), Rio de Janeiro, José Olympio.
- BARRETO, L. (1959), *O triste fim de Policarpo Quaresma* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (1961a), *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (1961b), *Numa e Ninfa* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (1961c), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (1961d), *Diário Íntimo: Memórias* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (1961e), *Correspondência ativa e passiva: 2º Tomo* (2. ed.), São Paulo, Brasiliense.
- BARRETO, L. (2004), *Toda Crônica: Lima Barreto – volume II (1919-1922)/ organização Beatriz Resende e Rachel Valença*, Rio de Janeiro, Agir.
- BECELLI, R. S. (2009), *Nacionalismos anti-racistas Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*, São Paulo, LTC.
- BECKER, H. S. (1977), “Escolas e Sistemas de “Status” Social”, In Howard Saul Becker, *Uma Teoria da Ação Coletiva*, Rio de Janeiro, Zahar, pp.37-52.
- BEIGUELMAN, P. (1981), *Por que Lima Barreto*, São Paulo, Brasiliense.

- BENCHIMOL, J. (1992), *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- BENDIX, R. (2019), *Construção Nacional e Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*, São Paulo, Usp.
- BOMFIM, M. (1905), *A América Latina: males de origem*, Paris, Garnier.
- BOMFIM, M. (1915), *A Obra do Germanismo*, Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères.
- BOMFIM, M. (1931a), *O Brasil Nação – Realidade da soberania brasileira – Tomo I*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BOMFIM, M. (1931b), *O Brasil Nação – Realidade da soberania brasileira – Tomo II*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BOSI, A. (1992), *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia da Letras.
- BOTELHO, A. (2002), *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*, Campinas-SP, Unicamp.
- BRAZIL (1891), *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil – Acompanhada das Leis Organicas publicadas desde 15 de Novembro de 1889*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- BUENO, C. (2003), *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*, São Paulo, Paz e Terra.
- CANDIDO, A. (1989), *A educação pela noite e outros ensaios* (2. ed.), São Paulo, Ática.
- CANDIDO, A. (1990), “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, São Paulo, 4(8), pp.5-18.
- CANDIDO, A. (2010), *O discurso e a cidade* (4. ed.), Rio de Janeiro, Ouro sobre azul.
- CARVALHO, M. A. R. (2017), “Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, pp.6-22.
- CASTRO, C. (2005), *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*, Rio de Janeiro, Zahar.
- CHACON, V. (1965), *História das ideias socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHALHOUB, S. (2012), *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CRUZ, J. V.; BITTENCOURT JUNIOR, A. (2010), *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o presente e o passado*, Aracaju-SE, Diário Oficial.
- DÍAS, A. (2012), *Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes*, Niterói-RJ, UFF.
- DÍAS, R. M. S. (2013), *Lima Barreto: uma máquina de guerra na cidade do Rio de Janeiro*, Curitiba, Appris.
- DORATIOTO, F. (2002), *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, São Paulo, Companhia das Letras.
- DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A. (2008), *Nacionalismos no novo mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX*, Rio de Janeiro, Record.
- DU BOIS, W. E. B. (2021), *As Almas do Povo Negro*, São Paulo, Veneta.
- ENGEL, M. G. (2003), “A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto – críticas e cumplicidades”, In Sidney Chalhoub et al., *Artes e ofício de curar o Brasil*, Campinas-SP, Unicamp, pp.57-98.
- ELIAS, N. (1997), *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. (2000), *Estabelecidos e outsiders. Introdução: ensaio teórico sobre a relação entre estabelecidos e outsiders*, Rio de Janeiro, Zahar.
- FANTINATI, C. E. (1995), “O negro na obra de Lima Barreto”, *Miscelânea*, Assis-SP, 2, pp.103-125.
- FASSIN, D. (2007), *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*, Berkeley, University of California Press.
- FASSIN, D. (2019), *A sombra do mundo: uma antropologia da condição carcerária*, São Paulo, Unifesp.
- FERNANDES, F. (2007), *O negro no mundo dos brancos* (2. ed.), São Paulo, Global.
- FREYRE, G. (2013), *Sobrados e Mucambos* (15. ed.), São Paulo, Global.
- FIGUEIREDO, C. L. N. (1995a), *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*, Rio de Janeiro, Tempo brasileiro.
- FIGUEIREDO, M. C. L. (1995b), *O romance de Lima Barreto e sua recepção*, Belo Horizonte-MG, Lê.
- GAULTIER, J. (2006), *Le Bovarysme: mémoire de la critique*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne.
- GERMANO, I. M. P. (2000), *Alegorias do Brasil: imagens de brasilidade em Triste Fim de Policarpo Quaresma e Viva o povo brasileiro*, São Paulo, Annablume.
- GIL, M. A. (2016), *Modernidades extremas: textos y prácticas literarias en América Latina – Francisco Bilbao, Manuel González Prada, Manuel Ugarte y Manoel Bomfim*, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/Vervuert.
- GONTIJO, R. (2010), *Manoel Bomfim*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana.
- HOBSBAWM, E. J. (2014), *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras.

- IANNI, O. (2004), *Pensamento Social no Brasil*, Bauru-SP, Edusc.
- KROPF, S. P. (1996), "Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes do progresso", *Revista Manguinhos*, v.III, Rio de Janeiro, pp.80-98.
- LEITE, D. M. (1976), *O caráter nacional brasileiro* (3. ed.), São Paulo, Pioneira.
- MACHADO, M. C. T. (2002), *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*, Goiânia-GO/São Paulo, UFG/Usp.
- MARQUESE, R.; SALLES, R. (2016), *Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- MARTINS, W. (1978), *História da inteligência brasileira. Vol. VI (1915-1933)*, São Paulo, Usp.
- MAUL, C. (1967), "Meu encontro com Lima Barreto", In Carlos Maul, *O Rio da Bela Época*, Rio de Janeiro, São José, pp.35-37.
- MICELI, S. (2001), *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MORAIS, R. (1983), *Lima Barreto. O elogio da subversão*, São Paulo, Brasiliense.
- NEEDELL, J. D. (1993), *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras.
- OAKLEY, R. J. (2011), *Lima Barreto e o destino da literatura*, São Paulo, Unesp.
- OLIVEIRA, L. L. (2015), "Manuel Bomfim: autor desconhecido ou fora do tempo?", *Revista Sociologia & Antropologia*, V. 05.03, Rio de Janeiro, pp.771-797.
- PATTERSON, O. (2008), *Escravidão e Morte social: um estudo comparativo*, São Paulo, Usp.
- PRADO, A. A. (2012), *Lima Barreto: uma autobiografia literária*, São Paulo, 34.
- QUEIROZ, S. R. R. (1986), *Os Radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*, São Paulo, Brasiliense.
- QUIJANO, A. (2005), "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", In Edgardo Lander, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, CLACSO, pp.117-142.
- RAMOS, A. (2004), "A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates", *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, jul., pp.241-265.
- RIBEIRO, D. (1993), "Manoel Bomfim, antropólogo", In Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem* (3. ed.), Rio de Janeiro, Topbooks.
- RICUPERO, B. (2011), *Sete lições sobre as interpretações do Brasil* (2. ed.), São Paulo, Alameda.
- SANTOS, J. G. (2023), *Manoel Bomfim e Manuel de Oliveira Lima: Bolívarismo, Monroísmo e América Latina*, Curitiba-PR, CRV.
- SCHWARCZ, L. M. (1993), *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*, São Paulo, Companhia das letras.
- SCHWARCZ, L. M. (2011), "Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco", *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp.225-242.
- SCHWARCZ, L. M. (2017), *Lima Barreto: triste visionário*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (2015), *Brasil: uma biografia*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SEYFERTH, G. (1995), "A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos", *Anuário Antropológico/93 – Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, pp.175-203.
- SILVA, P. (1981), *Lima Barreto: escritor maldito* (2. ed.), Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- SKIDMORE, T. E. (1976), *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SODRÉ, N. W. (1964), *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SODRÉ, N. W. (1967), *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (3. ed.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SOUZA, W. A. (2021), *Lima Barreto socialista*, São Paulo, Autonomia Literária.
- STEVENSON, D. (2020), *A História da Primeira Guerra Mundial: 1914-1918 – vol.1 – Deflagração*, Barueri-SP, Novo Século.
- SUSSEKIND, F.; VENTURA, R. (1984), *História e dependência – cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Moderna.
- TRUZZI, O. M. S. (2005), "Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios", In Zeila de Brito Fabri Demartini; Oswaldo Mário Serra Truzzi (Orgs.), *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*, São Carlos-SP, UFScar, pp.131-157.
- WEBER, M. (1999), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – volume 1*, Brasília, UnB.
- WEBER, M. (2016), *Metodologia das ciências sociais* (5. ed.), São Paulo/Campinas-SP, Cortez/Unicamp.
- WESSELING, H. L. (2008), *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)* (2. ed.), Rio de Janeiro, UFRJ.

Patrick Silva dos Santos (*autor para correspondência*)

Doutor em Sociologia, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Código Postal: 23.087-010. Telefone: +55 (21) 96490-6475. ORCID: 0000-0003-2729-7687

E-mail: patricksds@id.uff.br.

Alessandro André Leme

Doutor em Ciência Política, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Associado III do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Telefone: +55 (21) 99813-2601. ORCID: 0000-0001-6558-8851

E-mail: alessandro_leme@id.uff.br, lemeaa@gmail.com.

Artigo recebido a 08/09/2023 e aceite para publicação a 03/06/2024.

English

The Name is Lynd, Vesper Lynd: a mirror in Casino Royale

Lis Yana de Lima Martinez

Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande FURG

Ricardo Cortez Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS

Abstract

This paper provides a comprehensive analysis of Vesper Lynd in Fleming's *Casino Royale*, comparing her portrayal in both the novel and its film adaptation. Through an exploration of gender representations, heroism, morality, and interpersonal dynamics, the discussion delves into the complexities of Lynd as a mirror to James Bond. It examines how she challenges traditional gender norms and notions of heroism, while also prompting moral dilemmas for Bond. By analysing the differences between the media, it reveals the nuances of her characterization as a multifaceted character who transcends the archetype of the Bond girl, offering a profound reflection on human nature.

Keywords: Vesper Lynd; Gender representation; Heroism.

Português

O Nome é Lynd, Vesper Lynd: um espelho em *Casino Royale*

Resumo

Este artigo fornece uma análise abrangente da personagem Vesper Lynd em *Casino Royale*, de Ian Fleming, comparando sua representação tanto no romance original quanto em sua adaptação cinematográfica. Através da exploração das representações de gênero, do heroísmo, da moralidade e da dinâmica interpessoal, a discussão investiga as complexidades da personagem de Vesper Lynd como um espelho de James Bond. O texto examina como sua personagem desafia as normas tradicionais de gênero e as noções de heroísmo, ao mesmo tempo que suscita dilemas morais para Bond. Ao analisar as diferenças entre o livro e o filme, revela as nuances de sua caracterização como uma personagem multifacetada que transcende o arquétipo da *Bond girl*, oferecendo uma reflexão profunda sobre a natureza humana.

Palavras-chave: Vesper Lynd; Representação de gênero; Heroísmo.

MARTINEZ, Lis Yana de Lima; LOPES, Ricardo Cortez (2024),

"The Name is Lynd, Vesper Lynd: a mirror in Casino Royale",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLVIII, pp. 111 – 125

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc48a5>

Français

Le Nom est Lynd, Vesper Lynd : un miroir dans *Casino Royale*

Résumé

Cet article fournit une analyse complète du personnage de Vesper Lynd dans *Casino Royale* de Ian Fleming, en comparant son portrait à la fois dans le roman original et dans son adaptation cinématographique. À travers une exploration des représentations de genre, de l'héroïsme, de la moralité et des dynamiques interpersonnelles, la discussion plonge dans les complexités du personnage de Vesper Lynd en tant que miroir de James Bond. Le texte examine comment son personnage remet en question les normes de genre traditionnelles et les notions d'héroïsme, tout en suscitant des dilemmes moraux pour Bond. En analysant les différences entre le livre et le film, il révèle les nuances de sa caractérisation comme un personnage aux multiples facettes qui transcende l'archétype de la *Bond girl*, offrant une réflexion profonde sur la nature humaine.

Mots-clés: Vesper Lynd; Représentation des genres; Héroïsme.

Español

El Nombre es Lynd, Vesper Lynd: un espejo en *Casino Royale*

Resumen

Este artículo proporciona un análisis exhaustivo del personaje Vesper Lynd en *Casino Royale* de Ian Fleming, comparando su interpretación tanto en la novela original como en su adaptación cinematográfica. A través de una exploración de las representaciones de género, el heroísmo, la moralidad y las dinámicas interpersonales, la discusión profundiza en las complejidades del personaje de Vesper Lynd como espejo de James Bond. El texto examina cómo su personaje desafía las normas tradicionales de género y las nociones de heroísmo, al tiempo que genera dilemas morales para Bond. Al analizar las diferencias entre el libro y la película, se revelan los matices de su caracterización como un personaje multifacético que trasciende el arquetipo de la chica *Bond*, ofreciendo una profunda reflexión sobre la naturaleza humana.

Palabras-clave: Vesper Lynd; Representación de género; Heroísmo.

Introdução

The demands for creation and recreation in media, which benefited from new technologies, had direct and indirect influences on literary creation and the way literature began to be adapted. Increasingly, we are faced with the evolution of media consumption and all the elements that go into its creation processes.

The James Bond franchise is a cultural phenomenon that has undergone several transformations over time. Initially disdained by academia, the Bond franchise gradually gained recognition for its cultural and thematic importance (cf. Chapman, 2000). The evolution of media consumption and technologies has had a significant impact on the film adaptation of James Bond. Taking advantage of this, the franchise managed to adapt to cultural and social changes, attracting new generations, while maintaining its central identity. Bond's enduring success lies in his ability to resonate with a wide range of psychological dispositions and universal fantasies while offering insights into the complexities of popular culture and the appeal of the iconic British spy. The character continues to captivate audiences by demonstrating his ability to reinvent himself and remain relevant in an ever-changing world.

So, since childhood, we know about the fascinating world of James Bond and his stories through cinema (famous actors, extravagant productions, great landscapes, etc.), but we don't always know what was written by Ian Fleming. Many of its viewers do not know that the character James Bond was not born on screen.

While many know Bond primarily through the films, Fleming's original books offer a deeper, more complex look at the character and his universe. Watching the films, the viewer does not perceive the character's transformations as they do in the books. The idea that he is the best-prepared spy and that he will always do well, no matter the occasion, is a projection from the films, which are based on the latest books. Thus, the current spectator only remains in anticipation when the actor who was playing James Bond is replaced by another - which opens the door to thinking about whether James Bond is nothing more than a title to be occupied by different individuals throughout history and in the imagination. However, there is a process of evolution and transformations that can be deciphered when, already familiar with the plot and character, we read the first of the James Bond books, *Casino Royale*.

In *Casino Royale*, whose first edition was published in 1953 and had only four thousand seven hundred and fifty copies, Bond is not the man we are used to seeing in films. In fact, the text is far from being just a spy novel, as it contains the origin narrative, a foundation myth (cf. Eliade, 1972). In this foundation, creation, and origin, we have a character who needs to assert himself in a newly conquered position of 007, that is, that of an agent with permission to kill. However, his journey does not occur like that of the fantasy

hero, as the fantasy hero embarks on a journey of discovery of the unconscious, of his deep personal identity which, at times, can conflict with his social identity. Therefore, for the fantasy hero, it is a journey that is primarily internal and then establishes a new order, and every man would embark on this path from childhood to adulthood in search of acceptance and his identity, his self (cf. Campbell, 1988); Bond's journey is external to his own existence. It is triggered by the figure of his romantic interest, Vesper Lynd. Lynd resembles the agent but differs by being more mature than him, more experienced, and powerful. She represents to Bond what he wants to be, at the same time he wants to have her. It is through the reflection of himself that he projects onto her, that he fundamentally evolves into the agent he should be and transforms into the figure of a sophisticated man, skilled in combat and seductive, who travels the world on missions to fight crime and defeat dangerous villains with cunning, charm and technical skills.

In this sense, the Bond girl in *Casino Royale* does not resemble the stereotype and standard Bond girl that the viewer is used to seeing in the cinema. She doesn't qualify because of her differences, but because of her similarities to Bond. In this text, we intend to briefly discuss the first Bond girl, Vesper Lynd and how the transition occurs between Fleming's narrative and director Martin Campbell's film, with the backdrop of morality.

This study employs a qualitative research design to explore Vesper Lynd's character in *Casino Royale* through textual and film analysis. Primary sources include Ian Fleming's novel and the film adaptation (2006). Data collection involved a close reading of the novel and multiple viewings of the film, identifying key passages and scenes that highlight Lynd's characteristics, interactions with James Bond, and themes of gender, heroism, and morality. The analysis used theoretical frameworks from gender studies, narrative theory, and moral philosophy to understand how Lynd challenges traditional gender norms and her role in the narrative.

The analysis compared Vesper Lynd's portrayals in the novel and film, noting differences and similarities and their impact on character interpretation. Contextualization within the historical and cultural backgrounds of the 1950s and 2000s provided insights into how contemporary issues influenced the character's adaptation.

To ensure validity, multiple data sources and theoretical perspectives were used, and findings were reviewed by experts in literary and film studies. Continuous reflection on the researcher's biases was maintained to minimize subjective influence. While focused on one novel and its film adaptation, the study provides a detailed analysis of Lynd, contributing to the understanding of her as a mirror to James Bond and challenging traditional gender roles in espionage narratives.

1. Analysis

The analysis of gender representations in literary and cinematographic works offers valuable insights into the complex dynamics of the construction of female characters. In the context of *Casino Royale*, both the original text by Ian Fleming and its film adaptation directed by Martin Campbell present an important approach to the character of Vesper Lynd. Below, we will examine how this figure is portrayed to explore some subtle shifts and nuances in representations of heroism, autonomy, and female agency, as well as gender stereotypes that may emerge throughout the narrative. This discussion highlights not only the creative choices of authors and filmmakers, but also sheds light on the cultural and social perceptions that shape our understanding of women in espionage and adventure narratives.

1.1. The book

Here is a small summary that will serve as a reference for those who cannot immediately refer to the text. The initial loop of the plot is given by M, head of the Secret Service, who gives James Bond a particular mission: to kill Le Chiffre, the treasurer of the terrorist organization SMERSH, in a game of baccarat at the Royale-les-Eaux Casino, northern France. M raises the plot points as it titles Vesper Lynd to assist 007.

When in France, the game becomes a vigorous “Baccarat war” between Le Chiffre and Bond. Ian Fleming, momentarily, transforms the book into a compendium of technical explanations about the card game. Le Chiffre wins the first round, bankrupting Bond, however Felix Leiter, from the Central Intelligence Agency (CIA), who was also hunting the terrorist, gives the English agent an envelope, “with compliments from the USA”, containing thirty-two million francs. Thus, the “Baccarat war” continues, even though, during a break between rounds, Bond suffers an assassination attempt and falls in love with Vesper.

Ultimately, 007 emerges victorious and wins eighty million francs from Le Chiffre who, eager to recover SMERSH's money, kidnaps Vesper Lynd. Or so Fleming would have us believe, since the narrator he created privileges the thoughts of an English agent. When trying to save his beloved, Bond is subjected to atrocious torture, but is saved by a member of SMERSH who kills Le Chiffre for having lost the terrorist organization's money gambling. The lack of action scenes at this point in the story is a good example because here we say that Fleming's first book is not exactly a spy novel. The scene is only said by the narrator, who doesn't care about describing the events.

Because he did not have orders from the terrorist organization to kill James Bond, since the English agent was still little known, the SMERSH member spared his life. Thus, Bond undergoes a long period of recovery in the hospital. Vesper is dedicated to 007's recovery and, seeing his beloved's

dedication and suffering, he considers leaving the British Secret Service to establish a life with her. For a while, stabilization happens, but one day Lynd commits suicide and, from a letter, Bond discovers that Vesper Lynd was a double agent and worked for SMERSH.

By naming her Vesper, Ian Fleming gives us a good clue as to who she really is:

"He turned to his companion.

'Have you decided?'

'I would love a glass of vodka,' she said simply, and went back to her study of the menu.

'A small carafe of vodka, very cold,' ordered Bond. He said to her abruptly: 'I can't drink the health of your new frock without knowing your Christian name.'

'Vesper,' she said. 'Vesper Lynd.' Bond gave her a look of inquiry. 'It's rather a bore always having to explain, but I was born in the evening, on a very stormy evening according to my parents. Apparently they wanted to remember it.' She smiled. 'Some people like it, others don't. I'm just used to it.'

'I think it's a fine name,' said Bond." (Fleming, 2002, p. 35)

The name is doubly ambiguous and yet metaphorically has the same meaning. The first meaning of Vesper comes from the Latin, *vesper*. It is the time of the post-meridian that comes between day and night. Per Vikstrand remembers that "the name Vesper clearly associates her character with the evening. At the same time, the evening star is actually the planet Venus, that is, the planet that carries the name of the Roman goddess of love. The name Vesper thus also has an erotic dimension" (Vikstrand, 2006, p. 704). The second meaning, supported by countless fans on blogs and websites, is that "Vesper Lynd" would be a pun on West Berlin. Thus, we have a character that presents itself as a dual character, with a large amount of night and daylight, and which is divided in half, like the city of Berlin, which was divided into East Berlin and West Berlin. For Vikstrand (2006), however, the character's surname "Lynd" would not carry any meaning alone or alongside the name, being just a sound solution to the name Vesper.

Here, we will turn our attention specifically to the meaning of the word in Latin. The author made an expressive choice, opting for the masculine Latin word (*vesper*) instead of its feminine version (*vespera*), demonstrating the approach of a female character in the masculine field. When reading we realized that the character Lynd is actually much more similar to Bond than the other Bond girls. Vesper Lynd is a mirror of James Bond.

Jacques Lacan (2001) defines "identification" as the first moment in which a child contemplates his or her own reflection in the mirror. According to him, the child is transformed through this interaction and assumes an "imago", the image of himself. This awareness of the embodied self that is reflected back plays into your growing sense of subjectivity and constructs and influences

your interactions with the world. This is the same process that James Bond goes through when meeting Vesper Lynd and sees in her a reflection of himself.

Mirrors in literature mean and act beyond being surfaces that reflect light. They present symbols that dialogue with the narrative labyrinths, provoking and exposing emotions and conveying the characters' meanings and understandings. Often associated with presumption, narcissism and vanity – as in *Snow White* –, mirrors have also highlighted the fragility and transformations of characters – as in *Jane Eyre*. The authors employ mirrors as a storytelling device to investigate the consequences of being, seeing, and understanding oneself. So, mirrors have an irresistible fascination that becomes a potent force, drawing characters to their authentic and oscillating selves.

In fact, the mirror itself is a recurring element in the text, as there are sixteen appearances of the word in the narrative. The first three are the most important. The first time the element appears, Bond is contemplating the light illuminating the object; the second time, Bond contemplates his own figure in the mirror; and the third time the mirror directly precedes Lynd's first appearance:

“He verified in the mirror that there was absolutely no sign of the flat gun under his left arm, gave a final pull at his narrow tie and walked out of the door and locked it. When he turned at the foot of the short stairs towards the bar he heard the lift door open behind him and a cool voice call ' Good evening '. It was the girl. She stood and waited for him to come up to her. He had remembered her beauty exactly.” (Fleming, 2002, p. 34)

She has the characteristics of a competitive hero, with masculine aspects equal to his and others superior to those of James Bond. Even so, due to the privileged look that the narrator gives to 007, she only presents herself to the reader as a subject through the realization of traces of specificity, except when she reformulates the burden of her existence and the universe to which she belongs. On the issue of the mirror for human beings, Ogilvie (1991) remembers that the moment we see ourselves in the mirror for the first time marks the beginning of a journey of self-knowledge that, forever, will be linked to our interactions with others. This moment is not just an initial phase to be left behind, but rather a crucial moment that defines our relationship with ourselves and others. It is a fundamental stage that influences our entire personal development, always remaining an essential reference, difficult to surpass.

Body image plays a vital role in the construction of the subject. In his reading, Wallon (2007) highlights that a mirror is an object that is distinguished as meaning the exterior mirage of the body. In this way, when we observe a child observing himself in the mirror, we see the difficulties he goes through

until the stage of recognizing the image as his own and what his relationship is with it.

Therefore, Vesper is not a simple reproduction of Bond's reflection on her, but a mirror that refracts him. In *Casino Royal*, Bond's desire for Lynd reflects a narcissistic dance, where the fascination of his own and what she could become is established. The mirror encapsulates the seductive power of conceit and leads the protagonist to bad choices and terrible repercussions.

Their relationship exposes themes of self-reflection, truth, and identity, inviting readers to explore deeper layers of meaning within the text. Lynd serves as a portal into the inner workings of the protagonist's mind, reflecting not only her physical appearance, but also her inner turmoil and moral decay. In the same way, pleasure refracts torture and, consequently, Bond's look at his moments of sex with Vesper is a look of possession. This woman is so much the symbol of power that he desires in himself that he sees her as if she were his own *ego*. *However, we know nothing about* Lynd's thoughts, and we don't know her reproduction/opinion on the events.

1.2. The film

Gender representation in film and popular culture has been a rich and complex field of study explored by Sarah Gilligan, Imelda Whelehan, and Francis Smith. Gilligan (2011) argues that gender representation in films often perpetuates traditional stereotypes, reinforcing male domination and female subordination. Whelehan (2014), on the other hand, highlights how popular culture can be an arena of resistance, offering space to reconfigure notions of masculinity and femininity. Smith (Lilienfeld *et al.*, 2018) adds to this debate by examining how contemporary films are challenging and reconstructing gender representations in innovative ways, reflecting broader social changes.

Casino Royale (2006) is the twenty-first in the James Bond film franchise. Here we will briefly recap the plot of the film. The film shows us, like the book, the beginning of Bond's career as Agent 007 when he gets his license (00) to kill. After opposing a rebel attack on Miami International Airport, Bond goes to *Casino Royale* in Montenegro to thwart Le Chiffre's plans by beating him in a game of poker. There, he meets René Mathis, his ally, and Vesper Lynd. Before James Bond attempts to kill the terrorist, CIA agent Felix Leiter, who was also playing in the tournament, intervenes and offers to finance Bond in exchange for custody of Le Chiffre. 007 wins the tournament. Later, Le Chiffre kidnaps Vesper and uses her to lure Bond into a near-fatal car race that ends in his capture. Le Chiffre tortures Bond to obtain the codes for the tournament winners and says he will kill 007. At this point, Mr. White enters the room and kills the terrorist, apparently after hearing that Le Chiffre has admitted to betraying White and his organization. Bond and Vesper survive.

James wakes up in a hospital and admits that he has fallen in love with Lynd and decides to resign from the Secret Service. So he and Vesper go to Venice, where Bond discovers that his poker winnings have not been deposited into the account of the National Treasury, the government organization for which Vesper supposedly worked. Realizing that Vesper had stolen the money, he follows her to a building under construction. The chase ends with Lynd's death. M is responsible for telling James Bond the whole truth about Vesper. Bond, then, decides to go after Mr. White, for whom Lynd was a double agent. When Mr. White receives a phone call and asks the man on the other end of the line for his identification, Bond appears with a gun in one hand and a mobile phone in the other, and responds: "My name is Bond, James Bond"¹.

The film intuitively the reinvention of the Bond girl as a figure for a post-feminist world. In *Double O Agencies: Femininity, post-feminism and the Female Spy in Casino Royale*, Tincknell (2010) explains the long literary and cinematic tradition in the thriller genre of the woman as a sexually threatening and untrustworthy double agent and how these themes were used to reinvent and update Vesper Lynd for the 21st century since the film chose to take its plot in the present day. Tincknell argues that the film explores the cultural history of the female agent figure, and considers the threat this female figure poses to the security of masculinity both as a subject position and masculinity as an agent in its social senses. Lynd occupies the same place of desire, of the image of someone you want to be or have romantically.

Even with this recreation of Lynd, the character does not lose her characteristic as a mirror, as the cinematographic Bond itself presents itself as a hyperbole of what exists in the books. However, in the film, there are changes in what resembles the characters and what separates them. For them to be attracted to each other, Vesper must be fundamentally different from Bond, as the rapprochement between the masculine and feminine fields produces more than a dialogue of intolerance, more rivalry than desire (Kehl, 1996, p. 14). Thus, in the film, unlike what happens in the book, while they act similarly, they do not tolerate coexistence with each other. The rapprochement only happens when Vesper surrenders to her femininity and pretends to be more fragile than she really is. Thus, she rediscovers herself by enacting the values imposed on women. This is clearly reflected in her attire. At first, she is wearing a suit and her hair is tied up. At the end of the film, however, she wears a red dress, little makeup, and no jewellery.

¹ The catchphrase "Bond. James Bond", created by the film industry, was first said by Sean Connery in the film *Dr. No* (1962).



Vesper Lynd's transformation

Thus, the film adaptation chooses to gradually reduce Lynd's heroism to make room for Bond's. Thus, even though the film endeavoured to build a character with the characteristics of bravery and greatness, throughout the narrative, she falls back on the fact that, as Terri Frontgia (1991, p. 16) points out, heroism is implicitly denied to women. Therefore, the cinematic character falls back to the representation of a feminine that oscillates between being the guide to the sublime or the manifestation of evil and sexual desire, always due to a masculine starting point (cf. Nicholson, 2011). Vesper Lynd is inevitably reconfigured as a counterpoint to the male figure, since her sexual sign, in a patriarchal context and hostilely concerned with maintaining her social ranking position, threatens male authority (Edwards, 1984, p. 4-5).

2. Discussion

As a media product inscribed in a time and space, both the book and the film refer to social issues, including international policies, gender, race, and identity, among others, at the same time that they propose a unique way of conceiving reality from its fictional plot.

In this text, we seek to approach, through moral discussion, the passage of the character Vesper Lynd from book to film focusing on her characteristics as a mirror of James Bond. Once the film was made, the adaptation not only provided an appropriation of the existing text, but also the embodiment of the other. Thus, we can say that the figure of Vesper Lynd, as a mirror of James Bond, undergoes her transition to cinema, reverting some of her characteristics, but without losing her original matrix. However, we dare to say that the refraction process between Bond and Lynd suffers – in the book or the film, Vesper Lynd is the least Bond girl of all. Even though her heroism

suffers degradation in the film, she does not expect to be saved or protected, she acts independently of Bond's wishes.

Vesper Lynd's analysis reveals a complex web of moral, social and identity issues. In both the book and the film, she is presented as a figure who challenges and reflects the contradictions inherent in Bond's world of espionage, while also shedding light on broader issues of gender, power and morality. Lynd emerges as a multifaceted and tragic character, whose presence in literary and cinematic narratives provokes reflection on morality and ethics. In the novel, her trajectory is marked by deep moral dilemmas. She is a double agent, working secretly for the Soviet Union's Ministry of the Interior (MVD), pressured to betray Bond due to emotional blackmail and the threat to a former lover's life. Her duplicity and subsequent suicide reveal the intensity of her internal struggle and the complexity of her motivations. However, even in her betrayal, Vesper maintains an aura of degraded heroism, demonstrating an independence and resilience that sets her apart from other "Bond girls".

The film adaptation reinforces and, at times, alters the characteristics of its literary counterpart. In the film, the character is portrayed as a mirror of James Bond, reflecting and challenging his beliefs and actions. Vesper's transition to cinema reverts some of her original characteristics, but without losing the essential matrix that defines her. The figure of Vesper in the film does not wait to be saved or protected, acting independently of Bond's wishes, which underlines her autonomy and moral strength. However, the film adaptation also implies a certain degradation of her heroism, while still maintaining the integrity of her original character.

The dynamics of power and control within Lynd's narrative are intrinsically linked to the social and patriarchal structures that permeate both the book and the film. The character is confined by the same structures that will subjugate other Bond girls in future narratives, reflecting the ability to fulfil traditional gender roles. Her romantic interactions with Bond illustrate how women can be complicit in perpetuating patriarchal norms even as they navigate the constraints of their own oppression. However, Vesper challenges Bond's *status quo* as her protector, manipulating him into believing that she is a being to be protected.

Gender issues are central to the representation of Vesper Lynd. Her appearance and behaviour are marked by a duality: on the one hand, she fears not being taken seriously by her male colleagues and, therefore, adopts a slightly masculine stance; on the other, she enjoys her femininity through the use of evening dresses and makeup. This duality reflects the complexity of Vesper's identity, which navigates between gender stereotypes and her own perception of self-sufficiency and intelligence. The character is sociable and sensitive, able to create bonds easily, even after tense exchanges, but she is also averse to violence, which deeply traumatizes her after witnessing a murder in which she was involved.

The relationship between Bond and Vesper also addresses otherness and identity. The construction of otherness, as discussed by Janet Paterson (2007), involves the attribution of semantic characteristics to differences, reflecting the ideology and desire for power of a dominant group. Vesper, as a double agent and a woman, represents an otherness that challenges Bond and his convictions, forcing him to reconsider his own beliefs and morality. The process of constructing otherness is arbitrary and reflects disparities in power and control, both in the romantic and professional contexts, where Vesper works.

Vesper Lynd remains the villain of her story, in both media. She does not present most of the “essential” and “expected” characteristics of passivity and weakness to remain with Bond. Therefore, her only destiny is death.

In literature, Lynd is a fusion of complexities, just as 007's mind is. In fact, as we read the next books, we realize that James Bond will increasingly resemble her. As time passes, he stops being the foolish and romantic agent of *Casino Royale* and only his sexual drive remains. In *On Her Majesty's Secret Service*, the trauma caused by this first mission becomes clear. In the book, we learn that Bond returns once a year to visit Vesper's grave, in Royale-les-Eaux. This fact suggests that his traumatic experience with Lynd actually cast a mark on all his relationships with other women (Vikstrand, 2006, p. 703). The mark left by the double agent on his soul is so strong that Bond will never fall in love again. In this way, all the other women he gets involved with qualify precisely because they are not Lynd, they are not like her in the entire work.

Concerning morality, it can be characterized, briefly, as the sharing, by individuals, of the judgment of what is beautiful and fair (cf. Durkheim, 2007; Hitlin, 2015; Weiss, 2013). The interesting thing is that what is beautiful and fair is linked to the transcendent, which is the sacred, which the human hand (Latour, 2008) tries to get closer to.

To the extent that Vesper Lynd resembles the male hero, she questions conventional associations of gender and behaviour. This character is essential to the formation of James Bond as a 007 spy. Lynd combats the presumption that women are innately altruistic and weak, denying the link between heroism and gender. However, essentially in film media, when faced with “loving and nurturing relationship”, the heroic woman degrades. “The woman disappears as an acting character and is replaced by the symbol because she is not fully allowed her subjectivity, being positioned as the purely “phylogenetic (mature and passive flesh)” source of material that silently allows the “dazzling exploits of the ontogenic male” (Nicholson, 2011, p.190).

In the franchise, morality manifests itself in two intriguing ways. Firstly, in the selection of plot elements: the fastest cars, the most stunning women, and Bond's mastery in the art of espionage. On the other hand, there is special

attention to morality when it comes to characters like Vesper. The agent critically evaluates the choices that shape Lynd's identity, deciding whether or not they fit the profile of James Bond himself.

Bond, as a British secret service agent, often finds himself confronting complex moral questions in his work, where he must balance the ideals of justice, beauty and duty with the brutal realities of the world of espionage. Your view of what is beautiful and just may be influenced by your commitment to serving and protecting your nation, but also by your own personal convictions about what is right.

Vesper Lynd, on the other hand, is a character who challenges Bond morally. It represents the complexity of interpersonal relationships and the ethical dilemmas that arise when people's motivations are unclear. His presence in the plot raises questions about trust, loyalty and sacrifice, forcing Bond to question his own beliefs about what is right and fair.

Bond's search for truth and justice often leads him to confront what is sacred to him: his loyalty to his country, his commitment to the mission, and even his own moral integrity. In his interaction with Vesper Lynd and other characters, he is challenged to approach the transcendent, both in terms of morality and understanding the world around him. This is where the metaphors of complementarity and the mirror come in, symbolizing transformation based on the aspiration for something greater (Lopes, 2024).

Final words

In this article, we addressed the character Vesper Lynd in *Casino Royale* by analysing the representations of the character in both the book and the film. The discussion addressed issues of gender, heroism, morality and the complexity of interpersonal relationships. Throughout the text, we highlight Vesper's duality proposing Lynd as a mirror to James Bond, reflecting not only his own complexities, but also challenging his views on morality and justice. In both the book and the film, the character is presented as a multifaceted figure, who transcends the traditional expectations of a Bond girl. We chose not to make a parallel with other films and books because the character did not occur, and Bond was already developed in what living with her taught him.

The analysis of the differences between the book and the film revealed nuances in Vesper's characterization of Lynd and the dynamics of her relationship with Bond. While in the book she is portrayed as a fusion of complexities and a challenging figure for the protagonist, in the film her trajectory is reconfigured and pasteurized, but without losing her villainous essence.

In both media, Vesper Lynd remains a character who questions the conventions of gender and heroism, challenging the traditional association

between femininity and fragility. Her presence in the plot raises deep questions about trust, loyalty and sacrifice, forcing Bond to confront his own beliefs and moral convictions.

Ultimately, Vesper Lynd's story in *Casino Royale* transcends the spy genre, offering a profound reflection on human nature and the search for the transcendent. Her moral complexity and her interaction with James Bond highlights the nuances of morality and ethics in a world full of intrigue and danger. Thus, the character becomes not just a piece of the plot, but a catalyst for the protagonist's development and a representation of the complexities of the world around him.

References

- CAMPBELL, Joseph (1988), *The Power of myth*, New York, Doubleday.
- CHAPMAN, James (2000), *License I'm thrill*, New York, Columbia University Press.
- DURKHEIM, Émile (2007), *Sociologia e filosofia*, São Paulo, Ícone.
- EDWARDS, Lee, (1984), *Psyche as hero: female heroism and fictional form*, Middletown, Wesleyan University Press.
- ELIADE, Mircea, (1972), *Myth and Reality*, São Paulo, Editora Perspectiva SA.
- FLEMING, Ian, (2002), *Casino Royale*, Penguin Books USA.
- GILLIGAN, Sarah (2011), "Performing postfeminist identities: Gender, costume, and transformation in teen cinema", In Melanie Waters (ed.), *Women on Screen: Feminism and Femininity in Visual Culture*, London, Palgrave Macmillan UK, p. 167-181.
- HITLIN, Steven (2015), "The contours and surroundings of the New Sociology of Morals", *Sociologies*, v. 17, no. 39, p. 26-58.
- KEHL, MR, (1996), *The Least Difference. Masculine and Feminine in Culture*, São Paulo, Imago.
- LACAN, Jacques (2001), "The mirror stage as formative of the function of the I as revealed in psychoanalytic experience", In Jacques Lacan (ed.), *Écrits : a selection*, London, Routledge.
- LATOUR, Bruno (2008), "What is iconoclasm? Or, is there a world beyond image wars?", *Anthropological Horizons*, v. 14, no. 29.
- LILIENFELD, Scott O. et al. (2018), *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*.
- LOPES, Ricardo Cortez (2024), *Repraesentology: foundations of the science of representations*, Belo Horizonte, Parajás.
- OGILVIE, B. (1991), *Lacan: the formation of the concept of subject (1932-1949)*, Rio de Janeiro, J. Zahar
- PATERSON, Janet (2007), Pensando o conceito de alteridade hoje. Trad. Alcione da Cunha Silveira. Entrevista. *Revista Aletria*, v. 16, p.13-19, jul.
- TINCKNELL, E (2010), "Double O agencies: Femininity, post- feminism and the female spy in Casino Royale", In C. Lindner (ed.), *Revisioning 007: James Bond and Casino Royale*, Wallflower Press.
- VIKSTRAND, Per (2006), "On the use of women's names in Ian Fleming's James Bond novels", In I Nomi in time and in it space. Atti of the XXII International Congress of Scienze Onomastiche Pisa.
- WALLON, H (2007), *The evolution of the child*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEISS, Raquel Andrade (2013), "From the mundane to the sacred: the role of effervescence in Durkheimian moral theory", *Anthropological Horizons*, v. 19, no. 40, p. 395-421.
- WHELEHAN, Imelda; GWYNNE, Joel (2014), "Introduction: Popular culture's 'silver Tsunami'", In Imelda Whelehan; Joel Gwynne (eds.), *Ageing, popular culture and contemporary feminism: Harleys and hormones*. London: Palgrave Macmillan UK. p. 1-13.

Lis Yana de Lima Martinez (autor para correspondência)

Professora Adjunta. Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande FURG, Rio Grande, Brasil. Endereço de correspondência: Av. Itália, km 8, Prédio do ILA, bairro Carreiros, Rio Grande, RS, Brasil. CEP: 96203-900.
E-mail: yana.martinez@furg.br

Ricardo Cortez Lopes

Sociólogo. Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: rshicardo@hotmail.com

Artigo recebido a 18/04/2024 e aceite para publicação a 26/06/2024.

Fórum

Notas sobre a raça como etnicidade denegada

Loïc Wacquant

University of California, Berkeley

Centre Européen de Sociologie et de Science Politique

*O conceito de raça é, sem dúvida, o mais problemático e volátil das ciências sociais no início do século XXI¹. É invocado para explicar todo o tipo de fenômenos históricos e questões atuais, da escravidão à brutalidade policial, passando pela pobreza aguda, e é também utilizado como termo de denúncia cívica e condenação moral. No meu livro *Racial Domination* (Polity Press, 2024), recorro a investigação comparativa e histórica proveniente do mundo inteiro para deitar água fria analítica sobre este tema quente e infundi-lo com clareza epistemológica, precisão concetual e amplitude empírica.*

Baseio-me em Gaston Bachelard, Max Weber e Pierre Bourdieu para articular uma série de reformulações destinadas a captar a constituição da raça como uma forma de violência simbólica, começando por desalojar os Estados Unidos da sua posição arquimediana nos debates sobre a raça. Em seguida, forjo um conjunto de novos instrumentos conceituais para repensar o nexo da classificação e estratificação raciais: o continuum da etnicidade e da raça como etnicidade disfarçada, a diagonal da racialização e a pendente da dominação etnorracial, o xadrez da violência e a dialética da saliência e da consequencialidade. Isto leva-me a elaborar uma crítica meticulosa de noções tão em voga como "racismo estrutural" e "capitalismo racial", que prometem muito, mas cumprem pouco - noções que podem mesmo dificultar a luta urgente contra a desigualdade racial. Neste artigo, concentro-me numa questão epistémica fundamental, a distinção controversa entre etnia e raça, para defender a prioridade lógica e histórica da primeira e a eliminação da segunda como categoria analítica.

Racializar significa (i) *naturalizar*, transformar a história em biologia, as diferenças culturais em dissemelhanças de essência; (ii) *eternizar*, estipular que essas diferenças são duradouras, se não imutáveis, ao longo do tempo, no passado, no presente e no futuro; (iii) *hierarquizar*, estabelecendo uma ordem hierárquica dos grupos populacionais; e (iv) *homogeneizar*, perceber e imaginar todos os membros da categoria racializada como fundamentalmente iguais, como partilhando uma qualidade essencial que justifica um tratamento diferenciado dos seus membros no espaço simbólico, social e físico². Tal como a própria racialização, a naturalização, a

¹ O presente texto é parte de um simpósio da revista *Ethnicities*, tendo sido traduzido do original em língua inglesa por Virgílio Borges Pereira e revisto pelo autor

² Para um argumento mais desenvolvido, ver Loïc Wacquant, *Racial Domination* (2024), capítulo 2.

eternização, a hierarquização e a homogeneização não são coisas ou estados, mas sim atividades simbólicas, envolvendo uma relação real e imaginária entre o racializador e o racializado, e uma questão de grau; mas tendem a avançar rapidamente e a implicar-se mutuamente. Uma forma paradoxal de racialização é a crença, por parte dos subordinados ou dos seus porta-vozes automeados, de que possuem uma essência comum, imutável e uniforme, como nas variantes do afro-pessimismo, segundo as quais todos os negros, em todo o lado, enfrentam para sempre as mesmas forças de antinegitude, independentemente da sua posição social e das constelações institucionais com que se defrontam, como se eles, e só eles, tivessem o fardo ontológico de existir fora da história³.

Como é que captamos a especificidade da raça enquanto base de classificação e estratificação realizada? Em *Racial Domination* (2024), estabeleço os lineamentos de um quadro que trata a raça como um *subtipo paradoxal de etnicidade*, paradoxal na medida em que nega ser étnica, isto é, fundada nos acidentes da história, e, no entanto, revela que o é por essa mesma negação (no sentido freudiano de *Verneinung*). A título de prelúdio, é necessário esclarecer a confusa relação concetual entre etnia e raça. Stuart Hall observou, de forma célebre, que estas duas noções "brincam às escondidas uma com a outra"⁴, mas há três formas comumente aceites de conceber a sua relação: disjunção, intersecção e subsunção ou encaixe (ver figura 1).

É convencional nas ciências sociais anglófonas representar estes dois princípios de visão e divisão social como diferentes e disjuntos, sendo o primeiro baseado em características culturais (língua, religião, costumes, etc.) e o segundo em características físicas (fenótipo e ascendência)⁵. É esta a posição exemplificada por Michael Omi e Howard Winant no seu influente livro *Racial Formation in the United States*, que se esforça por evitar a "redução" da raça à etnia, à classe e à nacionalidade e onde se lê: "Raça é um conceito que significa e simboliza conflitos e interesses sociais por referência a diferentes tipos de corpos humanos"⁶. Esta definição não é mais do que a inscrição, nas estruturas mentais dos cientistas sociais norte-americanos, das noções populares nascidas das peculiaridades da história americana enquanto terra de colonos e de imigração. A raça como descendência foi invocada e legalmente codificada no século XVII para apoiar a exploração dos escravos africanos, enquanto a etnia foi cunhada no

³ Frank B. Wilderson, III (2020), *Afropessimism*. Para uma crítica exaustiva deste "essencialismo racial exclusivista", ver Loïc Wacquant (2023), "Afropessimism's Radical Abdication: Some Sociological Notes".

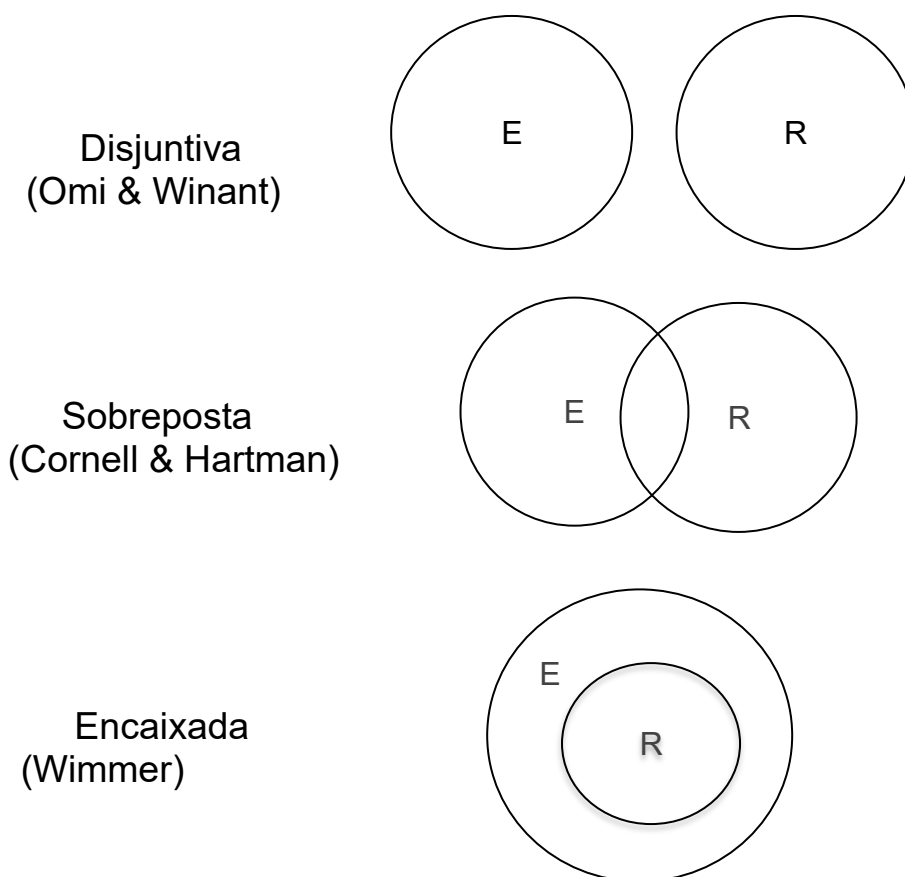
⁴ Stuart Hall (2017), *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*, p. 26.

⁵ Para uma genealogia hábil dos dois termos, ver Werner Sollors (2001), "Ethnicity and Race". As diferentes tradições intelectuais nacionais são mais ou menos recetivas ao dualismo raça-etnia. Na investigação social francófona, é considerado confuso, se não mesmo inválido, e o termo "etnorracial" é normalmente utilizado em seu lugar. Solène Brun e Claire Cosquer (2022), *Sociologie de la race*, p. 67.

⁶ Michael Omi e Howard Winant (2014), *Racial Formation in the United States*, p. 55. Glenn Loury adota uma definição similar em *Anatomy of Racial Inequality* (2002), pp. 20-21.

início do século XX para exprimir e domar o receio de que os migrantes não anglo-saxónicos da Europa não se "assimilassem" ao padrão nacional. Para além disso, como Desmond King demonstrou em *Making Americans*, a etnicidade foi formulada por e para os brancos para se distinguirem dos negros. Ou seja, a oposição entre os dois conceitos é *histórica e política, não lógica*⁷.

Figura 1: A relação concetual entre raça e etnia.



A teoria da formação racial não é, portanto, uma teoria geral da dominação racial, mas sim uma redescritção estilizada do entendimento popular da trajetória etnorracial de duas populações num país durante cerca de um século. Além disso, a definição de raça de Omi e Winant exclui surpreendentemente os regimes raciais hegemónicos e dóxicos que, por definição, excluem o conflito⁸. É também inaplicável numa série de casos, a

⁷ Barbara Fields (1990), "Slavery, Race and Ideology in the United States of America"; Jon Gjerde (1998), "The Invention of Ethnicity in the United States"; Desmond S. King (2002), *Making Americans: Immigration, Race, and the Origins of the Diverse Democracy*. Ver também Victoria Hattam (2007), *In the Shadow of Race: Jews, Latinos, and Immigration Politics in the United States*.

⁸ Para uma crítica vigorosa da noção de que a etnicidade implica sempre "grupos étnicos em conflito", ver Rogers Brubaker (2004), *Ethnicity Without Groups*, capítulo 1.

começar pelo Japão, China, Índia, Alemanha nazi e mesmo Brasil e África do Sul, onde o tipo de corpo não é o único fundamento da classificação etnorracial. Confunde a raça com outras classificações baseadas em "diferentes tipos de corpos humanos", como o género, a altura e a aparência, que são todos profundamente consequentes nas sociedades contemporâneas. Finalmente, a conceção disjuntiva é incoerente na medida em que a "significação" é uma atividade essencialmente simbólica, o que faz da raça um construto cultural formalmente indistinguível da etnicidade.

A segunda posição, defendida por Stephen Cornell e Douglas Hartmann e tacitamente adotada por inúmeros académicos, concorda que a etnia e a raça são diferentes, mas propõe que se *sobrepõem*⁹. Alguns grupos são definidos por referência à cultura, outros grupos por referência à natureza e outros ainda por referência a ambas. Isto cria uma área de intersecção em que convergem dois processos: por um lado, a etnicidade é racializada quando envolve crenças sobre as características fenotípicas do grupo formado; por outro lado, a raça é etnicizada quando fomenta um sentido de povoamento. Além disso, alguns grupos migram de uma categoria para outra ao longo do tempo - o exemplo clássico é a desracialização dos imigrantes da Europa Oriental e do Sul poucas décadas depois de chegarem aos Estados Unidos no início do século XX¹⁰. Esta posição atenua, mas não resolve completamente, a inconsistência lógica da distinção entre raça e etnia nascida da experiência americana, que é a seguinte: não é o facto bruto da diferença corporal (por exemplo, o tom de pele) que determina a pertença a uma raça, mas o significado que as pessoas atribuem (ou não) a tal ou tal propriedade fenotípica, ou seja, uma *leitura cultural particular do corpo*. Um marcador racial é sempre o produto de uma fabricação étnica.

Mustafa Emirbayer e Matthew Desmond também adotam o ponto de vista de que a etnia e a raça são diferentes, mas que ambas são necessárias para a análise sociológica, uma variante da posição interseccional que se pode caracterizar como analítico-historicista. Por um lado, reconhecem que a etnicidade engloba conceitualmente a raça; por outro lado, querem manter a raça para captar o facto bruto de que "o privilégio branco é a característica essencial que define a ordem racial global"¹¹. O problema desta posição é que é intrinsecamente instável, sempre suscetível de cair na primazia de uma ou outra noção e, dada a pressão das expectativas públicas, de nadar ao sabor da maré política do momento. Afinal, porque é que o facto de os euro-americanos dominarem o mundo necessita de um conceito próprio? O

⁹ Stephen Cornell e Douglas Hartmann (2006), *Ethnicity and Race: Making Identities in a Changing World*, pp. 26-36. Ver também idem, "Conceptual Confusion and Divides: Race, Ethnicity, and the Study of Immigration" (2004).

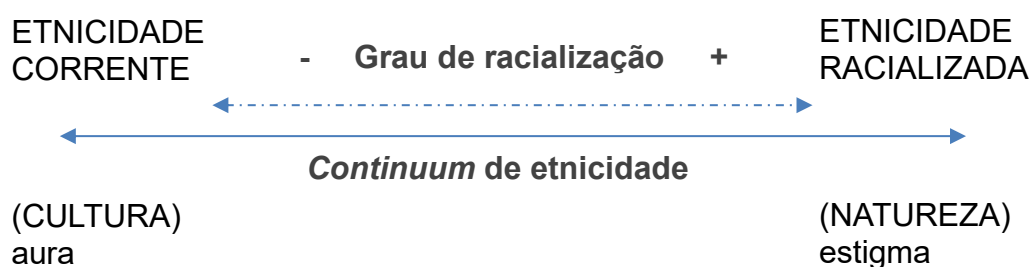
¹⁰ Matthew Frye Jacobson (1998), *Whiteness of a Different Color: European Immigrants and the Alchemy of Race*.

¹¹ Mustafa Emirbayer e Matthew Desmond (2015), *The Racial Order*, p. 61. Esta é uma posição diferente da apresentada alguns anos antes em "What Is Racial Domination?" (2009, p. 339) em que afirmam que "raça, etnicidade e nacionalidade são categorias simbólicas sobrepostas" que se "reforçam mutuamente na medida em que cada categoria educa, sustenta e é informada pelas outras".

facto de os homens dominarem as mulheres no mundo não necessita de um conceito especial de dominação masculina que não possa ser incluído no conceito de dominação de género.

A terceira posição, mais bem explicada por Andreas Wimmer no seu livro de referência *Ethnic Boundary Making*, retira a consequência lógica deste facto histórico e encaixa a raça diretamente na etnia, tal como indicado na figura 1¹². Esta abordagem é analiticamente coerente e historicamente abrangente. Permite-nos viajar através de épocas e regiões sem utilizar inconscientemente a trajetória etnorracial de uma sociedade, os Estados Unidos, como bitola para medir as trajetórias de outras sociedades. Mas os círculos concêntricos não são a melhor forma de representar visualmente a relação entre raça e etnia. Isto é demonstrado se formos um pouco mais longe do que Wimmer. Em primeiro lugar, a raça resulta de uma *subsunção paradoxal*, na medida em que se define a si própria através da própria negação do seu enraizamento simbólico. A raça é uma forma de pertença cultural que proclama em voz alta "eu não sou cultural" (ou seja, histórica e arbitrária) e isto tem efeitos reais - um dos quais é a reificação desta afirmação na conceção disjuntiva e outro o facto de a dominação ser facilitada na medida em que é naturalizada. Em suma, a *raça é uma etnicidade denegada*, uma forma de etnicidade que se reveste da roupagem da natureza e que, no entanto, revela o seu enraizamento histórico através dessa mesma dissimulação. Sempre que os académicos utilizam irrefletidamente o dueto "raça e etnia", participam nesta mistificação coletiva e reforçam o *efeito raça*.

Figura 2: O continuum da etnicidade, da corrente à racializada.



Segundo passo: a relação entre etnia e raça não é bem captada por um diagrama concêntrico em que a raça tem fronteiras claras; pelo contrário, a distinção entre as duas categorias é lábil e porosa porque *a racialização é um processo simbólico* e, por conseguinte, *uma questão de grau*¹³. É por

¹² Andreas Wimmer (2013), *Ethnic Boundary Making: Institutions, Power, Networks*. Duas outras articulações claras da posição de subsunção são Orlando Patterson (1997), *The Ordeal of Integration: Progress and Resentment in America's "Racial" Crisis*, e Joane Nagel (2003), *Race, Ethnicity, and Sexuality: Intimate Intersections*, *Forbidden Frontiers*.

¹³ Para ser justo, Wimmer sublinha que a própria etnicidade implica fronteiras que são mais ou menos difusas e transitáveis: "As distinções étnicas podem ser difusas e as fronteiras suaves, com uma

isso que prefiro à figura da subsunção o *continuum da etnicidade*, ao longo do qual esta adquire gradualmente mais e mais propriedades relativas à raça (imposição, estigma, rigidez, consequencialidade, etc.), tal como indicado na figura 2.

Num dos extremos do *continuum* residem as formas comuns de etnicidade, ou seja, a classificação e a estratificação abertamente baseadas naquilo a que Max Weber chama "a estimativa social positiva da honra". Essa honra pode ser concedida ou negada com base num vasto leque de motivos, pois "qualquer traço cultural, por mais superficial que seja, pode servir de ponto de partida para a tendência familiar para o fechamento monopolista"¹⁴. A honra é um outro nome para aquilo a que Pierre Bourdieu chama *capital simbólico*, que é a forma que qualquer capital assume quando é mal reconhecido como tal. Reside, portanto, não num atributo específico, mas no olhar coletivo que (des)valoriza esse atributo e na crença coletiva na dignidade, glória, galhardia e reputação dos seus possuidores (em inglês médio, a palavra honra também significa esplendor, beleza, excelência e, para as mulheres, conota castidade)¹⁵.

Na sua forma pura, a etnia vulgar ou "fina" é uma identidade autoatribuída, baseada na escolha, marcada pela aura e tendendo para a *horizontalidade* (o que significa que as populações etnicizadas se encontram num plano de igualdade simbólica, cada uma dotada de dignidade). No outro extremo do continuum, encontramos as formas étnicas "espessas", revestidas com o manto da natureza. Estas tendem para a categorização pura (uma identidade atribuída ao outro, em que a dignidade é graduada e pode ser negada), imposta por constrangimentos, marcada pelo estigma ou pela desonra coletiva, e tendendo para a *verticalidade*, ou seja, para uma desigualdade cada vez mais acentuada e duradoura. A etnicidade fina ou comum é maleável, frequentemente temporária ou episódica, e aplica-se de forma diferente em diferentes sectores da vida social (na verdade, pode estar presente e ser consequente em alguns e ausente noutros). A etnicidade espessa ou racializada é rígida, aparentemente permanente; impregna todas as zonas da estrutura social e da subjetividade; e tem

demarcação pouco clara e poucas consequências... O conceito de fronteira não implica fechamento e clareza, que variam em grau de uma sociedade, situação social ou contexto institucional para outro. Uma das tarefas mais importantes do estudo comparativo da etnicidade é dar conta de tais *graus variáveis de delimitação*". Wimmer (2013), *Ethnic Boundary Making*, pp. 9-10, ênfase minha.

¹⁴ Max Weber ([1920] 1978), *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, vol. 1, pp. 388.

"A emergência mais ou menos fácil de círculos sociais no sentido mais lato (*soziale Verkehrsgemeinschaft*) pode estar ligada aos traços mais superficiais de hábitos historicamente acidentais, tanto como a características raciais [ou seja, físicas] herdadas.... As diferenças no estilo da barba e do penteado, no vestuário, nos hábitos alimentares, na divisão do trabalho entre os sexos e em todos os tipos de outras diferenças visíveis podem, num determinado caso, dar origem a repulsa e desprezo, mas a extensão real dessas diferenças é irrelevante para o impacto emocional... Todas as diferenças de costumes podem sustentar um sentido específico de honra ou dignidade nos seus praticantes" (ibid, p. 387).

¹⁵ Pierre Bourdieu (1980), *Le Sens pratique*, pp. 200-201. Uma notável coleção interdisciplinar sobre o tópico encontra-se em John G. Peristiany e Julian Pitt-Rivers (eds.) (1992), *Honor and Grace in Anthropology*.

impacto na gama de resultados sociais, resultando num fechamento multiforme e, por conseguinte, numa forte formação de grupos.

Esta conceção da racialização como etnicização naturalizante permite-nos abranger todos os casos que as conceções disjuntiva e interseccional cobrem e muito mais, e permite-nos descarregar a bagagem do inconsciente etnoracial histórico da América que "pesa como um pesadelo nos cérebros" dos cientistas sociais anglófonos e cada vez mais globais, para citar uma das célebres fórmulas de Marx. Injeta clareza analítica e variedade histórica num domínio de investigação que tem imperativamente de escapar à lógica do tribunal, se quiser informar o urgente debate público que se está a desenrolar em torno da "raça".

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc ([1998] 1999), "The Cunning of Imperialist Reason", *Theory, Culture and Society* 6, no. 1, pp. 41-58.
- BRUBAKER, Rogers (2004), *Ethnicity without Groups*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- BRUN, Solène; COSQUER, Claire (2022), *Sociologie de la race*, Paris, Armand Colin.
- CORNELL, Stephen; HARTMANN, Douglas (2004), "Conceptual Confusion and Divides: Race, Ethnicity, and the Study of Immigration", in Nancy Foner and George M. Fredrickson (eds.), *Not Just Black and White: Historical and Contemporary Perspectives on Immigration, Race, and Ethnicity in the United States*, New York, Russell Sage Foundation, pp. 23-41.
- CORNELL, Stephen; HARTMANN, Douglas (2006), *Ethnicity and Race: Making Identities in a Changing World*, Newbury Park, CA, Sage Publications.
- DESMOND, Matthew; EMIRBAYER, Mustafa (2009), "What Is Racial Domination?", *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, vol. 6, no. 2, pp. 335-355.
- EMIRBAYER, Mustafa; DESMOND, Matthew (2015), *The Racial Order*, Chicago, University of Chicago Press.
- FIELDS, Barbara Jeanne (1990), "Slavery, Race and Ideology in the United States of America", *New Left Review*, vol. 181, no. 1, pp. 95-118.
- GJERDE, Jon (1998), "The Invention of Ethnicity in the United States", in Jon Gjerde (ed.) *Major Problems in American Immigration and Ethnic History*, Boston, MA, Houghton Mifflin, pp. 22-29.
- JACOBSON, Matthew Frye (1998), *Whiteness of a Different Color: European Immigrants and the Alchemy of Race*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HALL, Stuart (2017), *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HATTAM, Victoria (2007), *In the Shadow of Race. Jews, Latinos, and Immigration Politics in the United States*, Chicago, University of Chicago Press.
- KING, Desmond S. (2002), *Making Americans: Immigration, Race, and the Origins of the Diverse Democracy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- LOURY, Glenn C. (2002), *The Anatomy of Racial Inequality*, Cambridge, MA, Harvard University Press (with a new preface 2021).
- MONK JR, Ellis P.; ESPOSITO, Michael H.; LEE, Hedwig (2021), "Beholding Inequality: Race, Gender, and Returns to Physical Attractiveness in the United States", *American Journal of Sociology*, vol. 127, no. 1, pp. 194-241.
- NAGEL, Joane (2003), *Race, Ethnicity, and Sexuality: Intimate Intersections, Forbidden Frontiers*, New York, Oxford University Press.
- PATTERSON, Orlando (1997), *The Ordeal of Integration: Progress and Resentment in America's "Racial" Crisis*, New York, Civitas Books.
- OMI, Michael; WINANT, Howard (2014), *Racial Formation in the United States*, (2nd edition) New York, Routledge.
- PERISTIANY, John George; PITT-RIVERS, Julian (eds.) (1992), *Honor and Grace in Anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SOLLORS, Werner (2001), "Ethnicity and Race", in John Solomos and David Theo Goldberg (eds.), *Companion to Racial and Ethnic Studies*, Cambridge, MA, Blackwell, pp. 97-104.
- WACQUANT, Loïc (2024), *Racial Domination*, Cambridge, Polity Press.

WACQUANT, Loïc (2023), "Afropessimism's Radical Abdication: Some Sociological Notes", *New Left Review*, vol. 144, pp. 97-109.
WEBER, Max ([1920] 1978), *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, Berkeley, University of California Press.
WILDERSON, Frank B., III (2020), *Afropessimism*, New York, Liveright Publishing.
WIMMER, Andreas (2013), *Ethnic Boundary Making: Institutions, Power, Networks*, New York, Oxford University Press.

Loïc Wacquant.

Professor de Sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e investigador no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, em Paris. O seu trabalho centra-se na marginalidade urbana, no Estado penal, na dominação etnoracial, na incorporação e na epistemologia e política do conhecimento. Os seus livros estão traduzidos em vinte línguas e incluem *The Invention of the "Underclass"* (2022), *Bourdieu na Cidade* (2023), *The Poverty of the Ethnography of Poverty* (2024) e *Racial Domination* (2024). Endereço para correspondência: Department of Sociology, University of California, Berkeley CA 94720 USA.
E-mail: loic@berkeley.edu

Artigo recebido a 15/05/2024 e aceite para publicação a 20/05/2024.

Estatuto Editorial

Estatuto editorial

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;

- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;

- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para detecção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

Normas para apresentação e publicação

Normas para apresentação e publicação

Instruções para os autores

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se

existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. *A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima et al. (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.

e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>

g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em:

http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para: revistasociologia@letras.up.pt

